

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**“A riqueza é a castanha”:
a produção e comercialização da castanha de caju no Parque
Nacional dos Lençóis Maranhenses**

SÃO LUÍS

2022

MÔNICA SOUSA PEREIRA

**“A riqueza é a castanha”:
a produção e comercialização da castanha de caju no Parque
Nacional dos Lençóis Maranhenses**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGSOC da Universidade Federal do Maranhão, para fins de obtenção do grau de Mestra em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

São Luís

2022

2022, PEREIRA, Monica Sousa

“A riqueza é a castanha”: a produção e comercialização da castanha de caju no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Mônica Sousa Pereira. – São Luís/MA, 2022.

129f. il.:

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho (PPGSOC/UFMA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGSOC/UFMA.

MÔNICA SOUSA PEREIRA

“A riqueza é a castanha”: a produção e comercialização da castanha de caju no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PPGSOC da Universidade Federal do Maranhão, para fins de obtenção do grau de Mestra em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho (Orientador) - PPGCSoc-UFMA

Profa. Dra. Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ)
Examinadora externa

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto (PPGCSoc-UFMA)

Ao meu avô, Lauro Pereira (*in memoriam*).

À minha vizinha, Maria Vitalina, que tanto se dedica a esta neta.

Aos meus pais, Márcio e Jacqueline, pelo carinho e criação.

Às famílias de Bom Jardim, pela acolhida e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

O mundo mudou e um trabalho que era pra ser finalizado em dois anos, levou quase o dobro. Ficamos isolados e passamos a usar máscaras, álcool em gel. Tivemos perdas e muitos daqueles que amamos se foram devido ao monstro Covid-19. Então, antes de qualquer coisa, eu dedico esse trabalho ao meu avô, Lauro Pereira, que se foi e que teve o sonho que ver sua neta formada realizado, mas não poderei receber seu abraço neste dia com a conclusão do mestrado, Te amo vô!

Este trabalho é resultado de um longo processo de amadurecimento, respeito e lições aprendidas dentro da Academia, com professores e colegas, e também fora dela, com os interlocutores, pessoas pelas quais tenho muito respeito e sou profundamente grata pelos momentos que dedicaram a me explicar as particularidades de suas atividades tradicionalmente realizadas e que contribuem para a caracterização do seu modo de vida dentro dos limites do PNLN.

Tenho a honra de agradecer a Lícia e Marceles, por todo apoio durante a época que todos estavam isolados. A cada contato virtual ríamos e dávamos força umas às outras. Nossa amizade resistiu e irá permanecer sempre.

Aos colegas do mestrado, aos professores de cada disciplina que contribuiu para o meu aperfeiçoamento como pesquisadora. Um destaque para o professor Marcelo Carneiro Sampaio, que sempre demonstrou muita empolgação pela pesquisa que deu origem a este trabalho e me deu muitas dicas durante a pesquisa.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, professor Benedito Souza Filho, pela paciência, atenção, grande pesquisador e professor que me ensinou e ensina a ser sempre uma pesquisadora dedicada e zelosa em cada etapa de pesquisa.

À professora Maristela Andrade, pelo carinho e confiança, agradeço pelas oportunidades de pesquisa, meu sincero agradecimento.

Aos queridos companheiros do GERUR, que de *roça nova* já viramos *capoeira*, obrigada por tudo.

Ao meu companheiro Danilo, pela parceria e conforto nas horas mais difíceis, sempre ao meu lado apoiando e dando forças.

À coordenação do PPGCSOC, pelo esforço em manter o programa vivo para formar pesquisadores e dar oportunidade para que nossas vozes e pesquisas sejam visíveis no mundo

acadêmico. Agradeço, as instituições de fomento, FAPEMA e CNPQ, pelo apoio durante meu processo de formação acadêmica.

Por fim, desejo saúde a todos que lerem e que lerão este trabalho, e que ele possa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltados para grupos culturalmente diferenciados, como as comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

RESUMO

A grande região onde se localiza atualmente o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) é ocupada historicamente por famílias de comunidades tradicionais que realizam diversas atividades, dentre elas o cultivo de cajuais. A produção e a comercialização da castanha de caju (*Anacardium occidentale* L.) são atividades que sempre exerceram centralidade na economia das famílias, antes mesmo da criação dessa unidade de conservação em 1981. Tal produção, além de gerar renda para as famílias dessas comunidades, tem contribuído decisivamente para a economia regional. Tomando como universo empírico a comunidade de Bom Jardim, situada dentro dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), no município de Barreirinhas, o presente trabalho analisa a complexa e dinâmica rede social e econômica que alia o trabalho humano e o manejo dos recursos em torno da produção e comercialização da castanha de caju. Dedicamos também atenção às relações entre atores internos e externos que contribuem para a manutenção da cadeia produtiva da castanha de caju no município de Barreirinhas.

Palavras – Chave: Comunidades Tradicionais. Parque Nacional dos Lençóis. Castanha de Caju

ABSTRACT

The large region where the Lençóis Maranhenses National Park (PNLM) is located is historically occupied by families from traditional communities who carry out various activities, including the cultivation of cashew trees. The production and sale of cashew nuts (*Anacardium occidentale* L.) are activities that have always been central to the families' economy, even before the creation of this conservation unit in 1981. Such production, in addition to generating income for the families of these communities, has contributed decisively to the regional economy. Taking as an empirical universe the community of Bom Jardim, located within the limits of the Lençóis Maranhenses National Park (PNLM), in the municipality of Barreirinhas, the present work analyzes the complex and dynamic social and economic network that combines human labor and the management of resources around the production and marketing of cashew nuts. It also pays attention to the relationships between internal and external actors that contribute to the maintenance of the cashew nut production chain in the municipality of Barreirinhas.

Key Words: Traditional Communities. Lencois National Park. Cashew nut

LISTA DE SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COLUN – Colégio Universitário da UFMA

DEGEO – Departamento de Geografia

DESOC – Departamento de Sociologia e Antropologia

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PNLM – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

PPGCSoc – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UC – Unidade de Conservação

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sumário

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
Construção da problemática de pesquisa	16
As tramas da vida construídas a partir da produção da castanha de caju.....	18
O trabalho de campo e os interlocutores da pesquisa	22
CAPÍTULO 1	28
A CASTANHA DE CAJU NO PNLM.....	28
1.1 O estabelecimento dos órgãos ambientais no PNLM e as concepções de natureza em jogo	28
1.2 A produção da castanha de caju no Brasil: eixo Ceará - Maranhão/Barreirinhas. 35	
1.3 A sazonalidade e a castanha de caju	39
1.4 A castanha <i>in natura</i> e a beneficiada	42
CAPÍTULO 2	45
O CULTIVO DA CASTANHA DE CAJU NO POVOADO BOM JARDIM	45
2.1 Caracterização do povoado Bom Jardim.....	45
2.2 OS TRATOS CULTURAIS DOS CAJUAIS EM BOM JARDIM.....	49
2.2.1 O plantio da castanha e a relação entre agência humana e não humana	49
2.2.2 A manutenção dos cajuais e a criação de animais em Bom Jardim.....	53
2.2.3 A <i>limpa do caju</i> : o processo de manutenção dos cajuais	57
2.3 Interferências na produção da castanha.....	62
2.4 A PRODUÇÃO DA CASTANHA DAS FAMÍLIAS DE BOM JARDIM	66
2.4.1 A organização e autonomia das famílias no cultivo dos cajuais	66
2.4.2 Os grupos domésticos de Bom Jardim e a produção da castanha.....	70
CAPÍTULO 3	82
3.1 Circulação, redes e os atores sociais do beneficiamento da castanha de caju.....	82
3.2 A seleção da castanha de caju.....	87
3.3 O <i>assamento</i> da castanha de caju.....	91
CAPÍTULO 4	101
4.1 Redes sociais e o acesso ao crédito rural no mercado da castanha de caju em Barreirinhas	101
4.2 O papel das instituições bancárias e do Pronaf na agroindústria familiar da castanha de caju no PNLM	104
4.3 As relações entre trabalhadores rurais e instituições bancárias para o custeio do caju no PNLM	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

APRESENTAÇÃO

Planta a castanha, a gente vai abre a cova com a inchada, e bota a castanha dentro da cova, e lá deixa ela lá, vai chover, aí quando chove elas vão enraizar. (...) Não, faz botar ela [a castanha] lá, e um pouco de terra que cai, e com o tempo o vento vai ventando, a chuva vai chovendo, e ela vai caindo pra dentro da cova e ela vai... Até que às vezes quando vai nascer.
(Seu Paulo)

Hoje, as coisas mudou, a castanha é a riqueza de Barreirinhas, se chama castanha, o resto é conversa besta.
(Seu Genésio)

Nesta dissertação, que tem como principal universo empírico a comunidade tradicional de Bom Jardim, localizada no município de Barreirinhas/MA, realizamos um estudo sobre o cultivo e a produção de castanha de caju (*Anacardium occidentale L.*), como atividades que integram o sistema de agricultura familiar das comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham na região hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

A minha inserção nesse universo empírico iniciou-se ainda na graduação, no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos/GERUR/UFMA que desde 2014, vem produzindo conhecimento acerca dos modos de vida de comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham no interior do PNLN.

As ações de pesquisa desenvolvidas pelo GERUR originaram-se de uma demanda feita pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/STTR/Barreirinhas que tinha como objetivo recuperar a história de ocupação das famílias e a caracterização de suas atividades historicamente realizadas. Isso porque existiam tensões entre as famílias e os agentes do órgão gestor do Parque, o Instituto Chico Mendes/ICMBio. Na visão dos fiscais, as atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias eram consideradas incompatíveis com os objetivos do PNLN.

Em 2017 o GERUR finalizou a pesquisa e encaminhou um relatório com os resultados aos órgãos de representação e outras instituições que têm prestado apoio às famílias. Ademais desse relatório, uma série de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertação e tese) têm sido produzidos desde então, de modo a gerar informação qualificada para auxiliar diferentes instituições nas suas ações voltadas a garantir a segurança territorial das comunidades que são afetadas direta e indiretamente pelas restrições impostas pelo órgão gestor dessa unidade de conservação de proteção integral.

Este trabalho se junta aos demais e busca refletir sobre o potencial que o cultivo e a comercialização da castanha de caju representam para a economia das famílias. Essa atividade, além da sua importância para a renda das famílias, tem funcionado como elemento de resistência territorial. Para além das tensões com o órgão gestor, procuramos demonstrar aqui as diversas facetas que esta atividade representa. A partir desse recorte da pesquisa, procuramos dar conta da complexa organização social e econômica relativa a essa atividade, ressaltando suas redes e especificidades.

Paul Little (2002) ressalta a importância da relação que determinados grupos sociais estabelecem com certos ambientes. Segundo o modo tradicional como se processam tais interações, observam-se a constituição de vínculos simbólicos, sociais, religiosos com determinadas porções do meio biofísico. É justamente por meio dessas formas específicas de relação com o ambiente que suas identidades e noções de pertencimento ao local se consolidam.

Para dar conta das particularidades sociais, econômicas e simbólicas relacionadas com o cultivo e a comercialização da castanha de caju no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. Essas partes procuram ressaltar não somente a dimensão econômica dessa atividade, mas também os elementos próprios da organização social das famílias e a interação com os ambientes de que fazem uso, que contribuem para a caracterização do seu modo de vida.

No primeiro capítulo realizamos uma discussão sobre as concepções de natureza em jogo ao considerar as representações dos agentes do órgão ambiental e dos membros das famílias que historicamente vivem e trabalham nessa unidade de conservação de proteção integral, ressaltando como essas concepções influenciam tanto a maneira como é gerida, quanto nas respostas das famílias à ação dos agentes. Para realizar esse esforço analítico, mobilizamos autores como Barreto Filho (2004); Diegues (2008) e Dias, (2017) que nos auxiliam a pensar a ação oficial por meio do comportamento dos agentes do órgão de monitoramento ambiental, bem como a relação destes com as famílias de comunidades tradicionais em unidades de conservação.

Neste capítulo procuramos também caracterizar e localizar o comércio da castanha de caju num contexto macro de produção (LARSON e SILVA, 1972 GUANZIROLI et al., 2009), para entender como as demandas externas influenciam diretamente as dimensões micro analíticas. Além disso, procuramos entender como a sazonalidade (D'ANTONA, 1997;

PRITCHARD, 2002; SOUZA FILHO, 2019) interfere na organização social e produtiva das famílias que se envolvem nessa cadeia produtiva.

No segundo capítulo, a partir do trabalhado campo em Bom Jardim, procuramos compreender as etapas do cultivo da castanha de caju e os tratos culturais inerentes à produção. Nesse esforço analítico nos ancoramos nas noções de territorialidade (LITTLE, 2002) e morfologia social (MAUSS, 2003), já que no funcionamento da organização social mobilizam saberes ambientais e práticas coletivas a partir da relação com o meio biofísico. Essa dinâmica social e ambiental nos auxilia a compreender a autonomia (PAULA ANDRADE, 2008) e organização socio espacial dos grupos domésticos (FORTES, 2011) dessa localidade relativas ao cultivo de cajuais.

No terceiro capítulo, procuramos ressaltar como as redes sociais são importantes para entendermos o processo de beneficiamento, ou *assamento* da castanha de caju, os circuitos e as possíveis rotas que ela passa a integrar após sua saída das localidades, como Bom Jardim.

Ainda neste capítulo descrevemos as relações estabelecidas com os chamados *compradores*, e como estes acionam especialistas (WOLF, 1970) – *selecionadores*, *assadores*, *quebradores* de castanha, - fazendo com que mobilizem essa cadeia produtiva anualmente, o que nos permite pensar a diferenciação entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura (PLOEG, 2008).

No último capítulo, a partir da análise crítica de Raud-Mattedi (2005) à luz da sociologia econômica de Mark Granovetter, que considera o mercado como uma estrutura socialmente construída a partir de laços interpessoais, procuramos mostrar os agentes internos e externos que contribuem para a manutenção da comercialização da castanha, e como as famílias que participam dessa atividade podem ser classificadas como integrantes do sistema de agroindústrias familiares.

Procuramos também compreender como se dá o acesso aos incentivos governamentais como o PRONAF, entendendo a relação com gerentes de banco e a ação do Sindicato para a disseminação e organização da atividade em Barreirinhas. Nesta sessão também pontuamos as relações cotidianas dos trabalhadores com instituições financeiras relativas à economia da castanha de caju.

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLM, com uma extensão de 155 mil hectares, foi instituído pelo Decreto Nº 86.060, de 02 de junho 1981, abrangendo os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. Regido pelas normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985, 18 de julho de 2000), é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão criado em 2007 para a fiscalização das unidades de conservação no Brasil.

Apesar de a unidade de conservação ter sido criada na década de 1980, somente a partir de 2013 verificou-se o aumento das tensões entre o órgão gestor e as famílias de comunidades tradicionais (BARRETO FILHO, 2006; CUNHA e ALMEIDA, 2009; MIRANDA, 2012) que historicamente vivem e trabalham na área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Segundo a legislação que orienta o monitoramento dessa Unidade de Conservação de proteção integral¹, os recursos naturais nesses casos só podem ser utilizados de forma indireta, o que confronta o modo de vida de agricultores, pescadores, artesãos, extrativistas, criadores que vivem e trabalham dentro de seus limites.

Juntamente com a pesca e a criação de animais, a comercialização da castanha de caju, tanto, *in natura* quanto beneficiada, é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias de comunidades tradicionais. A produção oriunda das localidades do PNLM representa uma importante contribuição das famílias ao volume comercializado tanto no Maranhão, quanto em outros estados do Brasil e no exterior, pelos atravessadores² de Barreirinhas.

Em razão da importância econômica social e cultural dessa atividade, a produção e a comercialização da castanha, assim como as redes estabelecidas em torno dela, interna e externamente como ela circula entre às comunidades tornou-se assim o foco central da pesquisa que deu origem à presente dissertação.

¹ Conforme o Art. 7 da Lei 9985/2000, que cria o Sistema de Unidades de Conservação: “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos em lei”.

² Categoria nativa utilizada para designar os agentes responsáveis pela compra, venda e circulação da castanha dos povoados para os centros de comercialização locais e regionais.

Construção da problemática de pesquisa

O processo de construção da presente problemática de pesquisa iniciou-se em 2014, no Grupo de Estudos Rurais e Urbanos/GERUR/UFMA, quando integrei um projeto de pesquisa coletiva do GERUR que visava entender os elementos que caracterizam o modo de vida de comunidades tradicionais do PNLM.

No processo de pesquisa nos deparamos com muitos relatos que mencionavam as dificuldades que os moradores dessa UC enfrentavam em razão de algumas restrições impostas pelo órgão ambiental. Como pesquisadora procurei problematizar tudo o que era dito pelos membros das unidades familiares e pelos integrantes das entidades de classe que demandaram a pesquisa ao GERUR. A ideia era reunir informações para o trabalho coletivo que estávamos realizando à época e também delimitar uma problemática de pesquisa para fins de trabalho individual.

Desde as primeiras reuniões no STTR de Barreirinhas, um grande problema enfrentado e exposto inicialmente pelos sindicalistas e integrantes das famílias era a falta de energia elétrica e tensões com o órgão gestor por conta das atividades tradicionalmente realizadas.

Essa falta de assistência por parte do poder público, segundo os relatos, sempre afetou muitas comunidades que integram o PNLM, e tornou-se um tema de discussão que sempre integrava as pautas dos órgãos de classe e debatido em reuniões. Nas discussões realizadas era sempre mencionada a necessidade de encontrar estratégias para sanar este problema social (LENOIR, 1996).

O meu contato com os integrantes das *comunidades* do PNLM e a escolha da temática de estudo da presente dissertação se deu em razão do empenho dos órgãos de representação de Barreirinhas/MA em demonstrar que o que é hoje identificado como Parque Nacional, é um território que sempre foi ocupado e vivido pelas famílias das comunidades tradicionais, que historicamente se dedicam à pesca, criação de animais e também ao cultivo e comercialização da castanha de caju.

Segundo os integrantes dos órgãos de classe, atualmente as famílias enfrentam problemas para continuar realizando essas atividades por serem consideradas pelo órgão de monitoramento ambiental como conflitantes com os objetivos dessa unidade de conservação de proteção integral.

Ao dedicar atenção à produção e comercialização da castanha de caju, a presente dissertação objetiva produzir conhecimento de modo a contribuir com a demanda feita

principalmente pelo STTR e Colônia de pescadores de Barreirinhas. A iniciativa do STTR de Barreirinhas de solicitação ao GERUR para realizar pesquisas nas comunidades do PNLM inserem-se nas estratégias acionadas no sentido de demonstrar que as atividades desenvolvidas estão historicamente enraizadas nessa ampla região e que, portanto, existe uma anterioridade da presença das famílias à criação dessa unidade de conservação de proteção integral.

A desconsideração da anterioridade dessa presença por parte do órgão responsável pelo monitoramento ambiental do PNLM, sobretudo da forma tradicional como as famílias realizam as suas atividades, em certa medida representa uma negação do seu modo de vida. Além das queixas da falta de energia e daquelas próprias da relação com o órgão gestor, somavam-se outras, notadamente as relativas aos problemas da falta de políticas públicas de saúde e educação.

Esse ambiente de muitas tensões e de demandas sociais coloca ao pesquisador inúmeros desafios. O principal deles é o de separar aquela distinção apontada por Remi Lenoir (1996) entre problema social e objeto sociológico. Isso exigiu uma problematização das variáveis sociais e políticas emanadas tanto dos membros das unidades familiares, quanto dos integrantes dos órgãos de representação. Avaliar criticamente tais variáveis, ajudou a romper com as naturalizações próprias dos dilemas enfrentados, o que permitiu vislumbrar um problema sociológico que pudesse simultaneamente operar com o rigor acadêmico (OLIVIER DE SARDAN, 2008) e refletir sobre os problemas enfrentados pelas famílias.

As primeiras impressões sobre estes problemas sociais são importantes, pois são eles que nos oferecem as primeiras pistas sobre o que pesquisar. Apesar de relevantes não podem ser convertidos em objeto de estudo, exigindo que a partir deles, formulemos uma questão de pesquisa que nos permita iniciar uma investigação sociológica.

Para além do que é social e politicamente percebido pelas famílias e pelos órgãos de representação, a formulação de questões de pesquisa deve ser uma atribuição do pesquisador (LEMIEUX, 2015). Nesse sentido, a problematização da pesquisa requer uma construção capaz de evidenciar contradições e questões importantes que serão exploradas no processo de investigação.

Como já mencionado, a desconsideração por parte do órgão de monitoramento ambiental de elementos importantes da organização social e econômica das famílias e da forma com estabelecem interação com o meio biofísico constitui um dos problemas da pesquisa,

porém que questões norteiam essa problemática? Essas questões só serão possíveis a partir da formulação de um enigma sociológico como sugere Lemieux (2015, p. 38).

A construção do enigma como instrumento orientador da pesquisa serve para desconsiderar questões descritivas, que servem apenas descrever ou reproduzir o que é falado pelas famílias, como por exemplo, os problemas enfrentados pela falta de energia. Serve, igualmente para afastar questões escolásticas que desconsideram o que é dito, e sugerem respostas antes mesmo das constatações empíricas, por exemplo, afirmar de antemão que a energia elétrica não alcança as comunidades por puro descaso do poder público.

Lemieux (2015, p.39) descreve a formação do enigma sociológico como um gesto crítico do pesquisador a partir da contradição, que podem ser pautadas na empiricidade e na observação rigorosa do pesquisador. A partir dessas considerações de Limieux, e tomando a produção e comercialização da castanha de caju como elemento norteador formulamos o seguinte enigma: Diante da variedade de espécies vegetais exploradas pelas famílias, por quê os cajuais assumiram destacada relevância e foram convertidos em objeto de polêmica pelo órgão de monitoramento ambiental?

Este enigma, como uma formulação de natureza sociológica, moveu a pesquisa em torno de um objeto de estudo que a presente dissertação procura dar conta.

As tramas da vida construídas a partir da produção da castanha de caju

Desde o início da pesquisa realizada em comunidades tradicionais de Barreirinhas, sempre me chamou atenção o fato de a castanha de caju ser um produto bastante apreciado pelos turistas, ocupar um lugar importante na economia do município e representar elemento altamente rentável para aqueles que se dedicam à sua comercialização em diferentes níveis.

A comercialização da castanha é importante para complementação da renda de muitas famílias de comunidades tradicionais do PNLM. Esse produto alimenta redes de produção e comercialização envolvendo famílias de muitas localidades e também move distintos atores sociais. Apesar da sua importância no mercado local, regional, nacional e até internacional, constatamos o receio das famílias das localidades do PNLM relativo ao cultivo dessa espécie vegetal, pois, para o ICMBio, os cajueiros são considerados plantas *exóticas* e, segundo a visão dos agentes do órgão, alteram o que entendem como "paisagem nativa".

Em razão da centralidade que a castanha de caju representa para a economia das famílias, nos instigou entender como as redes de comercialização da castanha entre integrantes

das comunidades do PNLM (Barreirinhas) se constituem, identificando os locais de produção, os núcleos de concentração e distribuição para os compradores, geralmente donos de comércios e bancas da sede de Barreirinhas.

No tratamento dessa questão a preocupação voltou-se para dar conta da diferenciação econômica dos atores que participam dessas redes, pois no âmbito das localidades existem aqueles que vendem, os atravessadores intermediários e os grandes compradores na sede de Barreirinhas, configurando redes setorizadas de comercialização. Essas redes de comercialização possibilitam a constituição de teias de relações entre os distintos agentes que movimentam essa economia da castanha.

Como algumas dessas localidades convertem-se em polos importantes na configuração dessas redes de comercialização, o universo empírico da pesquisa foi aquele que envolveu os povoados Bom Jardim (dentro do PNLM) e Carnaubeira (fora do PNLM). Essas localidades são estratégicas para a compreensão dessas redes de produção e comercialização, pois identificamos que grande parte da produção de castanha de muitas comunidades tradicionais situadas dentro do PNLM é direcionada a compradores dessas localidades que, por sua vez, a escoam para a sede de Barreirinhas.

Convém destacar que não dedicamos atenção somente ao aspecto da comercialização da castanha, isso porque a economia da castanha está relacionada com um conjunto de outras etapas, igualmente importantes, como a implantação dos cajuais, os procedimentos de conservação dessas áreas, o processo de colheita, seleção e beneficiamento das castanhas (SANTOS, 2016). Nesse sentido, serão observados também esses diferentes aspectos como forma de melhor compreender a constituição e funcionamento dessas redes que se constituem a partir do processo de produção e circulação da castanha de caju.

A produção de castanha de comunidades do PNLM chega a depósitos de empresas na sede Barreirinhas e a comércios locais e regionais por intermédio desses agentes que a obtém de produtores menores no período de safra. Em razão dessas redes que se constituem, o recorte da pesquisa buscou compreender esses circuitos de escoamento da produção de castanha, de modo a caracterizar os principais agentes que participam dessa rede de comercialização.

Esse desenho do objeto de estudo me permitiu ingressar no curso de mestrado do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais de modo estudar sociologicamente a economia da castanha de caju no PNLM. Só que no decorrer do processo de pesquisa, e durante a realização das disciplinas do Mestrado sempre fui instigada a problematizar o uso da categoria

rede. Fui levada também a questionar se estava diante de um obstáculo epistemológico (BACHELARD, 1996), ou de respostas e hipóteses preconcebidas ao problema de pesquisa, sugerindo a existência dessas redes de produção de castanha de caju antes do início da pesquisa empírica.

Ao realizar essa problematização e exercício de vigilância epistemológica comecei a policiar melhor minhas observações, e não negar definitivamente o uso desta categoria para não a ter, *a priori*, como norteadora da pesquisa, mas sim como noção a ser considerada na dinâmica da pesquisa empírica. Inspirada no enigma sociológico antes mencionado, a investigação acerca da produção e comercialização da castanha de caju pôde nos encaminhar criticamente para um plano analítico em torno do objeto de estudo.

Para além da importância econômica que a produção e comercialização da castanha de caju representa para as comunidades, devemos entendê-las de modo mais aprofundado. Isso significa que não devemos nos restringir somente à circulação da castanha e aos interesses para os mais diversos agentes que essa produção sugere, mas compreendê-las também no aspecto das experiências vividas (INGOLD, 2017, p.15). Para este autor, a pesquisa antropológica antes de atender puramente as exigências acadêmicas é fruto de uma dupla experiência, a do pesquisador que recupera e explica o mundo a partir da apreensão da experiência vivida dos interlocutores das comunidades. Acessar as experiências vividas em relação ao cultivo dos cajuais e à produção e comercialização da castanha, abre inúmeras possibilidades de análise, extrapolando a dimensão econômica relativa a essa atividade.

O cultivo de cajuais no PNLM faz parte de uma complexa organização da vida no interior da qual as redes de comercialização e produção são apenas um aspecto. Essa complexa dinâmica social é formada por tramas de significados e sentidos que a experiência antropológica e etnográfica é capaz de auxiliar na sua compreensão.

Ingold conceitua a antropologia como “uma investigação constante e disciplinada das condições e potenciais da vida humana” (INGOLD, 2017, p. 25). Foi justamente nesse sentido que procurarei entender o objeto de estudo. Assim, no processo de pesquisa em vez de priorizar o cultivo, produção e comercialização da castanha de caju numa estrutura pronta de redes, o fiz de modo contrário, a partir das relações estabelecidas e das vivências, contatos, relações impessoais, dos vínculos entre as pessoas que estão em diferentes espaços, nos diversos estágios de construção dessa trama que ligam as pessoas em torno da atividade. Esse movimento ajuda

igualmente a entender as relações que se dão dentro dos seus territórios e contribuem para a mobilização para continuarem reproduzindo seus modos de vidas.

Cabe destacar que não é apenas o cultivo da castanha que faz com que criem vínculos com seus estes territórios. Como já dito, existem concomitante a esta atividade outras que são realizadas e que unidas contribuem para a formação das linhas de produção da vida no PNLM (INGOLD, 2017, p. 40). Este, portanto, foi o foco do trabalho de pesquisa, a compreensão do lugar que a atividade do cultivo da castanha de caju ocupa na vida das famílias.

A pesquisa buscou, portanto, compreender as relações homem natureza a partir das atividades relacionadas com a castanha de caju. Procurou também entender os vínculos e mecanismos que articulam os distintos agentes integrantes das redes de produção, beneficiamento e comercialização desse produto entre famílias das localidades onde incidiu a pesquisa.

As restrições legais, com base no princípio de que o PNLM é de domínio e controle da União e que, por isso, dentro de seus limites, as famílias não devem desenvolver atividades incompatíveis com os objetivos estabelecidos nas normas relativas às áreas protegidas, transformam a unidade de conservação em arena de confrontos entre lógicas ambientais. Dentro de seus limites existem dezenas de comunidades tradicionais povoados, com práticas e saberes gerados histórica e socialmente a partir de formas particulares de interação com o meio biofísico, que diferem da visão dos agentes do ICMBio, com base em seu modelo de natureza intocada (DIEGUES, 2008).

Os usos tradicionais do ambiente e sobre como as paisagens são produzidas, reforçam a noção de indigeneidade das paisagens como “*as maneiras tradicionais de conhecimento do mundo*” (BALÉE, 2003, p.9), expressas historicamente nas transformações do ambiente pelos humanos segundo concepções de conservação e manejo sustentável dos recursos.

Segundo esse princípio de construção de paisagens apontado por Balée, a produção de castanha caju pelas comunidades do PARNA Lençóis não pode ser vista como atividade degradadora do ambiente. Isso porque a noção de paisagem cultural se contrapõe à ideia de paisagem natural, tal como concebida pelos agentes do órgão ambiental. Silveira (2009, p. 71) ressalta que esta segunda apresenta uma perspectiva reducionista, separando rigidamente ambiente e cultura, imaginando uma natureza intocada, como algo puro e livre da interferência humana.

Ao relacionar paisagem e cultura, o autor esclarece que ambas passam por um processo que articula formas de natureza e ações humanas. Morfologicamente, as paisagens possuem

três níveis, o funcional, o histórico e o simbólico. Assim, a cultura seria um elemento modelador das paisagens de um determinado meio “natural”. O autor afirma ainda que as paisagens resultariam de uma interação complexa entre homem e ambiente.

Silveira (2009), por outro lado, entende a paisagem como categoria resultante de operações mentais complexas, localizadas no espaço das representações sensíveis da natureza coletiva. Seria também derivada de esquemas de classificação nativos (LÉVI-STRAUSS, 1976, p.34), de tipos de conhecimento, operados em níveis de ordenamento com o meio em que vivem.

Desse modo, a discussão entre *nativo* e *exótico*, deve ser relativizada pois a cultura da castanha, para além de ser economicamente importante para as famílias e para a economia local e regional, deve ser pensada como parte do processo de construção de paisagens culturais derivadas das formas de interação que as famílias de comunidades tradicionais do PNLM estabelecem com o ambiente e que contribuem para a caracterização dos seus modos de vida.

O trabalho de campo e os interlocutores da pesquisa

A escolha da temática de estudo está ligada a investimentos de pesquisa anteriores realizados no âmbito de minha participação em projetos³ encabeçados pelos coordenadores do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMA. A minha participação nesses projetos me permitiu apreender um conjunto de aspectos relacionados com a organização social e econômica de comunidades tradicionais que hoje vivem e trabalham nos limites do PNLM em Barreirinhas.

No desenvolvimento das atividades de pesquisa adotei, como ferramentas metodológicas principais, a observação direta e participante, as conversas informais, as anotações sistemáticas em cadernos de campo, a elaboração de croquis, a realização de entrevistas com interlocutores chave. Lancei mão, igualmente, de recursos audiovisuais e de marcação de GPS de áreas utilizadas pelas famílias nas comunidades onde realizei os

³ Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (coordenado pela Profa. Dr. Maristela de Paula Andrada (PPGSoc/UFMA); A disputa pela natureza: territorialidades e conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; A Produção da Natureza - populações tradicionais, territorialidades e a constituição de paisagens no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, (coordenados pelo Prof. Dr. Benedito Souza Filho (PPGSoc/UFMA). Estes projetos foram apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

investimentos de pesquisa para compreender as representações e práticas relativas às atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, entre elas a produção e comercialização da castanha.

A observação direta e participante, como meio de interconhecimento (BEAUD e WEBER, 2014), pautada no convívio com os moradores das comunidades onde realizei as etapas de campo, permitiu apreender as práticas dos nativos acerca do cultivo dos cajuais, beneficiamento e comercialização da castanha de caju. Ver, ouvir, estar junto (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998) nos momentos de cultivo e tratos culturais dos cajueiros permitiu apreender não só importância econômica da castanha, mas também a participação dos integrantes das unidades familiares no processo produtivo e as regras nativas de uso dos recursos para essa finalidade.

Durante o processo de pesquisa realizei quatro etapas de campo, uma no povoado Carnaubeira, entre os dias 01 e 05 de abril de 2019, duas no povoado Bom Jardim, entre os dias 20 a 27 de agosto/2019; 16 a 23 de setembro de 2019, e a última na sede do município, Barreirinhas, entre os dias 24 e 26 de setembro de 2019. Como já tinha contato com os interlocutores desde 2014, devido à minha participação em pesquisas do GERUR, o contato com os interlocutores foi facilitado, mediado por representantes sindicais, e moradores das localidades com os quais já tinha mantido contatos em momentos anteriores de pesquisa.

Nas três primeiras etapas pude coletar dados referentes aos tratos culturais dos cajuais realizados pelas famílias, bem como acompanhar o tratamento e beneficiamento da castanha de caju até seu destino final, o mercado. Na última etapa me dediquei a compreender a ação dos atores sociais que se envolvem com a economia da castanha, como a ação dos integrantes do STTR, instituições financeiras, comerciantes locais e o papel que cada um exerce para a construção das redes que movimentam a atividade em Barreirinhas.

Ao longo da pesquisa tive 12 (doze) principais interlocutores com os quais mantive diálogo e que me forneceram informações em momentos distintos da pesquisa. São eles: Seu Genésio, Almir, Francione e Seu José Raimundo, da comunidade Carnaubeira; Seu Paulo, Dona Elza, Valdir, Seu Eusébio, Seu José Raimundo, de Bom Jardim. Seu Chico Farias e Nivaldo, representantes do STTR/ Barreirinhas e por fim, Atanael, gerente do Banco do Nordeste de Barreirinhas.

O envolvimento com representações sindicais e entidades civis que prestam apoio às famílias das comunidades tradicionais do PNLM em Barreirinhas me levou a problematizar minha própria posição em relação ao trabalho realizado. A produção de conhecimento

socialmente útil é dos elementos que caracterizam os trabalhos desenvolvidos pelo GERUR. Como integrante do GERUR, mantive a vigilância em realizar um trabalho com rigor acadêmico, mas que fosse também socialmente útil.

Analisar sociologicamente os vários aspectos da produção e comercialização da castanha considereei uma forma de oferecer elementos para uma melhor compreensão dessa atividade e o envolvimento das famílias, seja pelos órgãos de representação, entidades de apoio ou mesmo pelo órgão de monitoramento ambiental, já que as discussões em torno dessa matéria geralmente são realizadas sem o conhecimento das particularidades sociológicas que um trabalho acadêmico pode destacar.

Para realizar esse esforço analítico procurei explorar as diferentes escalas de análise do problema de pesquisa e, ao mesmo tempo, objetivar o meu envolvimento com os dilemas enfrentados pelos meus interlocutores pela implantação do PNLM de modo a evitar as interferências subjetivas em relação ao meu olhar sobre a participação das famílias na economia da castanha de caju.

Elias (1998) alerta que os fundos sociais do conhecimento na pesquisa sociológica são fundamentais para o processo contínuo do conhecer. Assim a fuga de abstrações idealizadas e/ou metafísicas são necessárias a partir de modelos teóricos verificáveis (ELIAS, 1998, p. 30). Assim, os níveis de envolvimento e alienação funcionam como indicadores da direção dos processos de conhecimento. Desse modo, a autocrítica da minha posição, e do conhecimento produzido está intimamente ligada com as práticas e representações dos trabalhadores afetados pelo PNLM. A vigilância epistemológica, nesse caso, cumpriu um papel fundamental, pois, ao mesmo tempo em que orientou a manutenção do rigor acadêmico, ajudou a manter os vínculos de empatia, solidariedade e amizade, próprios das relações de interconhecimento (BEUD e WEBER, 2014)

O cuidado de não me apropriar de discursos militantes quando da minha presença como integrante do GERUR nas reuniões dos sindicalistas com os trabalhadores exigiram distanciamento e vigilância epistemológica constantes. Esse rigor, em relação ao distanciamento (ELIAS, 1998), demarca a autonomia das Ciências Sociais justamente pela capacidade de compreensão dos processos históricos e suas lógicas específicas.

A concepção de Elias (1998) sobre a preocupação com o obstáculo epistemológico me fez pensar sobre o nível de envolvimento afetivo com a pesquisa. Os problemas sociais que muitos trabalhadores de comunidades do PNLM enfrentam como a falta de energia elétrica e

outras políticas públicas, me fez pensar a minha posição em relação a tais problemas. Isso me fez me refletir sobre a dimensão social do conhecimento que produzo, de modo que ele possa contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas por meus interlocutores.

Refletir sobre determinada temática, tentando ao mesmo tempo fazer com que ela se converta em elemento que auxilie na superação de problemas enfrentados pelas famílias das localidades estudadas, não significa a abdicação do rigor no processo de pesquisa e apresentação dos resultados.

Os cuidados metodológicos em pensar as representações de maneira relacional ajudaram a ter maior controle sobre o processo de investigação. Manter uma neutralidade absoluta na ciência é um mito. Todos temos posicionamentos políticos, e trabalhamos de acordo com aquilo que mais se aproxima da nossa visão de mundo. Isso não significa abdicar do rigor epistemológico, nem abrir mão de produzir conhecimento que seja socialmente útil.

Adotar uma atitude reflexiva que questiona as ações dos nossos interlocutores e suas condutas, e também as nossas próprias atitudes em campo, torna a tarefa do distanciamento uma prática recorrente em nossos trabalhos. A análise crítica dos processos sociais (BOURDIEU, 1996, p. 81), sobretudo das relações estabelecidas com os integrantes do STTR de Barreirinhas, e com os demais interlocutores da pesquisa revela diferentes níveis de envolvimento que tive para poder dar conta do problema que deu origem à dissertação.

Burawoy (2006) ao tratar da Sociologia Pública sublinha a responsabilidade do sociólogo. Não podemos apenas procurar respostas para os problemas sociais derivada de uma relação do tipo patrão-cliente com os agentes com quem estabelecemos interlocução nos contextos de pesquisa.

Nosso trabalho nos faz interagir, conforme sublinha o autor, com diversos públicos, com demandas sociais diferenciadas que apenas com a interação entre o profissional da sociologia e seus interlocutores, podemos produzir trabalhos rigorosos e profissionais que respondam não só às expectativas relacionadas com a pesquisa, mas também ao nosso dever ético com o grupo pesquisado.

Para o autor “a sociologia pública é parte de uma divisão do trabalho sociológico mais ampla que inclui a sociologia política, a sociologia profissional e a sociologia crítica” (BURAWOY, 2006, p. 17). Procuramos atender as demandas que nos são colocadas sabendo nos posicionar diante de possíveis problemas sociais, ao analisar suas causas, realizando um

trabalho rigoroso e autocrítico, baseado no diálogo e na reciprocidade entre nós e nossos interlocutores.

O rigor acadêmico também é alvo de preocupação de todo profissional das ciências sociais. Sardan (2008, p. 10) nos fala sobre a adequação empírica no levantamento de informações em nossas pesquisas. Nos explica que todo trabalho acadêmico é baseado em um real de referência - o encontro do pesquisador com o campo empírico. É a partir do contato com o real que então construímos nossos dados e esses possibilitam a realização do trabalho científico.

Essas considerações dos autores auxiliam a pensar a minha posição diante da problemática de pesquisa, isso porque o cultivo da castanha por parte das famílias tem sido comprometido pelas restrições do órgão gestor do PARNA. Segundo o ICMBio, essa espécie vegetal não figuraria no rol das espécies nativas, o que abre espaço para o confronto entre os modelos de natureza e posições em jogo (BOURDIEU, 1996): o do órgão gestor e aquele das comunidades tradicionais que sempre se dedicaram ao cultivo do caju. No entendimento das famílias, dada à sua extensão, o caju já faz parte da paisagem do PNLM e, portanto, não pode ser considerado como exótico.

Os cajuais, ao serem considerados exóticos, aos olhos dos fiscais, revela que as regras que internalizaram nas esferas oficiais de gestão do PNLM contradizem aquelas que os grupos sociais criaram a partir da interação com o ambiente. Nesse caso, as famílias produziram novas paisagens, resultado da dinâmica social e ambiental. Em razão da longa história de cultivo dessa espécie vegetal e da sua extensão, as famílias já a consideram como parte do ambiente do PNLM.

É justamente na perspectiva de entender as particularidades sociais e econômicas relacionadas à economia da castanha de caju, que a presente proposta de pesquisa se coloca. Busca, portanto, compreender a relação homem natureza no caso específico da produção de castanha de caju e também os vínculos e mecanismos que articulam os distintos agentes (BOURDIEU, 1996) integrantes das redes de produção, beneficiamento e comercialização desse produto entre famílias de localidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Nesse sentido, a realização dessa atividade, como dimensão política da defesa do território não se separa da organização social e econômica das *comunidades tradicionais*. Esse aspecto é importante para ressaltar como a autonomia cultural e social desses grupos é essencial para sustentar seus modos de vida e a permanência em seus territórios.

No âmbito das relações estabelecidas entre os agentes participantes das redes de produção e comercialização da castanha no município de Barreirinhas, devemos levar em consideração os graus de atuação nas teias de relações, que podem ser consideradas multiníveis, já que podem ser observadas as dimensões local, regional e global.

A análise das redes sociais permite reconstruir os caminhos dessas estruturas sociais por meio das conexões que os atores estabelecem entre si.

Neste sentido, as redes sociais que se constituem a partir das tramas e vivências que produção e comercialização da castanha criam, só podem ser entendidas a partir da história da introdução desse cultivo em Barreirinhas. Isso permitirá, posteriormente, compreender os processos envolvendo o cultivo, os tratos culturais, a colheita e o beneficiamento da castanha e quais os agentes envolvidos em cada etapa.

Deste modo, buscaremos entender como se constitui essa rede complexa de circulação da castanha, com base na organização familiar, compreendendo como são construídos seus sistemas de classificação da natureza, e de que forma a comercialização desse produto contribui para a composição da renda das famílias.

CAPÍTULO 1

A CASTANHA DE CAJU NO PNLM

1.1 O estabelecimento dos órgãos ambientais no PNLM e as concepções de natureza em jogo

Dentre as atividades econômicas praticadas pelos trabalhadores das distintas localidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - PNLM, destacam-se a pesca, a agricultura, o extrativismo de vários tipos, o artesanato, a criação de pequenos animais e a produção, beneficiamento e comercialização da castanha de caju. O Parque, longe de se constituir em um vazio cultural, econômico e demográfico, é resultado das ações e atividades praticadas costumeiramente por esses integrantes de comunidades tradicionais.

A criação do PNLM em 1981 está inserida na concepção de natureza intocada (DIEGUES, 2008), que pressupõe uma separação entre os humanos e o meio biofísico, sustentada pelo princípio de que a presença humana em determinados lugares, representa uma ameaça à sua preservação. Este autor afirma que subjacente a esta ideologia, uma outra foi internalizada nos países de terceiro mundo, a de que a natureza deve ser alvo de contemplação e ter apelo estético expressivo para que possa ser conservada.

Essa ideologia, que concebe a natureza segundo tais pressupostos, foi gestada nos EUA com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* no século XIX⁴. O modelo de conservação instaurado a partir da criação dessa área protegida norte americana tem sido importado por países do chamado terceiro mundo e fortemente marcado por uma visão conservacionista, na lógica da natureza intocada.

No modelo conservacionista, a natureza é vista somente para fins contemplativos, para que possa ser resguardada e apreciada por gerações presentes e futuras. Isso implicou em retirar grupos humanos de regiões do planeta que foram convertidas em áreas protegidas segundo essa lógica. Essas intervenções, que comprometem modos de vidas enraizados nesses lugares, visam garantir valores estéticos, privilegiando o gozo do mundo natural por segmentos urbanos. Segundo essa perspectiva, as comunidades que tradicionalmente vivem e trabalham nesses territórios, conforme a legislação que rege as unidades de conservação de proteção integral, devem ser retiradas para que não “degradem” o ambiente.

⁴ O Parque Nacional de Yellowstone foi inaugurado em 1 de março de 1872, abrange os estados de Wyoming, Montana e Idaho, e possui uma área de 8.980km².

No caso do PNLN, a visão oficial do privilegiamento da “natureza natural” converte em ameaçadoras as atividades historicamente realizadas pelas famílias, como, a criação de animais, a agricultura, a pesca, o manejo das lagoas e das espécies vegetais, o artesanato e também a cultura do caju.

Vendido para o mundo como uma maravilha natural, comparada por vezes ao deserto do Saara por conta das *morrarias*⁵, muitos daqueles que visitam a área não se dão conta das complexas interações entre homem e ambiente que historicamente ocorrem no Parque.

Barreto Filho (2004) ao resgatar a história social da implantação de áreas de proteção integral no Brasil salienta que de 1979 a 1985 pode ser considerado um período de intensa criação deste tipo de UC. Os interesses dos governos militares neste período em proteger as fronteiras brasileiras e dar continuidade ao projeto de controle de áreas estratégicas para o Estado formam os pilares do poder e da política ambiental dessa época. A criação do PNLN insere-se nessa perspectiva.

Neste período, segundo o autor, “foram criados dez Parques Nacionais, quatro dos quais na região Amazônica, e 13 Reservas Biológicas, cinco destas na mesma região. Entre 1981 e 1985, foram 15 Estações Ecológicas, onze na Amazônia Legal (BARRETO FILHO, 2004, p. 58).

É possível demonstrar que essa relativa facilidade em se estabelecerem UCs de Proteção Integral nos regimes militares é mais do que o resultado de um mero concurso favorável de circunstâncias, devendo-se a um conjunto complexo de fatores, entre os quais se destaca a gestão estatal estratégica do território – a politização da estrutura espacial do país – como instrumento e condição da via brasileira, eminentemente autoritária, para a modernidade (Becker, 1988, 1990a, 1990b e 1992). As condições de possibilidade de criação das UCs de Proteção Integral na Amazônia brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, e as instâncias responsáveis pela sua gestão enraízam-se num conjunto de ações engendrado no contexto do regime militar, visando um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento do país, de caráter centralizado e hegemonicamente econômico, e à apropriação da dimensão política do espaço, como forma de controle social. (BARRETO FILHO, 2004, p. 59).

As unidades de conservação no Brasil são hoje de dividas entre aquelas de uso integral e as de uso sustentável. Dentre as de proteção integral estão Estação Ecológica, Reservas Biológicas, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (SNUC, 2000, art. 8).

5 Categoria nativa utilizada pelos moradores do PNLN para se referirem ao campo de dunas. Já a categoria *morro* é usada para designar uma duna em particular.

O PNLM como unidade de conservação de proteção integral⁶, pela legislação em vigor, os recursos naturais só podem ser utilizados de forma indireta. Dias (2017, p. 52) ressalta que o modelo que orientou a criação de unidades de conservação no Brasil teve como fundamento uma perspectiva conservacionista, valorizando a preservação da natureza dita intocada, impedindo as interações humanas nesses ambientes.

A primeira área protegida no Brasil foi decretada em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia (RJ). Segundo Rocha, Drummond e Ganem (2010, p. 205), que discutem a situação fundiária dos Parques Nacionais Brasileiros, o preceito básico, desde então, era transformar determinadas áreas em Parques Nacionais como patrimônio público com controle do Estado.

A implantação dessas UCs no Brasil deu-se em áreas naturais estratégicas, reafirmando uma visão política conservacionista e reducionista da natureza. Os autores ressaltam, ainda, que historicamente o Brasil sempre viveu problemas fundiários, observando-se a concentração da terra em mãos de poucos proprietários, não tendo o Estado brasileiro desenvolvido uma política de inclusão e distribuição de terras.

Dias (2017, p. 53) salienta que esse modelo de conservação antecedeu e dominou os debates em torno do Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC, e também incentivou a criação de UCs do tipo Parques Nacionais, que predominam em níveis federais, estaduais e municipais no Brasil.

Atualmente, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente, atualizado em 09/08/2016, existem no Brasil 146 unidades federais de proteção integral (área de 382.799km²), 348 estaduais (157.907 km²) e 142 municipais (590 km²), totalizando uma área de 1.130 km².

Essa predominância dos Parques Nacionais identificada no contexto federal também ocorre no estadual e municipal – das 348 unidades estaduais de proteção integral, 205 são Parques, e das 142 unidades municipais, 117 são Parques Municipais. Analisando um conjunto de eventos no âmbito internacional e nacional, é possível afirmar que a criação de 73 Parques Nacionais, 205 Estaduais e 117 Parques Municipais no Brasil foi antecedida por uma histórica construção do conceito de parques nacionais e da institucionalidade que orientou a ação do Estado. (DIAS, 2017, p. 53).

As interferências de órgãos ambientais na área que hoje é o PNLM foram contextualizadas por Dias (2017) quando estudou “as suas modalidades de intervenção e as implicações para a organização social dos grupos familiares que ali vivem e trabalham” (DIAS, 2017, p. 140).

⁶Conforme o Art. 7 da Lei 9985/2000, que cria o Sistema de Unidades de Conservação: “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos em lei”.

Segundo a autora:

Os elementos que compõem esse contexto também servem para sustentar a tese defendida neste trabalho, isto é, que a atuação dos agentes do órgão ambiental, ao criar dificuldades para a permanência dos grupos familiares no Parque Nacional, contribui para a desocupação gradual da unidade de conservação, ainda que haja formas de resistência por parte das famílias no sentido de garantir sua permanência. (DIAS, 2017, p.140)

Após sua criação em 1981, o PNLM, foi gerido por três órgãos ambientais. Segundo a autora, considerando os contextos políticos-institucionais, mantiveram relações diferentes com as famílias residentes.

O primeiro, foi o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, criado em 1967, que atendia a defesa dos ambientes ditos naturais do parque, privilegiando sua beleza cênica e a conservação dos recursos naturais renováveis locais. Dias (2017, p.141) ressalta que o IBDF fiscalizou o Parque Nacional à distância até sua extinção em 1989. Durante esse período as famílias não eram afetadas nas suas práticas tradicionais por este órgão.

Com a extinção do IBDF em 1989, foi criado no mesmo ano o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que ficou responsável pelo monitoramento do PNLM. A gestão do IBAMA, segundo a autora, foi marcada pela presença dos fiscais em Barreirinhas, fato que não ocorria nos 17 anos desde sua criação. A partir da criação do IBAMA, o órgão passa a ter uma estrutura física para auxiliar os funcionários do órgão na gestão ambiental do PNLM.

A presença do IBAMA marcou a organização administrativa do órgão ambiental no Parque. Em 2000 foi construída a sede do órgão, e entre 2000 e 2003 foi elaborado o plano de manejo. A partir desse momento observa-se também a chegada de funcionários concursados nos municípios para iniciar a gestão efetiva dos 155 ha de extensão do PNLM (DIAS, 2017).

Analizando documentos e tomando por base os relatos das famílias das localidades pesquisadas, é possível afirmar que em dezoito anos de gestão dessa unidade de conservação, o IBAMA atuou mais na realização de ações relativas à organização administrativa do Parque, do que propriamente na fiscalização do cumprimento da finalidade do PARNA.

Em 2002 foi realizado o primeiro cadastro fundiário pelo Instituto de Pesquisa, Educação e Meio Ambiente (IPEMA)⁵⁰, que identificou 41 localidades em um total de 681 núcleos residenciais inseridos na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Com base nos dados de 1977⁵¹, o IBAMA aprovou o Plano de Manejo, por meio da Portaria no. 48, de 15 de setembro de 2003. (DIAS, 2017, p. 142)

A partir da análise do plano de manejo, a autora demonstrou como os técnicos que o elaboraram foram orientados por práticas conservacionistas, ao associarem a presença das

famílias e suas práticas, como ameaçadoras à paisagem nativa. Entre as atividades que consideravam ameaçadoras pontuaram, a criação de animais, as atividades agrícolas e de pesca. Identificaram, ainda, as questões fundiárias, a existência de espécies exóticas, o desmatamento e caça, como principais problemas a serem sanados no PNLM.

A autora sublinha também que o plano de manejo ressalta a boa preservação dos ambientes naturais do Parque, problematizando a visão dos agentes do órgão ambiental se realmente as atividades dos moradores eram realmente nocivas à paisagem dita nativa. O mesmo plano dividiu o perímetro do parque em zonas.

A partir do zoneamento foram estabelecidas quatro Zonas: Primitiva, de Uso Extensivo, de Uso Intensivo e de Uso Especial; e determinado os objetivos, limites e normas gerais de uso dessas áreas. (...) foram permitidos estudos e pesquisas científicas sobre a dinâmica ambiental e cultural em duas zonas - Primitiva e de Uso Extensivo - e atividades de visitação, lazer e educação ambiental em todas as demais. De modo específico, foram proibidas a implantação e a manutenção de qualquer infraestrutura nas localidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande (na Zona Primitiva); seriam erradicadas as espécies exóticas em 69,85% da área total do Parque (Zona de Uso Extensivo); e seria impedido o estabelecimento de novos moradores na área do povoado Travosa. (DIAS, 2017, p. 143)

No plano de manejo do PNLM de 2003, conforme apontado acima, é destacada a intenção de erradicar o que consideram de espécies vegetais exóticas presentes do PNLM. É alegado que enquanto as populações residentes não forem reassentadas, o cultivo de espécies consideradas não nativas prevalecerá, entre essas o caju.

Em 2007, o Instituto Chico Mendes (ICMBio) foi criado por meio da Lei nº 11.156, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente, e ficou responsável pela “execução da política nacional de unidades de conservação da natureza, inclusive exercendo o poder de polícia ambiental para a proteção dessas unidades instituídas pela União” (DIAS, 2017, p. 145).

A partir desse momento o ICMBio passou a fazer a gestão do PNLM e, diferentemente dos outros dois órgãos, começou a realizar as fiscalizações efetivas em algumas porções do Parque. A partir desse momento os embates com os moradores se iniciaram.

(..) foi verificada a predominância da fiscalização do cumprimento das novas regras de uso dos recursos, além de um conjunto de ações que visavam preparar as condições para a retirada das famílias do Parque. (DIAS, 2017, p. 146)

A intensificação da fiscalização junto às distintas comunidades começou a afetar as práticas tradicionais das famílias. Dias (2009) salienta que um diagnóstico socioambiental feito pelo órgão fiscalizador entre os anos de 2007 e 2008. O documento destaca:

(...) a urgente a realização de um amplo cadastramento que marque um referencial mais preciso com relação a quem, quantos são e quais as residências ocupadas por

famílias que já habitavam a região antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. (ICMBIO, 2009, p. 1-7 apud DIAS, 2017, p. 146)

Naquele momento, a fiscalização realizou-se de forma mais intensa e os moradores do Parque começaram a experimentar momentos de tensões com os fiscais do órgão, principalmente aqueles povoados que estavam mais próximos às regiões turísticas, nas praias, dunas e lagoas (DIAS, 2017; ROCHA, 2018).

(...) de 2009 a 2014, na área do Parque Nacional 29 áreas foram embargadas, das quais, 20 em Barreirinhas e 09 em Santo Amaro. Das vinte (20) áreas embargadas pelos agentes ambientais, doze (12) referem-se à construção de edificações e oito (08) são relativas ao que o órgão ambiental denomina de destruição de vegetação. O ano de 2011 concentrou o maior número de autos de infração (07), enquanto que 2014 o menor número (01).

Em vinte áreas embargadas em Barreirinhas, seis (06) se referem aos eventos ocorridos em Ponta do Mangue (02) e em Tratada dos Carlos (04). Registre-se que algumas áreas embargadas, cujos Autos de Infração foram lavrados de 2007 a 2009, não estão incluídas na Relação de Processos de Autos de Infração para Julgamento. (DIAS, 2017, p. 151)

Essas tensões com os agentes do órgão ambiental deram lugar a discussões sobre a presença humana no PNLN. Tais debates foram conduzidos por entidades de representação como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas (STTR/BARREIRINHAS), e Colônia de Pescadores, e também pelo Centro de Defesa de Direitos Humanos de Barreirinhas, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Maranhão (FETAEMA), que passaram a realizar reuniões a partir de 2013 para discutir os problemas decorrentes da fiscalização dos fiscais do ICMBio para as famílias.

Em 2014 o presidente do STTR/Barreirinhas solicitou formalmente à coordenadora do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR)/UFMA, a professora Maristela de Paula Andrade, a desenvolver pesquisa sobre a história de ocupação das famílias das comunidades tradicionais que vivem e trabalham dentro do PNLN que estavam sendo prejudicadas pela intervenção do órgão responsável pelo monitoramento ambiental.

A partir dessa solicitação, e com o objetivo de obter recursos para realizar a pesquisa demandada, foi elaborado o projeto de cooperação internacional, *Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, que teve apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão (FAPEMA). A pesquisa desenvolvida entre 2014 e 2017, foi coordenada pelos professores doutores Maristela de Paula Andrade (PPGSOC/UFMA) e Benedito Souza Filho (PPGSOC/UFMA).

A realização das etapas de campo da pesquisa demandada ao GERUR, contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barreirinhas/STTR e Colônia de Pescadores que, como órgãos de representação, se colocaram à frente na mobilização das famílias para receber os pesquisadores. O diálogo dos investigadores com as famílias dessas comunidades possibilitou o acesso a informações pormenorizadas sobre as atividades que desenvolviam e as modalidades de interação com distintos ambientes, resultado de uma longa história de ocupação, caracterizadora dos seus modos de vida. Em razão de suas práticas tradicionais serem consideradas como incompatíveis pelos agentes do órgão ambiental, em muitas situações as famílias eram vistas como invasoras.

A pesquisa realizada pela equipe do GERUR abrangeu 23 localidades do PNLM na porção correspondente ao município de Barreirinhas. Caracterizou as principais atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias bem como produziu dados atualizados sobre o número de famílias, unidades residenciais, postos de saúde, escolas assim como o acesso à energia.

Esses dados foram disponibilizados pelo STTR/Barreirinhas ao Ministério Público Federal/MA que impetrou uma ação civil pública, levando o problema da presença humana no PNLM para a Justiça Federal. Após a tramitação da ação, em 2018, foi emitida a sentença que obrigava o órgão gestor, ICMBio, a efetivar os Termos de Compromisso no sentido de compatibilizar a presença das famílias das comunidades com a preservação do meio ambiente. O resultado da ação civil pública foi visto pelos trabalhadores como um avanço, pois lhes permitia continuar suas práticas tradicionais na unidade de conservação de proteção integral. Assegurava também a garantia de permanência nos locais que historicamente vivem e trabalham.

Atualmente, encontra-se em funcionamento o Grupo de Trabalho que conta com a participação de representantes dos órgãos de classes (STTR, Colônia de Pescadores e FETAEMA), da UFMA, do IFMA-Barreirinhas e do ICMBio. Este GT ficou com a incumbência de discutir e elaborar os Termos de Compromisso a serem celebrados entre as famílias das comunidades e o ICMBio. Esses Termos de Compromisso buscam conciliar as atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias com a conservação dos ambientes do Parque.

A criação do Grupo de Trabalho, além de servir como um canal de comunicação entre o órgão ambiental e as famílias, serve também como espaço de discussão sobre a

compatibilização das atividades realizadas pelas famílias com a preservação ambiental. O cultivo de cajuais é uma delas, pois representa uma importante fonte de renda para as famílias.

O cultivo do caju está largamente difundido entre as atividades econômicas das famílias. Em função de sua adaptação na região, esta cultura já se consolidou como uma das práticas tradicionais das famílias de diferentes localidades do PNLM, notadamente naquelas localizadas na chamada *região das areias*, como denominam as áreas situadas nas proximidades do campo de dunas.

As concepções de natureza internalizadas no modo como o Estado brasileiro organiza a proteção ambiental no país, marcam fortemente as ações de fiscalização do órgão ambiental. É por essa razão que o caju é continuamente identificado como uma cultura exótica e, portanto, sujeito a constante fiscalização. O receio dos agentes do órgão ambiental é que essa cultura se alastre pelo Parque, comprometendo a vegetação nativa. Apesar dessa visão, as famílias não ampliam indefinidamente as áreas de cultivo, pois uma mesma área de cajual pode produzir durante décadas, não necessitando, portanto, a ampliação de novas áreas em cada ano agrícola.

As representações negativas sobre a cultura do caju não são revistas por conta do desconhecimento sobre as atividades em torno dela. O seu cultivo não representa uma ameaça à flora nativa, pois o funcionamento das atividades agrícolas permite que as famílias mantenham os cajuais e conservem a vegetação nativa.

As atividades em torno da castanha de caju mobilizam diversos atores numa cadeia produtiva que historicamente se afirmou nessa ampla região onde o PNLM está situado.

Em razão de sua relevância econômica, a economia da castanha mobiliza centenas de famílias nos municípios onde o PNLM se situa. A produção das famílias das distintas comunidades permite, portanto, a comercialização anual de toneladas de castanha de caju, que são adquiridas por grandes compradores situados nas sedes dos municípios. Essa expressiva produção da região é destinada aos mercados nacionais e até internacionais.

1.2 A produção da castanha de caju no Brasil: eixo Ceará - Maranhão/Barreirinhas

A castanha de caju como produto de exportação teve notoriedade no Brasil anos de 1960. Os incentivos governamentais por meio de projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o comportamento do mercado mundial, fez com que os Estados Unidos e a antiga União Soviética se convertessem nos principais países consumidores neste período (LARSON, SILVA, 1972).

Entre as décadas de 1961 e 1971 o país já se consolidou como o quinto maior exportador de castanha de caju mundial, precedido somente pela Índia, Moçambique, Tanzânia e Quênia. Sendo o Estado do Ceará o maior recebedor desses incentivos fiscais do governo brasileiro, se consolidou, desde então, como o estado com maior produção. Consolidou, também, a indústria do caju e castanha do país, segundo os últimos dados do censo agropecuário do IBGE em 2017.

A rentabilidade dos derivados da castanha do caju já chamava a atenção do comércio mundial desde 1920. Ganhou notoriedade no comércio mundial de nozes, apresentando crescimento e potencial para a exportação.

O comércio internacional da castanha de caju teve seu início a partir dos anos 20. Após a queda ocorrida durante o período correspondente à II Guerra Mundial, a quantidade comercializada deste produto tem crescido permanentemente. Atualmente a castanha de caju ocupa o segundo lugar em importância dentre as nozes comercializadas mundialmente, sendo precedida apenas pela castanha comum. (LARSON, SILVA, 1972).

Visto que até a década de 1960 a Índia monopolizava a exportação mundial da castanha, Larson e Silva (1972) afirmam que a partir desse período outros países começaram investir neste comércio, chamando atenção para países do continente africano que “começaram no estabelecimento de unidades mecanizadas de beneficiamento da castanha nos países do leste africano, permitindo-lhes competir com o produto indiano” (LARSON, SILVA, 1972, p. 20).

A análise do Sistema Agroindustrial (SAG) do caju no Brasil confirmou o Ceará como principal estado exportador de castanha do Brasil, ou seja, possui a cadeia produtiva mais organizada desde a indústria de insumos (mudas, produção de máquinas, fertilizantes e defensivos para os plantios comerciais) até os consumidores finais, nacionais e internacionais. Chega a produzir o maior volume de castanha do Brasil, apresentando a cifra de 32.093 toneladas de castanha, segundo a amostra do censo do IBGE de 2017.

Na década de 1970 a SUDENE, utilizou “dois mecanismos de incentivo fiscal: o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET)⁷, para reflorestamento com árvores de caju e o Fundo de

⁷“O FISSET é composto por três fundos de investimento que tem como objetivo incentivar investimentos nos setores de turismo, pesca e reflorestamento, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social e para a geração de empregos nos setores incentivados. O FISSET foi constituído com recursos públicos, incentivos fiscais, subscrições voluntárias efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas e retornos dos investimentos dos recursos. Seu patrimônio é constituído por ações e debêntures emitidas por empresas consideradas aptas para receber incentivos fiscais pelas agências de desenvolvimento setorial. Adicionalmente, a constituição do fundo gerou benefícios fiscais para as empresas que investiram no fundo, uma vez que os valores pagos pela aquisição das cotas no mercado primário podiam ser descontados da parcela dedutível do imposto de renda. O FISSET é operado pelo Banco do Brasil (BB).” Fonte: <http://www.b3.com.br/>.

Investimento do Nordeste (FINOR)⁸, para o desenvolvimento da indústria processadora de castanha” (GUANZIROLI et al., p. 98).

Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão lideram o *ranking* atual de produção de castanha nos estados do Nordeste. O polo nordestino lidera, portanto, a agroindústria da castanha no Brasil. Nesse novo cenário, o Maranhão aparece na quinta posição na produção da castanha, e na última amostra do censo do IBGE, produziu cerca de 1.887 toneladas do produto.

Dos municípios maranhenses, Barreirinhas, é o que possui o maior volume de produção de castanha. É interessante notar que a castanha se insere nessa cadeia produtiva de escala internacional, e se tornou uma atividade importante nessa região, contribuindo para o fortalecimento da economia deste município.

Analisando os dados do IBGE nota-se que essa atividade começa a ganhar mais notoriedade na região dos Lençóis no final dos anos de 1980, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Evolução da castanha (em Ton.) em Barreirinhas – 1988 a 2018

⁸ “Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, e reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, regulamentada pelo Decreto nº 101, de 17/04/1991, com modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000).

Constituído de recursos aplicados em ações e debêntures, destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou que venham a se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Nordeste e parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de ser um investimento atrativo para as empresas contribuintes do imposto de renda de todo o País.” Fonte: <https://www.bnb.gov.br/finor>.

Fonte: IBGE

O gráfico 1 apresenta os valores médios de produção da castanha de caju Maranhão e do município de Barreirinhas entre os anos de 1988 a 2016. E nota-se que em ambos, o volume de produção acompanha a estimativa estadual. Demonstrando que Barreirinhas é um polo importante desse ramo.

Incentivos do governo foram importantes para estimular o cultivo de cajuais. O Fiset, por exemplo, ajudou a disseminar a cultura da castanha na região. Em razão desse apoio e das condições ecológicas, as famílias incorporaram gradativamente o cultivo do caju nos seus roçados. Como essa cultura se adaptou bem na região, e apresentava vantagens econômicas para as famílias, rapidamente se difundiu entre as comunidades tradicionais dos municípios que hoje têm parte de sua base territorial dentro dos limites do PNLM.

A comercialização da castanha em Barreirinhas, tanto *in natura* (crua) quanto *beneficiada* (assada), é importante para entender a contribuição das famílias das *comunidades tradicionais* situadas dentro do perímetro do Parque Nacional que se dedicam a essa atividade e contribuem para o incremento da economia da castanha neste município.

Vale destacar que os incentivos fiscais governamentais para a intensificação da economia da castanha no município de Barreirinhas, ocorreu simultaneamente à criação do PNLM em 1981. As *comunidades tradicionais* situadas tanto de fora quanto de dentro dos limites do Parque, contribuíram para o incremento cultivo do caju que, aliado a outras práticas tradicionalmente realizadas como a criação de animais, a pesca e o plantio de outras culturas, auxilia na composição da renda das famílias. Cabe esclarecer que embora o cultivo de caju tenha se intensificado nos anos 1980, a prática de implantação de cajuais nos municípios é anterior à criação do PNLM.

D'Antona (1997) em seus estudos sobre o PNLM apontou que o cultivo de cajuais do PNLM já representava uma importante atividade da organização econômica das famílias desse território. Inicialmente, o extrativismo da castanha era feito sem muitos cuidados, mas, gradativamente “os plantios começaram a ser de feitos de modo mais organizados, inclusive com a manutenção e podas dos pés” (D'ANTONA, 1997, p. 94).

Essa organização é visível. Atualmente, nos cajuais, observa-se um calendário anual de produção organizado. As famílias a partir do convívio com os cajuais sabem quais épocas do ano plantam, coletam, comercializam e circulam suas produções. Assim, não se pode entender

plenamente a economia da castanha em Barreirinhas sem levar em consideração a produção e o beneficiamento da castanha nas comunidades tradicionais situadas no PNLM.

1.3 A sazonalidade e a castanha de caju

O cultivo do caju e a produção da castanha no PNLM possui íntima relação com as variações sazonais: o chamado *inverno*, período de precipitação das chuvas (janeiro a junho), e o período denominado *verão*, período de estiagem (julho a dezembro) (D'ANTONA, 1997). Tais momentos organizam a realização da atividade pelas famílias. A sazonalidade (SOUZA FILHO, 2019) organiza não só o trabalho desenvolvido em relação aos cajuais, mas também aqueles relativos a outras atividades realizadas pelas famílias em diferentes ambientes do PNLM.

O trabalho realizado por Campos (2018) demonstra a hiperdinâmica ambiental existente no PNLM, bastante influenciada pela sazonalidade, que organiza também o cultivo nos roçados, o manejo das palmeiras de buriti para a retirada do *linho* (PEREIRA, 2018), do manejo dos peixes nas lagoas (MENDES, 2018), da mariscagem (SANTOS, 2018), da criação de animais (CUTRIM, 2019; SOUZA FILHO, 2019). A compreensão dessas atividades permite também o entendimento das relações ecológicas que estruturam a vida coletiva nas *comunidades tradicionais* do Parque.

Considerar a sazonalidade é crucial para entender o cultivo dos cajuais, pois permite perceber os ciclos dessa atividade na manutenção da cadeia produtiva da castanha de caju em Barreirinhas. Evans-Pritchard (2002) ao diferenciar *tempo ecológico* e *tempo estrutural* para caracterizar a organização social Nuer, demonstra a interrelação das atividades estruturantes da vida social através dos cálculos nativos baseados nas mudanças dos ciclos naturais. Deste modo, as famílias das *comunidades tradicionais* do PNLM orientam-se pelos ciclos naturais e ecológicos para organizar as suas atividades, entre elas o cuidado com os cajuais e a produção da castanha.

As atividades em torno da castanha não devem ser pensadas, de modo rígido, pela perspectiva econômica. Elas envolvem também fatores sociais e ecológicos. Do mesmo modo, apesar da sazonalidade ser importante para a produtividade dos cajuais ela, por si só, não pode ser considerada também como fator preponderante dessa economia tão importante no PNLM. Assim, a conjugação dos fatores sociais e ecológicos permite que as famílias organizem suas atividades de modo a assegurar o bom rendimento dos cajuais.

D'Antona (1997) ao pontuar a relação tempo e espaço nas *comunidades* residentes do PNLM, alerta para as particularidades desses grupos sociais. A relação inverno e verão como uma construção cultural particular se mantém a partir das vivências com o território. Neste sentido, a sazonalidade se torna elemento importante nas relações construídas pelas famílias em torno da atividade da castanha.

Inverno e verão como marcadores ecológicos, demarcam as atividades realizadas nos cajuais. Porém, apesar dos interlocutores indicarem os meses do ano correspondentes a esses dois períodos, o que marca cada um é a precipitação das chuvas e a estiagem. Para fins de entendimento do ciclo da castanha, adotarei no trabalho os meses de janeiro a junho, como *inverno* e julho a dezembro, como *verão*, conforme indicados pelos interlocutores.

No *inverno*, a principal atividade é o plantio das mudas da castanha junto com as demais culturas, mandioca, milho, feijão, maxixe, quiabo. Segundo os interlocutores, no dia primeiro de janeiro, *dia de ano*, como denominam, costumam cultivar as mudas do futuro cajueiro.

No período de fevereiro a junho, ocorre a denominada segunda safra. Recolhem as castanhas da safra anterior nos cajuais que são destinadas à comercialização ou armazenadas em depósitos no caso daqueles que possuem tal estrutura.

Nos meses de julho a dezembro, período do verão, realizam tratos culturais dos cajuais como parte da preparação para safra principal ou alta da castanha. Entre os meses de julho a setembro, ocorre o período da floração dos cajuais. Posteriormente, surge o chamado *maturi*, que é a castanha ainda verde. Nesses meses àqueles que possuem cajuais produtivos providenciam a limpeza dessas áreas, geralmente mobilizando mão de obra familiar. Aqueles quem têm acesso a linhas de créditos bancários no município, costumam pedir empréstimos para cobrir os gastos com o trabalho nessa fase dos tratos culturais.

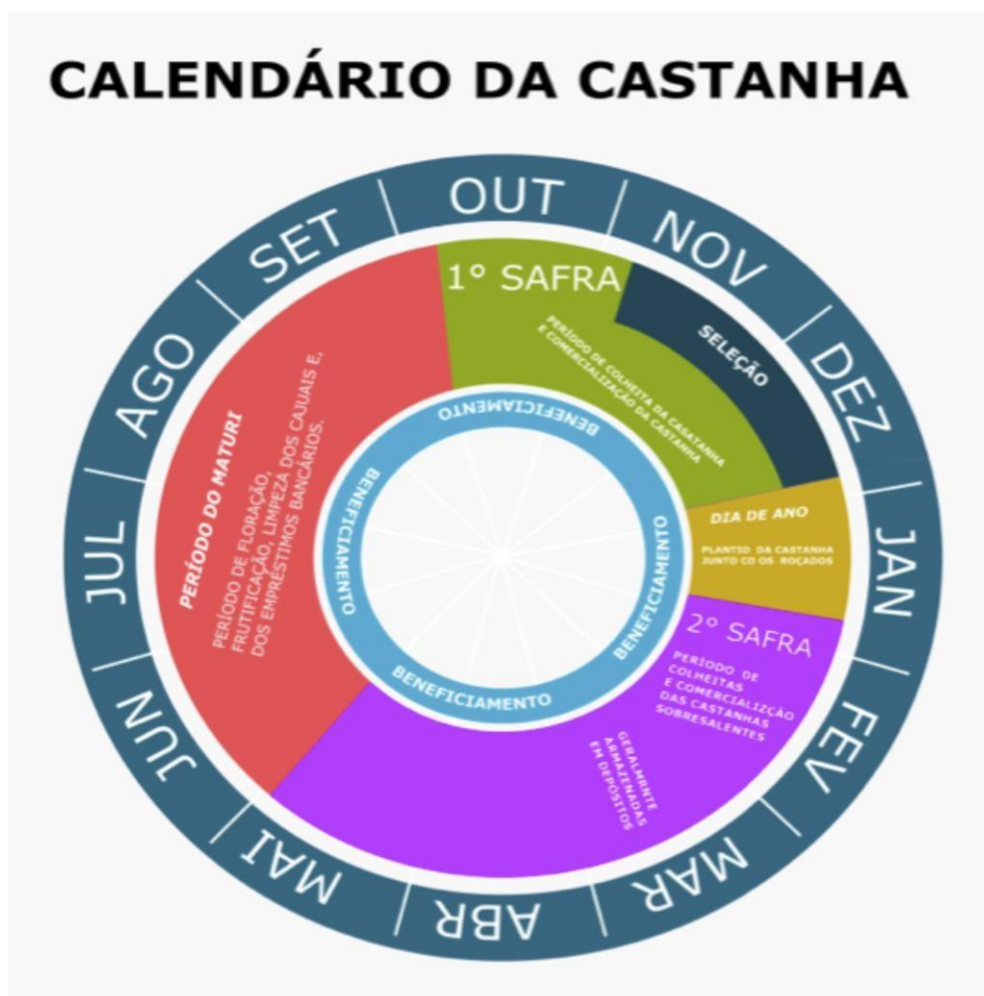
Outubro é o mês do início da safra da castanha. Neste período do verão, os cajuais, limpos e cuidados pelos seus donos estão, em tese, com a produtividade ideal, frutificando e fornecendo matéria prima em abundância pra ser coletada, armazenada e posteriormente comercializada.

Entre os meses de novembro e dezembro, segundo os interlocutores, é o período de seleção da castanha, para aqueles que realizarão o beneficiamento, ou assar castanha, como denominam. Nesse período recorrem àqueles considerados especialistas nessa operação. Os produtores que comercializam grandes quantidades de castanha pagam especialistas para

selecionar aquelas que serão vendidas *in natura*, e as que serão beneficiadas nos locais de *assamento*.

O beneficiamento ou *assamento* da castanha é feito durante o ano todo. Esta atividade independe da sazonalidade, pois as castanhas que são armazenadas tanto na primeira quanto na segunda safra, garante seu funcionamento contínuo. O beneficiamento engloba duas etapas: o *assamento* e a quebra da castanha. Essa etapa é antecedida pelo processo de seleção, que mobiliza mão de obra especializada. As castanhas são beneficiadas também por encomenda de produtores que armazenam grandes quantidades. Estes as enviam para locais de *assamento* uma vez assadas, são encaminhadas pelos produtores para os mercados locais e regionais.

O calendário a seguir apresentado, produzido a partir do trabalho de campo, descreve o ciclo anual da castanha e sinaliza as principais atividades realizadas nos chamados *inverno* e *verão*.



Elaborado por Mônica Sousa Pereira a partir dos dados da pesquisa GERUR/UFMA.
Ilustração gráfica: Ranyere Rêgo.

A sequência de etapas distribuída no calendário obedece a uma lógica cíclica da atividade da castanha, que se repete na sucessão dos meses. O ciclo ecológico organiza as atividades nas distintas etapas de cultivo, colheita (safra) e comercialização da castanha. No primeiro círculo temos a indicação dos meses (jan. a dez.) e nos demais são sinalizados os períodos com as atividades relacionadas ao cultivo, produção, safra e beneficiamento da castanha. O calendário auxilia na visualização das distintas etapas dessa atividade que serão detalhadas ao longo do trabalho.

1.4 A castanha *in natura* e a beneficiada

A castanha de caju é comercializada em Barreirinhas de duas maneiras: *in natura* e beneficiada (assada). Parte considerável do volume comercializado vem de cajuais localizados em comunidades tradicionais do PNLM. Tais cajuais, por sua longa história de presença na região, já são considerados pelos moradores como “nativos”, entendendo-se por essa noção uma espécie de adaptação ecológica e cultural, já que o cultivo dessa espécie vegetal foi incorporado entre as atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias.

No PNLM não é diferente, as famílias perpetuam essa prática de modo que nos períodos de safra os pequenos e médios produtores movimentam a economia da região. O trabalho de campo demonstrou o que D’Antona (1997, p. 94) já salientava: a mão de obra familiar no período de colheita é essencial. Os moradores acumulam as castanhas em grandes quantidades, em sacos de aproximadamente 50 kg que são revendidas para compradores locais ou armazenadas para posterior venda de acordo com a necessidade familiar.

Desde modo a circulação do produto é intensa no *verão* (julho-dezembro), período em que acontecem todos os cuidados de limpeza dos cajuais, frutificação e safra. A castanha antes de ser vendida, é selecionada. As de maior tamanho, geralmente são beneficiadas (assadas) e revendidas para comerciantes locais no município ou fora dele, abastecendo feiras e comércios de São Luís.

As castanhas *in natura* são armazenadas em depósitos pelos produtores locais ou revendidas para outros que possuem depósitos maiores e escoada para Barreirinhas. O principal comprador dessas castanhas na sede do município é a empresa SEBITE Comércio Exportação LTDA, que se instalou na região na década de 1980, e que revende a castanha para fábricas do Ceará.

Em entrevista concedida à equipe GERUR em 2015, um dos representantes sindicais esclareceu a importância da castanha, demonstrando como o produto foi ganhando espaço no comércio de Barreirinhas. Como explica no seguinte trecho:

Pesquisador - Eu estive em Ponta do Mangue, e lá a gente verificou também, os cajuais. Essa castanha tu disseste que vinha mais da região das areias. E da região das praias, vem castanha pra cá também?

Nivaldo - Ela vem toda pra cá pra Barreirinhas, né. Da praia ela vem mais *in natura* mesmo, né, não é beneficiada. Comprador vai lá comprar e aqui em Barreirinhas só quem compra é só um comprador, o Sebite, só um ponto, então, os outros que estão lá e querem comercializar a castanha *in natura*, eles comprem de um, de outro, e vêm vender aqui pro Dedé que é a empresa do Sebite, do Ceará. Então, pra nossa região, o Sebite, a empresa do Ceará... eles [os trabalhadores] começaram a perceber que mesmo vendendo a castanha *in natura*, o ganho era pouco demais, e algumas famílias já começaram beneficiar lá mesmo, a assar nas famílias e isso todo mundo tá entendendo que tá gerando renda maior pras famílias, né.

P - Agrega valor, né?

N - Agrega valor, né. E essas beneficiada já aparece muito comprador. Lá mesmo quando tem a castanha já beneficiada, assada todo mundo tá querendo comprar um quilo, dois, três... eles já vendem lá mesmo e não têm o trabalho de trazer pra cá. A despesa já é menos... assou, empacotou lá, já aparece comprador lá pra comprar. Então eles entenderam, e hoje todas as famílias faz isso, foi começando umas fazendo e todo mundo viu que aquilo ali tava gerando lucro, renda, e hoje todas as famílias faz.

(Nivaldo, representante sindical, 05/01/2015)⁹.

O relato demonstra que o interesse na castanha foi se dando gradativamente entre as famílias das comunidades tradicionais do PNLN. Inicialmente a castanha era utilizada na alimentação. Depois, conforme sublinha o entrevistado, a castanha aos poucos foi ganhando mercado em Barreirinhas. Atualmente é vendida assada e *in natura*, transformando-se em um dos principais meios de obtenção de renda pelas famílias de várias comunidades tradicionais do Parque.

Segundo o entrevistado, o cultivo do caju é praticado tanto na *região das areias* quanto na *região das praias* - próximo ao litoral, sendo a produção escoada para os centros comerciais de Barreirinhas, já beneficiada, e também para a empresa Sebite.

A castanha *in natura* possui somente um comprador que é a empresa Sebite em Barreirinhas. Segundo o entrevistado, apesar de existirem compradores da castanha *in natura* em alguns povoados, essa produção é escoada para um só ponto, administrado por um senhor chamado Dedé, responsável pela empresa.

A estratégia de beneficiar a castanha tornou-se importante para diminuição das despesas, pois nos próprios povoados aparecem compradores interessados nela já *assada*, o que

⁹ Entrevista realizada no âmbito do projeto de cooperação internacional financiado pela FAPEMA e desenvolvido pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos/GERUR/UFMA, do qual a autora participou como integrante da equipe de pesquisa.

é vantagem para as famílias, pois obtêm um melhor preço e se livram dos custos do transporte. Neste sentido há uma complexa organização em torno do comércio da castanha em Barreirinhas, mobilizando distintos atores em torno dessa atividade. Conforme destacado no relatório da pesquisa realizada pelo GERUR (SOUZA FILHO, PAULA ANDRADE, 2017), essa atividade mostra dinamicidade, apresentando grande circulação da castanha entre as comunidades tradicionais do PNLM na porção de Barreirinhas.

Dentre as 23 comunidades do PNLM na porção de Barreirinhas, 22 participam do comércio da castanha. Dentre elas está Bom Jardim, o principal universo empírico da pesquisa. Esta comunidade integra o que chamamos aqui de “rota da castanha”, ou seja, faz parte do circuito de cultivo, produção circulação deste produto.

O estudo desenvolvido nesta localidade demonstra como as famílias se envolvem com as diversas etapas de cultivo e produção da castanha que envolve o manejo, a relação com o ambiente até o seu destino final, a comercialização. Entendendo que a castanha faz parte das vivências diárias das famílias, esta importante atividade econômica também integra o sistema de produção da vida local.

No próximo capítulo para melhor compreensão do cultivo dos cajuais, mostrarei como a produção da castanha de caju em Bom Jardim se estrutura, ressaltando os principais períodos do ano em que a atividade se realiza. Será mostrado também como os tratos culturais se realizam e os momentos desde o plantio no inverno até o período de safra no verão. A identificação dos atores, as diferentes agências, e manejo dos cajuais auxiliarão na compreensão do lugar que essa atividade ocupa na organização econômica das famílias.

CAPÍTULO 2

O CULTIVO DA CASTANHA DE CAJU NO POVOADO BOM JARDIM

2.1 Caracterização do povoado Bom Jardim

Bom Jardim tem seu território parcialmente situado no PNLN, estando localizado em duas regiões diferenciadas, classificadas pelos trabalhadores como *região da areia* e *região do barro*. Na *região da areia* o ambiente é árido e muito quente, estando a areia muito presente nesse ambiente devido à presença das chamadas *morrarias*.

A chamada *região do barro*, por outro lado, é apontada pelos entrevistados como apresentando solos muito bons para o cultivo, pois situados próximos às margens do Rio Preguiças. Desta forma, no período de chuvas, determinadas áreas de Bom Jardim se alagam, possibilitando depósito de sedimentos quando essas águas diminuem, o que confere fertilidade aos solos.



Região do Barro/Povoado Bom Jardim. Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

No *inverno* (jan-jun) e no *verão* (jul-dez) o acesso a Bom Jardim é o mesmo, atravessando-se o Rio Preguiças pelo porto conhecido como Maria Bastos, passando pela localidade chamada Carnaubeira, alcançando-se Bom Jardim. Bom Jardim tem como vizinhas as localidades de Carnaubeira, Mirinzal, Tucuns e Achuí.

Todas as famílias de Bom Jardim já se envolveram ou se envolvem com o cultivo e comercialização da castanha de caju. Se por um lado, essa atividade marca a presença humana no Parque como processo histórico da constituição social desta localidade, por outro, integra as novas configurações sociais da relação rural/urbano no interior das quais a castanha produzida alimenta o mercado de Barreirinhas e fortalece, a economia regional.



Vista panorâmica de Bom Jardim. Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

Wolf (1976) quando trata dos aspectos sociais e econômicos do campesinato, ressalta que os camponeses produzem o necessário para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, garantem fundos específicos (cerimoniais, de aluguel, etc.) que cobrirão outras despesas realizadas ao longo de ano, como casamentos, funerais, festas, que representam aspectos de sua organização social, econômica e simbólica. “Toda relação social está sempre cercada de construções simbólicas que servem para explicá-la, justificá-la, regulá-la” (WOLF, 1976, p. 20).

Em relação ao que chama de fundo de aluguel, esse autor esclarece que o camponês possui relações simétricas ou assimétricas com os agentes que os circundam, seja aqueles que

possuem maior concentração de renda ou os que controlem os espaços que eles utilizam para realizar suas atividades. Nesse sentido, o resultado da produção agrícola permite ao mesmo, por exemplo, pagar o aluguel da terra, caso esta possua um proprietário, atender as necessidades calóricas ou adquirir produtos que não produzem como café, açúcar, gêneros de higiene pessoal como cosméticos, dentre outros.

Nessa perspectiva, apesar da lógica interna das famílias e suas atividades específicas no domínio rural, elas mantêm relações constantes com o meio urbano envolvendo-se em relações mercantis. Portanto, não são comunidades isoladas, como alguns as veem, pois inserem-se em uma lógica social maior, participando de relações sociais, econômicas e políticas, com integrantes da sociedade e com agentes vinculados aos aparelhos do Estado.

Little (2002) ao refletir sobre a territorialidade humana salienta a importância da etnografia para o entendimento das particularidades socioculturais dos grupos sociais. Essas particularidades têm a ver com as múltiplas relações que os grupos tradicionais mantêm com o território.

Ao conceituar territorialidade Paul Little define “(...) como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3). É neste sentido, que procuro entender as famílias de Bom Jardim, dentro das densidades de suas relações, para assim compreender o cultivo de cajuais como uma atividade que extrapola a dimensão de atendimento das necessidades de subsistência das famílias.

Essa atividade, em consórcio com outras, auxilia na caracterização do modo de vida das famílias que considera as várias agências humanas e não humanas. Em relação a essa atividade as famílias respeitam os ciclos dos cajuais, considerando outras agências como as dos ciclos lunares, os períodos de chuvas e de estiagem, a circulação dos animais pelo cajual e o respeito ao crescimento do cajueiro.

É nesse cenário da atividade que se observa a cosmografia desses grupos, entendida por Little (2002) como:

(...) os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 4)

Essa noção ajuda a pensar essa atividade no PNLM. Ela auxilia também a pensar no complexo sistema de organização do território, identificando essa atividade como um dos símbolos de resistência das famílias a partir dessa prática historicamente constituída.

O processo de ocupação e formação de Bom Jardim ocorre simultaneamente aos processos de cultivo dos roçados e implantação de cajuais. Segundo os interlocutores, o plantio das castanhas e a formação das unidades familiares não podem ser vistas separadamente. Alguns relatos apontam essa relação entre ocupação e cultivo das espécies vegetais.

P – (...) quantos anos o senhor mora aqui, quanto tempo o senhor cultivava cajuais aqui no povoado? Queria que falasse um pouco dessa história.

E – Bom dia também, eu tô aqui trabalhando desde a década de 1970, eu vim trabalhar aqui, morar e trabalhar, cultivando. E a primeira coisa que eu fiz foi plantar as castanhas, comecei, e hoje tem vários lugares que eu plantei castanha e tem pé de caju, mas só que não é tudo igual porque eu mesmo desde certa data não dei conta de limpar, foi crescendo, crescendo, mas o que eu tô dando conta de limpar tão tudo limpo, no limpo mesmo que eu tô cultivando deve ter umas 20 linhas, uns quatro hectare, vamos dizer assim e esse eu vivo cultivando e é de lá que eu venho produzindo, né de castanha.

(Seu Eusébio, 84 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 22 de ago. 2019)

Essa relação entre a ocupação das famílias e o cultivo das espécies vegetais demarca a formação social de Bom Jardim. O relato acima demonstra como os roçados e o plantio das castanhas de caju contribuem para o sentido de pertencimento ao lugar. Essa identidade local é constantemente reafirmada a cada menção do entrevistado ao cuidado com o roçado, e o cultivo de cajuais

O manejo dos cajuais pelas famílias reforça o que Descola (2013) já assinalou, ou seja, que a relação entre natureza e cultura não podem ser vistas separadamente. Os contatos e experiências com meio biofísico, além de marcar o modo de vida, revela saberes e práticas específicas que são mobilizados no uso e manejo das espécies vegetais, tanto as cultivadas quanto aquelas consideradas pelas famílias como do lugar, ou seja, nativas, sem o manejo humano. Esses saberes são heranças geracionais, passada de pais pra filhos, conforme relato:

P – O senhor aprendeu a cultivar os cajuais com quem?

E – Já aprendi com meu velho pai.

P – Qual o nome do seu pai?

E – O nome dele era Bernado Alves de Souza, mais conhecido como Bernado Brás aqui na região. Hoje, a gente planta castanha de caju e cultiva, tira mandioca, tira melancia que a gente planta tudo junto e no tempo da safra a gente tira a mandioca e os outros produtos que dá e fica o cajual e lá na roça a gente vai cultivando e eles vão crescendo, né e quando chega o tempo deles florar, começa botar a gente vai apanhando.

(Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador de Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

Ballé (2009) ao falar de indigeneidade, explica que “são as maneiras tradicionais de conhecimento do mundo” (BALLÉ, 2009, p. 9) expressas historicamente na transformação das paisagens pelo homem dentro de uma concepção de conservação e manejo sustentável do ambiente em que vivem.

A agricultura familiar é a atividade econômica que historicamente predomina em Bom Jardim. É orientada pelo sistema de pousio da terra (WOLF, 1976) que tem propiciado a regularidade do cultivo nos roçados. Em relação às atividades agrícolas os moradores cultivam a mandioca de distintas variedades, como também o feijão, o milho, o quiabo e o maxixe.

2.2 OS TRATOS CULTURAIS DOS CAJUAIS EM BOM JARDIM

2.2.1 O plantio da castanha e a relação entre agência humana e não humana

O plantio das castanhas como já referenciado anteriormente é feito junto com demais culturas nos roçados em Bom Jardim. O plantio dos cajuais é planejado, feito a partir do trabalho de experimentação nesses espaços de cultivo. Levam em consideração não só a necessidade das unidades familiares em assegurar o equilíbrio entre trabalho e consumo, mas dependem também das agências não humanas¹⁰ como os ciclos naturais dos cajuais, períodos lunares, e o comportamento dos animais em relação aos cajuais.

Van der Ploeg (2016) inspirado na teoria de Chayanov, argumenta que o mundo do trabalho no campesinato é marcado pela coordenação de equilíbrios que são dinâmicos e dependem das características da unidade familiar camponesa. O autor afirma que “o tipo de equilíbrio chayanoviano é operado criticamente por um sujeito (ou grupo social) – isto é, por um artifício que entenda de agricultura” (VAN DER PLOEG, 2016, p. 13).

A análise do plantio dos cajuais em Bom Jardim é realizada levando-se em conta diferentes fatores: o meio biofísico, trabalho, consumo e ética ambiental (FLORIANI, 2015). O uso dos recursos, bem como o plantio de cajuais para manutenção da vida está inscrita no universo cultural dessa comunidade. Em relação a isso, cabe ressaltar o uso responsável das

¹⁰ Considero agência não humana a interferência dos elementos da natureza e dos animais nos ciclos de atividades referidas aos cajuais, que envolvem as fases de preparação das áreas, plantio, tratos culturais e a colheita. Conforme sustentam Creado, Sá e Pavesi (2015, p.1). “os não humanos englobam seres sobrenaturais, maquínicos, substâncias psicoativas, meta-agentes (como oceanos, o regime dos ventos, mas também os rios e outros processos geobiofísicos), seres microscópicos e os demais animais não pertencentes à espécie humana”.

áreas agricultáveis por meio do controle direto das famílias desses ambientes que possibilita autonomia na gestão do seu território.

O cultivo dos cajuais em Bom Jardim, segundo os interlocutores, ocorre no período do *inverno* no mês de janeiro, quando se inicia as primeiras chuvas. Geralmente, os mais velhos plantam a castanha do caju no primeiro dia de janeiro, e usam a expressão *dia de ano*, para referenciar este período, conforme relato a seguir:

Pesquisadora – Como o senhor cuida, cultiva os seus cajuais? Como que começa o plantio, como planta a castanha, os tratos que o senhor faz com a terra?

Entrevistado – Eu deixei um pé de castanha ao redor da casa, e a castanha já desse ano que nasceu, e tava já plantada e deixei lá pra te mostrar porque quando a gente não planta ela assim na cova como é de costume a gente aqui, quando diz assim “dia de ano”, aí todo mundo vai plantar castanha.

P – Dia de ano como assim?

E – Primeiro de janeiro, né, dia de ano, mudança do ano que passou pro ano que vai entrar, né e aí todo mundo gosta que é nossa tradição, a roça já ta roçada e aí terreno estando limpo a gente planta no dia primeiro.

P – Planta a castanha?

E – Planta a castanha, a gente vai abre a cova com a inchada e bota a castanha dentro da cova e lá deixa ela lá, vai chover aí quando chove elas vão enraizar, tá dentro da cova, e aí lá ela vai nascer e quando tem sol, as vezes, escalda faz sol e chove e faz sol as vezes ela escalda, mas aonde escalda a gente cava de novo e planta outra.

P – Mas não cobre com terra?

E – Não, faz botar ela lá e o pouco de terra que cai, e com o tempo o vento vai ventando, a chuva vai chovendo e ela vai caindo pra dentro da cova e ela vai... Até que às vezes quando vai nascer, a cova tá aterrada a gente não entope ela não, bota ela mesmo lá no fundo da cova e deixa ela lá.

P – E qual a distância de uma cova pra outra?

E – A gente tem aqui um regulamento que é dez metros, às vezes mais dez metros.

P – Porque que tem que ser essa distância toda?

E – É porque ele não pode ser junto, né, e quanto mais ele espaçoso mais ele tem tendência de se formar, de encorpar de dar mais dele plantando ali um perto do outro porque quando eles vão engalhar vai encostando um do outro. E aí, ali a tendência é deles ficar fino, e quando eles é espaçoso como aquele ali olha aquele que tá pra lá dos pés de coco, ali ele é sozinho nesse meio, aí é um lugar que se fosse botar era dois, três, mas ele tá sozinho e lá tem como ele carregar mais né, depois nós já vamos olhar ali uns que tem ali dentro da mandioca, pra eu te mostrar quanto mais ele espaçoso melhor dele carregar.

(Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

O *dia de ano* marca o início de um novo plantio de castanhas em um roçado. A expressão nativa, como ele mesmo afirma, representa a passagem *do ano que passou para o ano que vai entrar*. O relato revela como essa forma de plantio está ancorada na tradição e marcada por crenças e saberes adquiridos dos mais velhos construídos a partir da relação histórica dos agricultores com seus plantios.

A abertura das chamadas covas para a colocação das castanhas obedece também a todo um princípio de respeito ao ciclo de crescimento do futuro cajueiro. Esse respeito vai para além do valor utilitário. A coleta das castanhas, que proporcionará cajueiros ao agricultor, o saber de

deixar que outras agências para além da humana cumpram seu papel, é essencial para compreensão do processo de cultivo dessa espécie vegetal.

As agências não humanas aparecem no relato do interlocutor, ao sinalizar que não cobre as *covas* com terra, e afirmar que deixa o vento, a chuva e a própria terra agirem por conta própria para que o processo de enraizamento das castanhas ocorra. Neste ponto, a agência humana de abrir as *covas* e colocar as castanhas dentro delas trabalhará em simbiose com as ações do vento, das chuvas e da terra. O depoimento do interlocutor demonstra respeito à agência do tempo da natureza, do tempo ecológico (EVANS-PRITCHARD, 2002), que estrutura o modo como esses grupos organizam suas atividades produtivas.



Seu Paulo indicando pequeno cajueiro plantado na sua *roça* no Povoado Bom Jardim.
Autora: Mônica S. Pereira (abril de 2019)

O cultivo do caju pode sugerir que se os agricultores continuarem a plantar essa cultura a cada ano as áreas agricultáveis para o cultivo de outras culturas tradicionalmente plantadas nos roçados, terminarão. Diferentemente do que se imagina, não ocorre a abertura anual de novos cajuais. Um mesmo cajual pode ser explorado durante anos seguidos, sendo implantados nessa mesma área, novas mudas para repor cajueiros que não produzem mais. Além disso, os cuidados com os cajuais têm também relação com a força de trabalho disponível em cada unidade familiar, não permitindo a ampliação dos cajuais além do limite identificado por cada família para alocar força de trabalho, seja dos seus membros ou mesmo complementar. As

decisões relacionadas aos cajuais obedecem às necessidades das famílias. Os plantios são planejados para que não haja falta de locais agricultáveis em Bom Jardim.

Em razão de todos possuírem suas áreas de trabalho, em Bom Jardim, se observa o respeito às áreas de plantios de cada família, e nem todos roçados onde são cultivadas culturas como mandioca e feijão, por exemplo, são plantados novas mudas de caju.

Mesmo em áreas nas quais as mudas de caju são plantadas, os agricultores depois de colherem os roçados, podem cultivar nesse mesmo terreno até os cajuais atinjam a idade para a produção de castanhas, conforme relata Seu Paulo:

P – Mas dentro de uma roça que tem cajual, depois que plantou, continua plantando naquela área ou vão plantar em outro lugar, ou continua usando aquele lugar ali pra roçar?

E – Não, ali tem um tempo eu vou te mostrar ali, onde tem roça.

P – Mesmo com o cajueiro dentro?

E – Eu já fiz roça primeiro, plantei eles lá. Eu já tirei três safras e ainda tem mandioca plantada, mas eu vou te mostrar como já a partir de agora retirar aquela mandioquinha de lá aí eu não vou mais plantar porque não tem mais espaço que eles já tá tomando a área, né.

P – Ah tá. Enquanto o cajual tá crescendo tá pequeno o senhor ainda pode cultivar lá? E quando ele fica grande não dá mais?

E – Não, porque ele come espaço, né.

P – Toma espaço da roça?

E – Então a plantação devido à sombra ela não produz mais como na área que é livre.

P – Seu Paulo, depois de quanto tempo um cajual dá os primeiros frutos?

E – Olha, quanto mais ele [cajual] no limpo mais ele se faz ligeiro. Se eles forem cultivado aí com três anos, eles estão botando caju.

P – Tem que ficar todo tempo limpando?

E – Vou te mostrar ali uns cheio de mandioca e caju, mas já no próximo não vai mais dar mandioca como esse ano porque vai fazer três anos em agosto.

P – Que o senhor ta usando essa área com cajual dentro?

E – É. Que os caju novo, vai fazer três anos e muitos pé já carregaram que só já e já continuam dentro de três anos já tem caju e castanha.

(Seu Paulo, 63 anos, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

A abertura de novas áreas de roças a cada ano não é necessária, como mostra o relato do interlocutor. Utilizam uma mesma área até três anos enquanto os cajueiros crescem. Se o cajueiro demora de três a cinco anos para começar a frutificar, não há motivos para a procura de novas áreas agricultáveis.

Segundo seu Paulo, numa mesma área é possível cultivar culturas com ciclos de colheitas mais curtos, como a melancia, o milho, o feijão, o maxixe e o quiabo. A mandioca e a macaxeira, como são de ciclo mais longo, colhem quando os cajueiros se desenvolveram. Somente quando os cajueiros já estão produzindo o fruto, e a área do cajual fica sombreada, que procurarão novas áreas para cultivo, sobretudo aquelas que ficaram em pousio.

Essa prática de consorciar distintas culturas com os cajuais é completamente desconhecida pelos agentes do órgão de monitoramento ambiental e muitos outros. Predomina o equivocado entendimento sobre as práticas agrícolas das famílias de que abrem, a cada ano agrícola, novas áreas para implantação de roçados e cajuais, sugerindo que desmatam sucessivamente muitas áreas a cada ano.

Essa percepção não encontra respaldo nas práticas das famílias pois, como pudemos ver no depoimento anteriormente mostrado, cultivam de forma consorciada, por ano seguidos, numa mesma área, diferentes culturas. Além desse fator, que leva em consideração os ciclos de desenvolvimento dos itens plantados e as características das plantas, no cálculo das famílias para abertura de novas áreas é levado em consideração a força de trabalho a ser alocada. Este fator em particular é muito importante, pois os tamanhos das áreas são determinados em razão dessa capacidade, seja pelo uso da força de trabalho da unidade familiar, seja pela contratação dela de forma complementar.

Na alocação de força de trabalho, a diferenciação econômica das famílias também deve ser considerada, pois a existência ou não de recursos para contratá-la é fator decisivo, pois interfere diretamente na decisão de abertura de novas áreas e no tamanho das mesmas.

Em relação à implantação dos cajuais, a preocupação com o uso dos recursos, está sempre no horizonte das famílias de Bom Jardim. O cuidado com essas áreas é muito importante para assegurar a produtividade dos cajueiros. Além da força de trabalho humana investida nesses espaços, as famílias contam ainda o auxílio dos animais (caprinos e bovinos) para garantir uma boa manutenção das áreas dos cajuais.

2.2.2 A manutenção dos cajuais e a criação de animais em Bom Jardim

Os animais no povoado Bom Jardim atualmente são criados presos. Entretanto, de acordo com o relato das pessoas mais velhas, muitas famílias já tiveram rebanhos de cabras e bodes. Atualmente, apenas uma família mantém essa atividade ativa no *povoado*, e os utiliza para auxiliar na limpeza dos cajuais.

O processo de limpeza dos cajuais é muito penoso, pois requer procedimentos de capina e retirada dos chamados *enchercos* – espécie vegetal parasita que impede o desenvolvimento do cajueiro. Os animais comem o que denominam de *mato*, que cresce nos cajuais durante todo o ano. No período de limpeza dos cajuais, entre os meses de junho e setembro, os animais já

comeram parte da vegetação que cresceu, fazendo com que os trabalhadores que se dedicam a essa tarefa não tenham que realizar grande esforço físico no que denominam de *limpa do caju*.

As restrições de criação de animais soltos no afetaram bastante essa atividade em Bom Jardim. Os conflitos derivados da invasão de roças por foi alvo de discussão de muitas famílias, redundando na “lei municipal nº 546, de 17 de abril de 2006, pelo município de Barreirinhas, que dispôs sobre “[...] áreas prioritárias para criação, onde as roças deverão ser protegidas por cercas” (BARREIRINHAS, 2006)” (DIAS, 2017, p.158). Apesar da existência dessa lei municipal, as famílias de Bom Jardim optaram justamente pelo inverso. Decidiram pela criação de animais presos e o não cercamento das roças.

No contexto de divergências entre Município, MPF, Ministério Público Estadual e Judiciário local, algumas localidades como Tratada dos Carlos, Bom Jardim e Achuí decidiram não cercar mais suas roças e criar animais presos, enquanto que criadores de outras localidades resolveram continuar criando animais soltos, como Caboclo, Bom Passar, Tucuns, Massangano II, Carnaubeira e Cedro (DIAS, 2017, p. 158).

Em relação à criação de animais e o uso de cercas é resgatada por alguns moradores mais antigos do povoado, conforme os relatos a seguir:

P – O senhor já fez uso de animais pra ajudar na limpeza dos cajuais?

E – No tempo que a gente tinha, criava animal era cavalo, burro essas coisas tudo a gente tinha e era pra carregar a mandioca da roça, carregar castanha de caju, acabou tudo não tem mais não.

P – Hoje em dia o senhor não tem cabra, ovelha?

E – Eu vendi tudinho, criei muita cabra, graças a Deus.

P – O senhor botava dentro do cajual?

E – Era, comia, que era solto, né, quando tava fechado a capoeira, na hora que abria eles tomavam conta aí crescia depressa, hoje não tem não, agora o menino esse rapaz que é o meu filho tem um gado aí ele bota no cercado aqui e ele solta e aí eles comem dentro. Mas tudo é preso não pode soltar assim não. (Seu Eusébio, 84 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 22 de ago. 2019)

P – O senhor cria animais pra ajudar na limpeza dos cajuais?

E – Não, não, criação de animais eu não crio não, não sou fã logo porque no tempo e aí a gente tem uma polêmica com animal que ninguém faça cerca. O pessoal lá de outros lugar pegava os animal dele e botava pra cá, e aí nesse tempo a gente fazia cerca, era o tempo de uma escravidão que ainda não existe uma lei pra trazer o trabalhador rural ser liberto do negócio de fazer cerca, e aí ainda não tinha e até hoje ainda não caiu no bom senso das pessoas que o bicho que anda, esse que deve ta no local certo. E o que não sai do lugar tem que tá liberto né, não vai atrás do bicho pra comer ele, né, então hoje nessa frase de a roça ser liberta.

(Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

No primeiro relato, Seu Eusébio, resgata a época em que podia criar animais soltos no *povoado*, e alerta para a facilidade de engorda dos mesmos, pois, se alimentavam sem que

tivesse gastos com ração. Ele associa o costume de criar solto com o cultivo dos cajuais. Entretanto, no segundo relato, Seu Paulo já demonstra uma maior aceitação dos animais presos devido a ser dispendioso construir cercas para que os animais não destruam os roçados.

A criação de animais solto ou não, ainda é uma questão que não apresenta consenso entre os moradores de Bom pois, se por um lado o trabalho com as cercas nos roçados foi abolido, por outro, o aumento do trabalho na limpeza dos cajuais foi intensificado. Contudo, a criação de animais presos é respeitada pelas famílias no povoado.

P – E o senhor usa animais pra ajudar na manutenção dos cajuais?

E – Não tenho.

P – Mas o senhor já usou?

E – Tinha muito, criava. Hoje nós não cria mais nenhum. Animal, deixei de comprar. Onde a gente mora não pode ter criação, só se for preso.

P – Mas em relação ao Parque, isso afeta a produção de castanha porque não pode? Vocês ficaram sabendo como que não podia criar na área? Teve algum fiscal que falou algo?

E – A gente pode criar, mas não pode criar solto.

P – Entendi.

E – Mas preso se eu tiver um cerco e botar dentro, dá de criar. Eu fique mais desgostoso porque a gente criava, era bom, na hora de uma precisão a criação bode, porco ajudava a gente ligeiro. Mas do povo consumir era mais fácil logo que de manhã. Se saísse do chiqueiro de tarde já não vinha mais. Aí, ninguém sabia pra onde ia. Aconteceu de uma vez virem pegar uma cabra dentro do chiqueiro. Eu tava aqui indo pro Cantinho [outro povoado], e aí vim e voltei de novo pra festa eles me viram na festa no Santo Antônio e só a mulher aqui sozinha, pois vieram e pegaram a cabra aí mataram e levaram.

P – Hum.

E – Aqui era farto demais, papai criou demais.

E – Pai dele criava demais e o porco dele descia pra cá também e quando descia mais pra baixo era quando não voltava, levaram tudo.

E1 – Bode pra aquele lado daí pra onde saia, ia pra li e quando se dava fé já faltou um.

E – Povo não tem quem pode com eles não. Mexer que é do outros.

E1 – Aí foi tempo também que entrou esse negócio do Parque aqui, e aí diz que era pra eliminar a criação de bode e porco e diz que sujava a água os córregos e tal.

E – É. Porco diz que a água começava a fuçar e a água vai contaminando logo.

E1 – E o bode porque diz que andava muito e saia nas propriedades dos outros. Então esses bichos nenhum era pra tirar aí o parque veio com o fiscal do IBAMA. E aí diz que ia ficar só o gado, e aí pra nós que podia criar um porco e um bode, foi eliminado e a gente se revoltou e disse que também gado.

E – Nós vivia com o ombro ralado pelo tempo de dezembro, novembro nós vinha da roça sujinho de carvão no ombro, na carne, de carregar madeira no ombro pra poder arrudiar à roça. Encostava a madeira pra depois cercar, né. E com isso pra nós foi melhor que a madeira serve pra fazer carvão e serve pra gente carregar pra casa de forno pra torrar farinha, é, é assim.

(Seu Antônio José, 59 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 26 de ago. 2019)

As restrições em relação a criação de animais no PNLN, bem como as tensões internas entre as famílias decorrentes do sumiço de animais no *povoado* contribuíram para que aderissem à criação animais presos. Mesmo com essas restrições, todos destacam importância

da agência animal da manutenção dos cajuais. Souza Filho (2019) em pesquisas atuais no PNLM já chamou atenção para essa prática em que “além de representarem uma reserva de valor, os animais funcionam também como fonte de alimento e como auxiliares em outras atividades” (SOUZA FILHO, 2019, p. 51).

Esses animais como já destacado, alimentam-se da vegetação *que* cresce ao redor dos cajueiros. Em conversas com interlocutores durante o trabalho de campo, fizeram referencia ao *capim gengibre, farinha seca, encherco, pião* e folhas dos cajueiros que caem ao redor dos cajuais como tipos de vegetação que serve de alimentação dos animais. Há outras vegetações ou tipos de *matos* que nascem ao redor dos cajueiros, porém os animais não comem. Mencionaram o *cansanção, o angelim, rama branca, lacre e catingueira* como plantas que não são apreciadas pelos animais, e que no período de limpeza fazem a capina. A seletividade dos animais em relação aos tipos de vegetação que não comem, diz respeito aos efeitos negativos que podem proporcionar. Mesmo assim, ao comerem outras variedades, reduzem consideravelmente a vegetação a ser eliminada na limpeza com os esforços humanos. Daí a centralidade dos animais nesse importante atividade da organização econômica das famílias.

A circulação dos animais pelos cajuais auxilia também na boa manutenção dessas áreas. Ao pisotear e revirarem a terra, contribuem para o bom desenvolvimento dos cajuais, pois de acordo com os interlocutores, os cajueiros aumentam a produtividade em locais mais limpos e com o terreno revirado. Como já sublinhado, a presença dos animais reduz significativamente os esforços físicos das famílias e contribuem para que no período da safra tenham uma boa produção de castanha.



Criação de caprinos presos em *cercados* dentro de cajual no povoado Bom Jardim .
Autora: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

2.2.3 A *limpa do caju*: o processo de manutenção dos cajuais

O processo de limpeza dos cajuais acontece no chamado *verão* entre os meses de julho e início de outubro, período que os cajuais começam a florescer e brotar os frutos para a safra. Como já mencionado, a limpeza dos cajuais ocorre o ano todo para aqueles que possuem animais. Entretanto, é necessário preparar os cajuais para a colheita das castanhas de modo que alcancem melhor tenham produtividade.

Em Bom Jardim, a chamada *limpa do caju*, como denominam o processo de limpeza dos cajuais, demanda grande esforço físicos dos trabalhadores que recorrem primeiramente de mão de obra familiar ou, para aqueles de podem, contratam mão de obra complementar mediante pagamento de diárias que variam de 30 a 40 reais para trabalhadores locais. Outra alternativa adotada é a *troca de dia*, sistema interno de ajuda mútua (PAULA ANDRANDE, 2008) caracterizado pelo intercâmbio dias de trabalho entre pessoas, sejam elas parentes, amigos ou compadres.

A primeira etapa do processo de limpeza é a *capina*, caracterizada pela eliminação de vegetação que cresce entre os cajueiros com o auxílio de ferramentas de trabalho, como enxadas, foices, facões e outros instrumentos. Depois realizam a retirada dos chamados *encherco*s, espécie vegetal parasita que cresce no cajueiro. O *encherco*, segundo os interlocutores, nasce a partir das fezes de um pássaro, o *bem-te-vi* que, ao defecar nos galhos

do cajueiro, deposita sementes dessa planta parasita. Instalada nos galhos, cresce rapidamente, sufocando os cajueiros, comprometendo seu crescimento.

O trabalhador acessa os galhos dos cajueiros e, com auxílio de uma foice ou facão retira o *encherco*, conforme os relatos a seguir:

- P – Mas o senhor contrata alguém pra limpar pro senhor, ou o senhor faz sozinho?
- E – Às vezes aqui ou acolá eu boto um pra me ajudar. Quando dá tal dia assim eu boto um pra trabalhar pra mim, mas aqui eu trabalho só mesmo, né.
- P – Como é o processo de limpeza? O senhor bota fogo, capina com a enxada?
- E – Aqui eu não boto fogo, eu capino com enxada e facão e o mato eu vou amontoando nos lugar pros lugar que é aberto pra onde não sapeca eles né, porque não dá pra deixar os montes assim porque tem muito mato, e se for botar o mato e cortar botam assim não tem lugar pra botar então vai amontoando e botando fogo em lugar aberto onde não tem mato pra não sapecar ele, então vai limpado, vai queimando.
- P – Aí depois de limpo começa o período de florar, né?
- E – Quando é o período de mês de junho, já tá caindo as folhas e começa florar.
- E” – Em agosto já tá começando a florar os cajual.
- P – E quando começa a florar o cajual já tem que tá limpo ou tem que limpar antes de florar?
- E – Às vezes já então você vai limpar até ele botando porque às vezes não dá tempo pra limpar antes e quando você termina de botar, já tá no meio da safra, você limpa antes porque fica melhor e quando já tá caindo, e fica debaixo da folha a gente perde muito, né.
- (Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)
- E – Se na entrada do inverno e ele tiver muito encopado, esgalha ele deixa ele como o rapaz deixou esse aí os brolhos dele que vai brotar, aqueles brolhos.
- P – Hum.
- E – Tudininho bota aqueles brolhos e carrega mesmo. Aí, agora que a gente vai limpar, ele já tá muito encostado no chão e floradinho, a gente não quer mais nem cortar porque já tá ali e já sai alguma coisa ali.
- E1 – Aqueles que estão em baixo no chão eles dão muito. Se você cortar quando for limpar aí ele não dá. Ele sente. Caju tem que ser cortado de banda.
- E – E o encherco lá você não viu?
- P – O neto estava ajudando.
- E – É meu filho aquele rapazinho. Quando é terça feira ele vai derrubar os encherco, ele não queria derrubar logo não porque esse rapaz meu irmão pai de neto tem um gado e ele bota dentro do cercado e já é andado de gado do cercado, ele tirou botou o outro pra li, derruba o encherco e o gado vai e come o encherco, come todinho. O gado é tipo bode você tá trabalhando no cajual e o bode tá comendo o encherco. É tão frio que dá vontade de deitar em cima.
- P – Nas etapas de limpeza, primeiro é em baixo tirando os matos e depois...
- E – O encherco. E pra colher ela todinha ainda tem problema que se o vento não puxar a folha você tem que tirar as folhas todinha, aquelas folhas secas pra tá no limpo né. Tudo é trabalho. (Seu Antônio José, 59 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 26 de ago. 2019)

O processo de limpeza dos cajuais, como já são descritos, conta com o auxílio dos animais. A extirpação de determinadas espécies de *mato* pelo consumo dos animais, contribui decisivamente para a redução das áreas a serem trabalhadas pelos humanos. Essa seletividade dos animais tem relação com os tipos vegetação que brotam nos cajuais que são utilizáveis

como alimentação e outros que evitados. Além da participação dos animais nessa tarefa de limpeza dos cajuais, os humanos valem-se de técnicas corporais (MAUSS, 2003), já que essa atividade exige certa destreza para a retirada dos *matos*, *encherco* que crescem nos galhos dos cajueiros, requisitando habilidade para sua remoção sem comprometer o cajueiro. Assim, nessa atividade de limpeza as agências humana e animal formam um sistema que contribui para a boa conservação dessas áreas de cultivo. Souza Filho (2019, p. 52) afirma:

Tal sistema é sustentado por uma epistemologia nativa que justifica a interação entre humanos e não humanos como componente importante de sua racionalidade econômica, na qual a participação dos animais é parte constitutiva e fundamental, o que se reflete no êxito econômico e na conservação dos cajuais (SOUZA FILHO, 2019, p. 52).



Seu Eusébio limpando seu cajual, a esquerda monte de *encherco*.
Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

O processo de limpeza embora demande muito esforço físico dos trabalhadores, é um período crucial para que a safra dos cajuais tenha êxito. Nem todas as famílias de Bom Jardim se envolvem com essa atividade, muitos por não terem condições de mobilizar força de trabalho além da familiar, outros por estarem em empregos assalariados na sede do município. Estes tomaram então a decisão de abandonar essa atividade. Apesar dessas alterações, Bom Jardim consegue ainda um grande volume de castanha *in natura*, como veremos adiante.

Além dos cuidados com a retirada do *mato* e do *encherco*, os donos de cajuais ficam sempre atentos a como estão se desenvolvendo. Os cajuais são plantas que se não houver o devido cuidado, segundo os interlocutores, seus galhos se esparramam por todo o cajual e isso

pode atrapalhar o desenvolvimento de cada cajueiro, comprometendo a sua produtividade. Neste sentido, a poda dos galhos mais baixos deve ser feita pelos trabalhadores para que os cajueiros tenham um melhor desenvolvimento e garantam uma boa safra de castanha.

O manejo dessa espécie vegetal demonstra o apego e os cuidados dos donos de cajuais, não só com os cajuais, mas também com os outros espaços de cultivo. Pesquisa mais recente no PNLM (PEREIRA, 2018) mostra que o manejo dos roçados dos palmeirais de buriti e das áreas de manipulação e experimentação¹¹ das espécies vegetais nos chamados *quintais* têm relação com o modo de vida das famílias que historicamente vivem e trabalham no PNLM.

O período de limpeza ocorre simultaneamente com a floração e o período de aparecimento dos *maturis* nos cajuais. O *maturi*, segundo os interlocutores, é a castanha ainda em processo de desenvolvimento, ainda *verde*. O modo de classificar dos trabalhadores demonstra a fina relação com o meio biofísico o que nos permite acessar a forma com organizam as etapas, as espécies vegetais, as fases de desenvolvimento em rubricas classificatórias. (DURKHEIM, MAUSS, 1983). Este sistema classificatório nos auxilia a entender a forma como cuidam dos cajuais e as fases de amadurecimento da castanha.

Existe diferenciação entre os tipos de caju. São classificados pelo sabor, caju doce e caju azedo, e também pela cor, caju vermelho ou caju amarelo. A cor ou o sabor do caju não interfere na atividade de comercialização da castanha, isso porque não utilizam comercialmente do mesmo modo o fruto. Poucos são os usos feitos pelo fruto. Algumas famílias os utilizam para preparação de doces, sucos ou mel de caju. Este último usado para fins medicinais. Em relação às castanhas, operam com uma classificação que leva em consideração o aspecto que apresentam e os tamanhos, que podem variar de acordo com os critérios de seleção.

¹¹ Pereira (2018) descreve a experimentação relativa ao cultivo das espécies vegetais que podem ter diversos fins de acordo com seus usos pelas famílias, como: medicinal, nutricional, experimental, utilitário, ornamental e ter também significados simbólicos.



Maturi – castanha ainda em desenvolvimento. Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

Independente do tipo de caju, segundo as formas locais de classificá-lo, o que importa para os trabalhadores é a castanha, já que tem grande valor comercial. Tais critérios não são levados em consideração no momento de plantar. O objetivo central é a obtenção da castanha que, oriundas de diferentes cajuais são reunidas para fins de comercialização

P – E tem nome esse caju?

E – A gente só chama mesmo e só faz diferenciar é o caju azedo do caju doce, o caju amarelo e o caju vermelho. Ali tem um pé de caju encarnadinho, né, porque ele é encarnado e aquele outro o caju é branco e é assim.

P – Tem os tipos né?

E – Eles tem a cor, o encarnado né a gente diz “rapaz o pé de caju ali ta encarnadinho, vermelho” tem outros que é amarelo o pé de caju tá amarelinho oh, só caju maduro, eles ficam assim quando eles estão maduro, né e uns amadurece e fica vermelho e outros amadurece e fica amarelo, né, é assim.

P – Que diferencia né, mas a castanha é a mesma?

E – A castanha é a mesma.

P – Todo mundo junta, misturado, não diferencia?

E – Não tem amarelo e vermelho não.

P – A castanha é tudo junto?

E – Todo aí é junto.

(Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

O amadurecimento do caju indica a época propícia para a coleta da castanha. As práticas adotadas por esses grupos revelam formas de saber. Eles são mobilizados no cuidado com os cajuais de modo a assegurar uma boa. Como já sublinhado, esses saberes contemplam também variáveis naturais. Consideram tanto a agência humana quanto a não humana.



Caju vermelho e caju amarelo Foto: Mônica S. Pereira (setembro de 2019)

2. 3 Interferências na produção da castanha

Em relação aos tratos culturais dos cajuais em comunidades tradicionais do PNLM, agência não humana deve ser considerada. Depois de quatro a cinco anos crescendo, os cajuais já começam a brotar o caju, e automaticamente a produzir as primeiras safras de castanha. Porém, essa produtividade depende de variáveis não humanas no processo de limpeza dos cajuais.

A agência não humana no período de floração também é algo considerado pelos trabalhadores, pois não depende somente da intervenção humana. Consideram que outros fatores interferem no desenvolvimento cajuais. Exemplo disso são fenômenos naturais que acabam interferindo na produtividade dos cajuais. Fazem alusão, por exemplo, a um período lunar chamado de *cripe*, que segundo os moradores, *queimam* as flores impedindo que a castanha se desenvolva. Falam também da presença de *lagartas* que comem as folhas e flores dos cajuais e que aparecem no início do verão. Mencionam também dos chamados *brolhos ou cupins* que atingem o troco e galhos dos cajuais, tornando-os improdutivos.

Essas variáveis independem da ação de limpeza dos cajuais, pois, como descrevem, são fenômenos naturais que interferem na safra da castanha. A descrição desses fenômenos que acontecem nos cajuais traz à tona às justificativas apresentadas pelos trabalhadores para uma colheita boa ou ruim. Esses fenômenos sempre estão presentes nos relatos dos moradores de Bom Jardim.

P – Quando o senhor falou da limpeza dos cajuais o que mais influencia, tem anos que o senhor limpa o cajual pra ter uma boa safra e mesmo assim não rendeu, tem outras influencias para uma boa safra?

E – Tem ano que ele flora muito que arria o galho e aí tu diz que vai dá muita castanha aí eu quando eu vejo isso, eu digo: “flor, não é maturi, não é caju” e aí do que vem acontecendo flora muito, o ano passado foi muito, retrasado, florou que caia os galhos aí no chão, e os maturi bem pouquinho e os cajus tudo rachado.

P – Maturi é o quê?

E – Maturi que eles saem da flor, aqueles maturi verde que é o caju que ainda tá verdinho, a castanha, a gente chama maturi. E aí vai engrossando e vai formando o caju até secar a castanha, esse que é o maturi. E, assim aqui o caju é dessa natureza. Aí, dá muita flor e pouco caju, agora tem tempo que ano dá menos e outros menos.

P – Mas eu já ouvi falar que às vezes o tempo queima, mas como é essa relação do caju com esses outros elementos.

E – A lua quando tá em cripe, ela queima o maturi, a flor do caju. E isso aconteceu no ano passado, todo ano acontece quando eles vão saindo o maturi que dá ela sai você quando ele tá saindo assim, o maturi tá saindo muito seco, tudo queimado. E às vezes queima muito também, mas é tempo que não dá mesmo.

P – Mas é só a lua que influencia no maturi, ou tem outras coisas também?

E – É mesmo só o cripe quando dá e queima muito, a gente vê que tá muito queimado, mas isso a gente não vai nem atrás assim porque a gente sabe que hoje em dia o povo não quer se conformar com pouco, todo ano só quer muito, muito e as vezes através da ganância do mundo chega o pouco e aí fica lamentando, cripe, foi a lua, mas aí é pro povo saber também que não se lembra de Deus que é o determinador que se comanda com tudo quando os olhos da gente aí foca muito adiante as vezes bicho tá bem nos pés da gente e é assim, e aí é dessa natureza. (Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

...

E – Eu não sei, o inverno foi bom choveu muito e esse problema, a lagarta deu que comeu as flor do caju. Eu digo rapaz quando eu vi os caju florando ligeiro eu digo “vai dá muita castanha” mas quando a danação da lagarta naqueles pés que ainda não tinha comido e foi nas flor eu disse “pronto, acabou”. E o cripe? Esse acabou, o maturi tem muito é queimado já.

P – E esse cripe foi quando? É da lua?

E – É da lua esse é que judia.

P – E quando foi?

E – Não tô lembrado, mas quando dá lua cheia aí.

P – Esse ano deu?

E – Deu. Agora deu nessa luada agora ela saiu muito diferente.

E1 – Deu desde mês passado que deu eu já vi as flor queimada. Aí depois eu vi maturi queimado.

E – E a manga? A manga tá toda... Tá com uns três anos que ele nunca mais tinha botado e agora botou e vai ver o tanto que tem no chão? Queimado, queimou e caiu.

P – Então afeta a castanha e outras plantas?

E – É. Acaba com tudo aonde vai e este ano sorte se der duzentos quilos, num dá não. (Seu Antônio José, 59 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 26 de ago. 2019)

A frase, *flor não é maturi, não é caju*, sublinhada por seu Paulo, demonstra muito bem a relação entre observação, saberes e crenças dos humanos associados aos ciclos de desenvolvimento dessa espécie vegetal. O resultado da produção, segundo o interlocutor, tem a ver com diferentes fatores. Nem sempre quando um cajueiro flora muito é sinônimo de boa safra. O contrário também pode ser verdadeiro.

As variáveis da produção da castanha aqui pontuadas representam requisitos ideais para uma boa safra, porém os trabalhadores reconhecem quando alguma delas não colabora para uma boa produtividade, mesmo com todos os esforços humanos investidos na limpeza dos cajuais.

As variáveis que repercutem na produtividade dos cajuais são constantemente mencionadas pelos interlocutores. E vão se afirmando a cada safra. As flores queimadas pelo chamado *cripe* é o principal fator para a baixa safra dos cajuais, segundo os entrevistados. O *cripe* ocorre no período da lua cheia no início da floração dos cajuais. A lua cheia na época de floração é motivo de preocupação para as famílias, pois pode interferir negativamente na safra.



Flores de cajueiro queimadas pelo *cripe*, segundo os interlocutores.
Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)



Seu Antônio José aponta *brocho* no galho do cajueiro.
Foto: Mônica S. Pereira (setembro de 2019)

Em conversas informais essas variáveis são sempre mencionadas pelos trabalhadores para justificar a produtividade dos cajuais. Elas no volume coletado durante a safra de castanha.

A produção da castanha de caju, como sinônimo de produção da vida em Bom Jardim, deve ser compreendida, nos termos de Ingold (2017), para além do substrato material. Ela se insere no cotidiano das famílias, na capacidade de encontrarem respostas às suas necessidades, respostas que “são tecidas na vida, e vidas são tecidas na paisagem, em um processo contínuo e interminável” (INGOLD, 2015, p. 90).

Segundo este autor, vivemos num mundo habitado, o mundo das nossas percepções:

Esse mundo habitado – o mundo da nossa percepção – inclui a terra debaixo dos nossos pés, o céu arqueando acima das nossas cabeças, o ar que respiramos, para não mencionar a profusão da vegetação, alimentada de energia pela luz do sol, e todos os animais que dependem dela, ocupadamente absorvidos em suas próprias vidas como estamos na nossa (INGOLD, 2015, p. 153).

A perspectiva do habitar o mundo sublinhada por Tim Ingold (2017) inspira a análise dos tratos culturais dos cajuais em Bom Jardim. Essa perspectiva nos auxilia a compreender o modo de vida neste *povoado*, a partir das interações que as famílias estabelecem com o meio biofísico a partir do uso do conhecimento tradicional. Todas as interações e conhecimentos

seriam associados ao que o autor chama de tecelagem, ou construção das vivências tal como um artesão tece um artefato.

Nos termos de Ingold, os tratos culturais dos cajuais em Bom Jardim podem ser vistos como uma forma de habitar o mundo, visto que se expressa na mobilização do conhecimento nas atividades cotidianas da localidade. Não só em relação ao cultivo dos cajuais, mas em outras atividades que ocorrem simultaneamente. Todos os saberes, os costumes, o tempo, as variáveis são vivenciados na relação com os ambientes.

A construção dessas vivências surge das experiências no território, caracterizando o modo de vida das famílias. São justamente essas experiências que dão o ritmo da vida em Bom Jardim. Então, conhecer as práticas das famílias, é conhecer seu lugar de pertencimento.

Na produção da vida em Bom Jardim, os humanos e os não humanos são inseparáveis. Cada um cumpre uma função, atribuindo sentido e significado as coisas. Essa relação não torna um mais importante que o outro, já que ambos são indispensáveis, nos termos nativos, ao atendimento das necessidades materiais e simbólicas das famílias. Os tratos culturais dos cajuais são um bom exemplo disso, não só em Bom Jardim, mas em outras localidades do PNLM.

2.4 A PRODUÇÃO DA CASTANHA DAS FAMÍLIAS DE BOM JARDIM

2.4.1 A organização e autonomia das famílias no cultivo dos cajuais

As áreas de cajuais e a produção de castanha do povoado Bom Jardim integram os sistemas de organização interna dos grupos domésticos (FORTES, 2011) desta localidade. O cultivo dessa espécie vegetal, portanto, ocupa lugar importante na organização econômica das famílias.

Fortes (2011) denomina de grupos domésticos “uma unidade que possui e mantém a casa e está organizada para prover os recursos materiais e culturais necessários para sustentar e criar seus membros” (FORTES, 2011, p. 17). Neste sentido, as atividades desenvolvidas em torno dos cajuais contribuem para a manutenção do sistema social desta localidade.

A utilização dessa categoria nos ajuda a pensar como o trabalho desenvolvido nos cajuais organiza a vida social das famílias bem como tem relação com o ciclo de desenvolvimento doméstico. Assinalei anteriormente que a ocupação territorial Bom Jardim tem relação com o cultivo das espécies vegetais, e que os cajueiros representam uma das marcas

da presença humana no PNLM. Em Bom Jardim, como em outras localidades do PNLM, a organização econômica das famílias é fortemente marcada pelo cultivo de cajuais.

Para Fortes (2001) no desenvolvimento do grupo doméstico, as unidades familiares passam por ciclos de reprodução social que dependem do capital humano e social dos seus membros. Mecanismos institucionais bem como os costumes que são produzidos e transmitidos, agregam valor social às sucessivas gerações. Comparando os grupos domésticos a um organismo vivo, Fortes (2001) afirma que devem sempre permanecer em ação, vistos como cíclicos e de longa duração até sua dissolução ou substituição por novos grupos domésticos através da descendência geracional.

Esse desenvolvimento se dá por meio processos e forças sociais internos e externos aos grupos. A partir de tais processos, estabelecem escolhas matrimoniais que culminam em casamentos, padrões de residência e regras jurídicas costumeiras, configurando a organização social e espacial dos grupos.

O processo de ocupação de Bom Jardim decorreu de demandas sociais e econômicas e de variáveis culturais relacionadas com a constituição de novos grupos domésticos que, por meio dos laços de casamento, permitiram que novas famílias ampliassem o processo de povoamento desta localidade.

Entendo por variáveis culturais e estruturais envolvidas no ciclo de desenvolvimento todas as forças geradas pela estrutura social e todos os costumes e instituições, através dos quais estas forças são manifestadas, como também o são os valores que essas forças refletem. (FORTES, 2001, p.12)

O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico está referido às regras socialmente estabelecidas que regulam a participação dos indivíduos contextos sociais específicos. Regulam a organização interna dos grupos, determinando, por exemplo, as regras de residência e casamento. Os padrões de distribuição local das novas famílias são dados a partir de variáveis específicas ditadas pelos costumes e pela cultura local. Assim, de acordo com o direito costumeiro, os integrantes das unidades familiares passam a adquirir direitos não só de permanecer, mas também de usufruir daquilo que é assegurado às demais famílias.

O cultivo de cajuais em Bom Jardim obedece, portanto, às regras socialmente compartilhadas e acatadas, repercutindo na organização social, espacial e econômica das famílias de Bom Jardim. Assim, essa atividade converte-se em importante elemento para a reprodução social dos grupos domésticos. Outro ponto a considerar é que os cajuais também representam bens geracionais, uma vez que os filhos recebem dos pais em vida, ou depois de

sua morte os cajuais que cultivaram enquanto integrantes de um grupo doméstico em fase de expansão e ou reprodução (FORTES, 2001).

Geralmente aqueles que dividem as áreas em vida, já estão idosos e não possuem mais condições para as atividades de limpeza, ou podem também estabelecer novos arranjos como a venda de cajuais para os filhos para assim terem uma produção maior de castanha. Apesar de tal possibilidade, esses arranjos variam de família para família.

Em termos de organização social e econômica, as famílias de Bom Jardim levam em conta diversos fatores como as formas de cultivo e manejo das espécies vegetais, considerando o tempo ecológico (PRITCHARD, 2002), a reprodução social e espacial dos grupos domésticos (FORTES, 2001). Tais fatores dizem muito sobre o sentido de territorialidade (LITTLE, 2002) das famílias construído historicamente a partir das interações estabelecidas com o meio biofísico.

Na caracterização da morfologia social, Mauss (2003) sublinha que existe uma relação entre a densidade de determinada população e o substrato material que atende às suas necessidades. Em Bom Jardim os cajuais corresponderiam a uma parcela importante desse substrato de que fala o autor.

Segundo este autor a morfologia social teria relação com o modo como “se estabelecerem no solo, o volume e densidade da população, a maneira como esta se distribui, bem como o conjunto das coisas que servem como base para a vida coletiva” (MAUSS, 2003, p. 425).

As ideias de Mauss (2003) nos ajudam a pensar os agrupamentos humanos além das preocupações de atendimento de suas necessidades básicas. Nos auxiliam compreendê-los a partir de outros referenciais que organizam a vida coletiva, como as regras e os valores operados pelos grupos domésticos que permitem que se reproduzam socialmente num dado território.

A produção da castanha e organização dos grupos domésticos em Bom Jardim, ajudam a pensar o lugar que os cajuais ocupam na economia das famílias. A variável tempo, nesse caso, é outra categoria que auxilia no entendimento dessa centralidade. O *inverno* e o *verão*, já mencionados anteriormente, colocam o fator tempo como variante importante para organização dessa atividade. Ele regula as atividades que devem ser realizadas, implicando a mobilização dos membros dessa comunidade em torno dessa atividade. A sazonalidade define, portanto, uma série de procedimentos a serem adotados temporalmente, de modo a assegurar o bom desenvolvimento dos cajuais e a sua produtividade.

O uso comum dos recursos é uma outra característica da organização social e ideias econômica das famílias de Bom Jardim. Para além das fronteiras estabelecidas pelo PNLM, que na perspectiva do Estado brasileiro é uma unidade de conservação de proteção integral, o uso comum da terra e demais recursos reforça os vínculos que as famílias estabelecem com o lugar.

a indivisibilidade da terra e a articulação entre a apropriação individual familiar e o usufruto comum dos recursos naturais se apresentam, neste caso, como estratégias de autodefesa frente à sociedade dominante (PAULA ANDRADE, 2008, p. 81).

O uso comum garante a liberdade e autonomia para as unidades familiares escolherem suas áreas para implantação dos roçados e cajuais, sem interferência de atores externos. Este tipo de organização social assegura o que Paula Andrade (2008, p. 70) chama de direitos de cultivo para todos os grupos domésticos, assegurando a todos o acesso à terra. Os mecanismos de reciprocidade, conhecidos como *trocas de dia*, ajudam também a implantação dos roçados, favorecendo as formas de uso dos recursos. Tais mecanismos são muito mobilizados na localidade, o que tem facilitado a complementação da mão de obra familiar empregada nas atividades agrícolas.

Os cajuais, diferentemente dos roçados, são áreas com cultivos de longa duração podendo produzir caju e castanha por sessenta anos ou mais, por exemplo, se os processos de limpeza forem feitos conforme as exigências dessa cultura. A escolha das áreas para o estabelecimento de novos cajuais representa, também, investimentos de trabalho humano dos grupos domésticos. Essas novas áreas estão dentro do sistema de uso comum terra, porém de apropriação privada familiar.

Os domínios dos roçados e dos cajuais em Bom Jardim representam a autonomia camponesa. Como esclarece Paula Andrade (2008), essa autonomia se expressa no “controle dos meios de produção, processo de trabalho, mas também no nível da circulação dos produtos de sua lavoura” (PAULA ANDRADE, 2008, p. 71).

Todo o volume de castanha produzido nos cajuais em Bom Jardim está referido ao grupo doméstico que investiu trabalho familiar no seu plantio e cultivo. É de domínio privado das famílias. Paula Andrade (2008) ressalta, “cada uma destas detém o controle sobre os resultados do seu trabalho, comercializando sua produção independentemente, sem a ingerência de qualquer instância supra familiar” (PAULA ANDRADE, 2008, p. 72).

A colheita da castanha no período de safra é regida pelo respeito que cada grupo doméstico tem em relação à área e limites dos cajuais dos demais. Sendo assim, o respeito às

áreas de cultivo de cada grupo se configura numa regra costumeira importante, e estabelecida a gerações no povoado.

Como pontuado por Paula Andrade (2008), “não se trata de igualitarismo a nível de todas as etapas de produção, mas de articulação entre formas de apropriação individual familiar e o usufruto comum dos recursos naturais” (PAULA ANDRADE, 2008, p. 73).

2.4.2 Os grupos domésticos de Bom Jardim e a produção da castanha

Fortes (2011) ajuda-nos a pensar e caracterizar os grupos domésticos através da interrelação dos processos internos e externos, como mediadores da organização familiar local. Processos estes que tomam como referência a quantidade de membros por unidade familiar, idade, trabalho assalariado ou temporário, quantidade de produção de castanha, benefícios governamentais como o Bolsa Família, aposentadoria, volume de castanha vendido para o mercado. Isso tem ligação com a quantidade membros que a unidade familiar aloca no processo de trabalho.

O autor apresenta três tipos de estágios de desenvolvimento dos grupos. A primeira fase, e caracterizada por unidades familiares recém-construídas, com o casamento ou união, podendo ou não ter filhos que dependem economicamente dos pais. Dependendo da idade, podem contribuir nos trabalhos da lavoura e outras atividades, como a coleta da castanha e criação de animais, por exemplo.

A segunda fase é a da dispersão em que os chefes de família do grupo de origem veem sua unidade ser fragmentada com o casamento dos filhos adultos que criam novas unidades domésticas. Aqui podemos identificar os padrões de residência. Geralmente as mulheres saem e vão residir no povoado do conjugue. Nesse caso verifica-se o processo de ocupação de novas áreas. O uso comum assegura os espaços para criação de novas unidades familiares.

O casamento é, sem dúvida, um elemento crucial na determinação da escolha de residência para, ou pela pessoa. Em termos de desenvolvimento, a razão disto é que o casamento leva a uma cisão real ou incipiente de uma ou de ambas as famílias ou grupos domésticos originais dos cônjuges e que uma cisão no grupo doméstico é sempre traduzida em termos de representação espacial, através dos arranjos residenciais. (FORTES, 2011, p. 9)

A terceira fase é a de substituição, configurando a morte dos chefes de família. Essa fase assegura o processo de ocupação por descendência, distribuição de heranças e dispersão dos costumes reproduzidos e transmitidos sucessivamente para novas gerações num movimento

cíclico, histórica e culturalmente respaldado. Em Bom Jardim, como já mencionado, as famílias se distribuem por esses fatores de ocupação por descendência, historicamente afirmada na localidade.

Bom é constituído a partir da distribuição de três grupos domésticos mais antigos. O primeiro de seu João Batita Nunes (falecido) e dona Joana da Conceição Nunes (77 anos), o segundo do seu Eusébio Conceição Rocha (84 anos) e Dona Maria Zélia Lima Rocha (69 anos), e por seu Bernardo Alves Souza (falecido) e Elza Martins Souza (77 anos). Suas descendências marcam a formação social do povoado e são apontados como os primeiros moradores da localidade.

Tabela 1:

Dados populacionais e fases das unidades domésticas de Bom Jardim

Nº	Chefes de Família	Nº de pessoas p/ unidade familiar									
		Adultos		Crianças		Adolescentes		Idosos		TOTAL	Grupo Doméstico
		M	F	M	F	M	F	M	F	Nº	Fase
1	Joana	4	2	0	0	2	0	0	1	9	Dispersão
2	Valdir/Elaine	1	1	1	0	0	0	0	0	3	Expansão
3	Eusébio/Maria	0	0	0	0	0	0	1	1	2	Dispersão
4	José J./Vanderléia	1	1	0	0	1	0	0	0	3	Expansão
5	Antônio/Maria	1	1	0	1	2	0	0	0	5	Expansão
6	Adriano/Jardiane	1	1	0	1	0	0	0	0	3	Expansão
7	Ronaldo/Cleani	1	1	1	2	1	1	0	0	7	Expansão
8	Joel/Tatiane	1	1	0	1	0	0	0	0	3	Expansão
9	Elza	0	0	0	0	0	0	0	1	1	Dispersão
10	Paulo	0	0	0	0	0	0	1	0	1	Expansão/Dispersão
11	Antônio J./Ana	1	1	0	0	0	0	0	0	2	Dispersão
12	Lourenço	1	0	0	0	0	0	0	0	1	Expansão
13	Artur/Maria J.	1	1	0	0	0	1	0	0	3	Expansão
14	Manuel/Maria S.	0	0	0	0	0	0	1	1	2	Dispersão
15	Nilse/Bernardo	3	1	1	1	1	1	0	0	8	Expansão
16	Josenilson/Luciene	1	1	2	3	1	1	0	0	9	Expansão
	Total	17	12	5	9	8	4	3	4	62 pessoas	

Elaborado pela autora a partir de dados do trabalho de campo em 2018.

Bom Jardim possui um total de 16 casas ocupadas. Quanto aos dados populacionais, possui 62 pessoas: sendo 17 homens e 12 mulheres adultos, 26 crianças e adolescentes e 7 idosos distribuídos em 16 unidades familiares no povoado

A tabela acima descreve as fases de desenvolvimento dos grupos domésticos em Bom Jardim levando em consideração a idade/sexo e números de pessoas por unidade familiar. A partir da concepção nativa, crianças seriam aqueles de zero e 13 anos, adolescente dos 14 aos

17 anos, dependentes economicamente dos pais, adultos acima dos 18 anos e idosos a partir dos 60 anos.

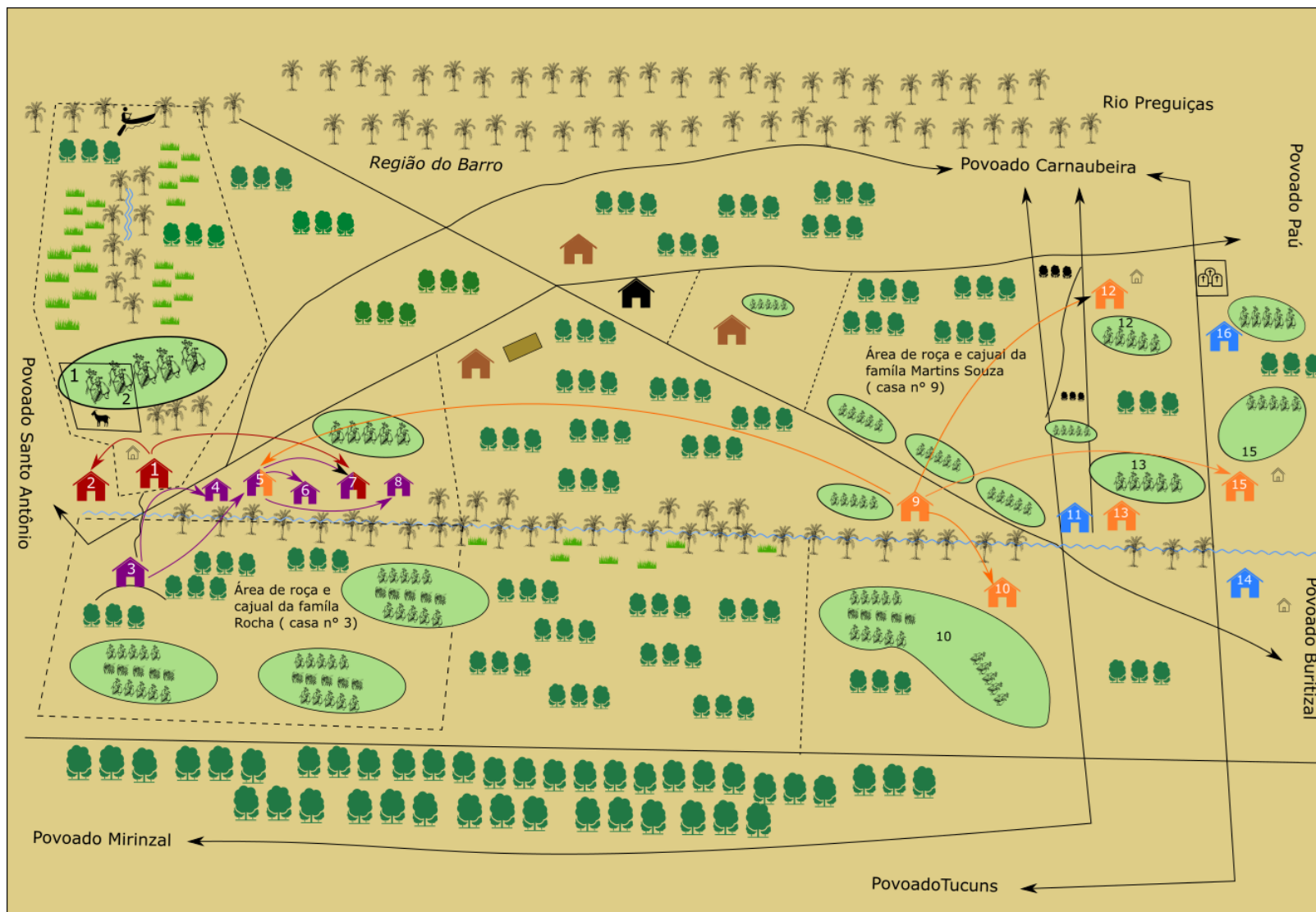
A concepção de adulto pode variar quando, por exemplo, ainda adolescentes um casal resolve constituir uma nova unidade familiar. Nesse caso, por serem responsáveis por uma unidade doméstica com ou sem filhos, são vistos coletivamente como adultos pelos moradores do povoado. Arranjos familiares como este não foram detectados em Bom Jardim. Todos os chefes de família são maiores de 18 anos.

Aqueles que se encontram na fase de expansão, são chefes de família que têm os filhos que são dependentes economicamente dos pais. Os que estão na fase de dispersão, são casais e/ou viúvos que tiveram filhos que formaram novas unidades domésticas no povoado ou em povoados vizinhos, ou filhos solteiros adultos que ainda permanecem no grupo doméstico.

Os casos das casas 10 e 12 (vide croqui a seguir) que se encontram na situação de expansão/dispersão, estão referidos à fase de dispersão da casa 9. O primeiro tornou-se viúvo, e seus filhos não moram mais no povoado por isso sinalizei em fase de dispersão. O segundo, encontra-se solteiro, sem filhos, porém, configura-se como unidade doméstica em expansão, pelo desejo do entrevistado em formar um laço matrimonial, e por possuir linhas de cajuais. Como não possui mão de obra familiar, contrata ou paga trabalhadores locais para ajudá-lo nos tratos, ou faz uso do mecanismo de *trocar dia* no cultivo dos roçados e limpeza dos cajuais.

A expansão desses grupos domésticos, aliados com o cultivo, como já pontuado, deram origem à distribuição espacial atual das famílias no povoado, como demonstrado no croqui a seguir.

CROQUI DE BOM JARDIM



Elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa. Ilustração gráfica: Ranyere Rêgo.

Como ferramenta que permite auxiliar na compreensão da organização social das famílias de Bom Jardim, o croqui reúne informações sobre a distribuição espacial das casas, sinalização dos espaços de cultivo, bem como a indicação em cores da descendência dos três grupos domésticos principais, citados anteriormente. Esta representação gráfica foi realizada com o auxílio dos moradores do povoado que indicaram as principais áreas de cultivo de cajuais, sinalizados em verde.

As casas estão numeradas de 1 a 16, e as dos moradores mais antigos, responsáveis pela ocupação por descendência no povoado estão sinalizados com os números 1, 3 e 9. As setas, bem como as cores das casas indicam os três grupos domésticos principais, e as casas sinalizadas com duas cores, representam a união ou casamento entre os filhos e netos dos três grupos originários. Aquelas unidades domésticas sinalizadas em azul não possuem parentesco consanguíneo com os três grupos principais, porém, moram no povoado pelo processo de ocupação daqueles que vieram de povoados vizinhos.

Aliada a outras atividades como a criação de animais, produção de artesanato da fibra de buriti, os roçados, a pesca artesanal e a mariscagem, o cultivo dos cajuais para a produção de castanhas mobiliza conhecimentos vários, sejam aqueles voltados ao plantio e cuidados com os cajueiros, sejam os empregados no processo de seleção e queima das castanhas para fins de comercialização. Bom Jardim pode ser um bom exemplo de como essa se organiza sistematicamente. Enquanto atividade histórica e culturalmente estabelecida na região, explica, em certa medida, o processo de ocupação das unidades domésticas em Bom Jardim, conforme relato de dona Elza:

E - Assim minha idade mesmo que eu tenho tá com 70 anos fez agora esse mês passado parece, porque meus documentos quem tem é a menina aqui que tem. E a plantagem da castanha que a gente roçava...

P - Qual era o nome do seu esposo?

E - Bernardo Alves de Sousa. Aí, a gente tocava fogo na roça aí quando desse em janeiro que chegava as chuvas, aí a gente ia plantar a maniva, depois dia de ano plantava as castanhas aí cavava as covas que é a metragem três metros, dois por aí assim, e aí cavava a cova e botava a castanha dentro da cova e deixava lá. E quem entupia era chuva que ia chovendo, e entupido e ia nascia, as que nascia, e as que não nascia à gente replantava novamente.

P - Quando vocês faziam isso com a roça, quanto tempo pra castanha crescer pra se transformar em cajual? Quanto tempo para frutificar?

E - Rapaz, pra dar mesmo pra começar era de três anos. Aí, quando tava com três anos os pé que era os mais viçosos botava as florzinhas, e botava dois cajus, três, coisa de quatro anos pra cinco anos era que ele começar a botar.

P - E seu Bernardo tinha essa ideia de cultivar caju, de onde veio essa vontade de plantar castanha aqui em Bom Jardim?

E - Quem teve a ideia, porque os primeiros morador que entrou pra cá pra essa área foi nós, e veio mesmo dele, nós mesmo plantava pouco e plantava toda castanha plantava pequena, plantava grande depois a gente pensando que só castanha miúda, e

foi escolhendo botando só castanha graúda, e aí a gente foi plantando, aí quando plantava maniva, plantava dentro, né aí a gente limpava quando limpava a roça, limpava com os caju tudo até cinco anos. Quando completava quatro anos a gente já deixava só o cajual plantado porque tirava mandioca e tornava plantar enquanto tava pequeno, aí tirava porque só dá com um ano e pouco, a mandioca, aí quando tirava aquela a gente tornava plantar e os pé de caju ficando dentro, crescendo, e quando ele já faziam froqui aí a gente não plantava mais com quatro anosa gente mão plantava mais a mandioca. (Dona Elza, lavradora, uma das primeiras moradoras de Bom Jardim, 03 de abril de 2019)

O excerto acima demonstra bem a iniciativa de dona Elza e seu Bernardo de realizar investimentos para o cultivo de cajuais quando chegaram em Bom Jardim, como os primeiros moradores. A iniciativa de implantação de cajuais torna-se uma das garantias de renda para as novas famílias com a venda das castanhas produzidas. A interferência dos agentes não humanos, como já descrito, é outro elemento considerado na produção da castanha. A ação da chuva, dos ventos também é entendida com uma variável importante no processo de desenvolvimento dos cajuais, podendo levar até cinco anos para ser produtivo.

Atualmente, dona Elza é viúva e seus filhos moram não só em Bom Jardim (vide croqui), mas em outros povoados também do PNLM. No período de safra dos cajuais conta com a ajuda dos filhos para a coleta das suas castanhas, bem como nos processos de limpeza dos cajueiros.

Os cajuais como domínios sociais e de apropriação privada familiar fez com que a entrevistada, por não conseguir limpar ou pagar a limpeza dos cajuais, distribuir para os filhos linhas de cajuais em vida como herança, esta ação também pode ser caracterizado como um mecanismo de busca de equilíbrio do seu grupo doméstico, pois como não possui mais filhos dependentes economicamente dela, não há razão de continuar com áreas muito extensas de cajuais já que sua unidade doméstica foi fragmentada em novas unidades domésticas.

Os cajuais por serem herança familiar, e por serem cultivos de longa duração em um mesmo lugar, desmonta a tese difundida principalmente por agentes do órgão ambiental de que há uma degradação sistemática do meio biofísico do PNLM por essa espécie, vista como exótica. Porém, como vimos nesse caso, as *linhas* de cajuais são distribuídas de pai para filhos na região, ou vendidas, o que significa que não há necessidade de abertura de novas áreas para implantação de cajuais. O relato de dona Elza a seguir ressalta esse aspecto:

P – Como é que limpava naquela época que seu esposo era vivo?

E – Quando a moita estavam grande ia roçava e deixava dentro porque não tinha mais mandioca, então só ia roçando, mas todo ano tinha que limpar os cajual. Olha esses cajual aqui na porta, aqui, esse agora tá arrumado, porque o velho morreu e passei pros meus filhos pra cá.

P – A senhora deu pra ele como se fosse uma herança?

E – Dei pra eles, deles mesmos, pode tomar de conta porque até quando eu podia limpar era limpo, todo ano eu mandava limpar, mas aí tinha problema de saúde e eu

disse “quer saber” passou uns tempos, eu dei pros filhos pra aqui e pra acolá, pra acolá eles não ligaram, aqui eles andaram batendo, e depois largaram de mão tá tudo dentro do mato.

P – Aí os seus filhos começaram a cuidar dos cajuais quando?

E – Eu dei no limpo, aí teve uns que bateram, outros não bateram, corre mais não bate porque tá limpo aí tá aí todo ano eles falam de bater.

P – Quantas linhas de caju que a senhora e seu marido cultivaram até ele falecer?

E – Rapaz eu acho que tinha umas oito linhas de caju assim. Esse cajual daqui ia lá fora aí ele saiu dando, e aí ficou lá porque ninguém limpou mais, ficou aí ficamos só pra cá mais próximo. E foi o tempo também que ele adoeceu passou e eu também. Nessa fase a filha levou ele lá pra Carnaubeira pra lá, ele não queria ir e quando foi queria mais ser...Eu não podia tá lutando porque eu também tava lutando pela saúde, aí levaram ele obrigado porque não queria ir, e nessa ida que ele foi e foi cada vez entristecendo porque ele nunca parou, ele ficava por aqui saía, e recorreu os cajual tudinho a gente mandava limpar, e ele mandava colher as castanhas e quando dava ele vinha com chapéu com castanha dentro, “olha não juntaram tudo” e ficava, mas rapaz castanha é como feijão, a gente apanha quando volta vê feijão de novo e assim ficou e foi tendo e eu digo “quer saber eu vou dá esses pé de caju pra esses meninos porque tá morrendo, já morreu foi muito porque dá broca, e ia morrendo e esse bem daqui que passaram que tem aqui é de um filho, esse aí vendi pra ele porque eu tinha que ir pra São Luís, inteirar o dinheiro, eu vendi. Chamei os filhos e os que quisesse comprar e ele tem um cajual bem aí que é perto emendado no outro, e aí os outros disseram que não queriam porque não tinha dinheiro pra pagar.

E – E por quanto que a senhora vendeu pro seu filho?

P – Quinhentos reais.

E – E quantas linhas?

E – Acho que dava umas três linhas aí, de três a... Por aí assim que pode dá, mas morreram foi muito, cajual era fechado. Assim que o velho morreu eu vendi, e fui pra São Luís, e voltei novamente, e aí ele deu o dinheiro e fui me tratar por seis meses. Quando eu cheguei tava dando mato, e aí que vinha e limpava ao redor da casa “meu filho só limpa mesmo ao redor da casa”, deixei a casa ele entrava e fazia almoço, saía e ele que morava em Barreirinhas, e aí por aí ficou... Quando eu cheguei ainda fui e mandei as meninas apanhar, pois eu digo se vocês querem eu dou pra vocês.

P – Aí depois a senhora deu o que sobrou?

E – Eu dei, vendi só mesmo esse pedaço, o resto eu dei pra eles.

P – Aí eles dividiram?

E – Dividiram aqui neste pedaço aqui tem a Graça, tem o Zé Maria, tem a Nonata, tem a Dos Santos, tem o outro que mora lá são cinco. Só quem não quiz dado foi o outro, o Lourenço esse... Não sei se tu conhece?

P – Acho que eu conheço.

E – Esse ele já tinha comprado e ele disse que não queria dado.

P – E todos esses seus filhos moram aqui em Bom Jardim e trabalham com a castanha?

E – Só tem dois que se mudou é a Graça que mora na Carnaubeira, tem casa, mas agora vai tomar de conta da fazenda da Volderez, não sei se tu sabe. (Dona Elza, lavradora, uma das primeiras moradoras de Bom Jardim, 03 de abril de 2019).

O relato de dona Elza sublinha a importância do cuidado com os cajuais e a necessidade de investimentos de trabalho constantes para a sua manutenção. Destaca-se também no relato a relação entre o cuidado, como sinônimo de investimento de força de trabalho e as classes de idade. Esse aspecto é sublinhado por Fortes (2011) ao falar do ciclo de desenvolvimento biológico dos grupos domésticos. À medida que envelhecem, os cuidados diminuem, em razão da redução da capacidade física, necessitando outros mecanismos para que os cajuais continuem sendo cuidados.

No caso da dona Elza, a estratégia foi a de doar e/ou vender aos filhos, parcelas do seu cajual. Uma forma de conservar um patrimônio entre os parentes consanguíneos. Essa estratégia visa distribuir entre os integrantes do grupo doméstico, partes do cajual, de modo a garantir, ao mesmo tempo, que as gerações mais novas se ocupem dos cuidados com o cajual, e que ele se mantenha como um importante elemento gerador de renda complementar à economia das famílias.

Além de representar um gerador de renda complementar à economia famílias, os cajuais também podem contribuir para o nascimento de uma nova unidade familiar. Exemplo disso é o caso da unidade familiar nº 2, sinalizado no croqui. No período da pesquisa, estavam iniciando sua vida no povoado, o casal Valdir e Elaine, com um filho recém-nascido. À época da pesquisa tinham se instalado no povoado há poucos meses. Valdir é filho da Dona Joana (nº 2) trabalhou muitos anos em São Luís e resolveu voltar para o povoado com a esposa e filho.

Em conversas com Valdir, filho de dona Joana, ele demonstrava vontade de ter seu próprio cajual, pois trabalhava e ajudava na limpeza do cajual da mãe. Nessa situação, as castanhas que coletasse seria dele até que tivesse a sua própria área de cajual. Revelava também preocupação por seus irmãos que moravam com a mãe dedicarem mais atenção ao trabalho na construção civil, não reservando tempo para realizara limpeza anual dos cajuais.

P – Você tem linhas de caju aqui no povoado?

E – Então, o que nós temos é da família, então eu cheguei de São Luís estava um pouco descuidado, os meus irmãos trabalham e sabe como é que é hoje, capitalismo, as pessoas tem que trabalhar, tem o seu patrão e horários a cumprir e como tem o dinheiro fixo eles não vão se interessar de certa forma de um dinheiro que vai dá de uma safra de um ano, por exemplo.

P – Entendi. O senhor trabalha só aqui no cajual da dona Joana?

E – Sim, mas esse ano eu tô com um projeto de iniciar umas linha pra mim mesmo porque dá um dinheiro, né. Início de dezembro, janeiro que aí vem os seis meses de chuva eles crescem e quando chega o verão segura e vai indo assim e quando vê já começa a colher castanha.

P – Entendi. E quais atividades da roça que o senhor pratica desde quando chegou?

E – Tem a lavoura, que eu planto maxixe, quiabo essas coisas, eu gosto muito de fazer essas coisas, e tô começando a vender.

P – E criação de animais?

E – Também, meu irmão cria bastante aqui é um lugar propício, como eu tô chegando agora, casa nova ainda tô ainda, criar uns pintos também, mas é um lugar muito bom pra tudo isso, pra criar. (Valdir, morador de Bom Jardim, 22 de agosto de 2019)

O relato de seu Valdir revela os arranjos familiares para aquelas situações de retorno de membros das famílias que se encontravam fora do lugar de origem. Nesse caso, os cajuais permitem que ele, como filho da dona Joana, possa trabalhar e coletar castanhas nas áreas da mãe. Essa situação inicial serve como mecanismo de ajuda para aqueles que retornam e, como

ele mesmo sublinha, possa desenvolver o que chama de *projeto* de iniciar o cultivo do seu próprio cajual.

O fato de o entrevistado ter saído do povoado e voltado, não o priva de ter direitos do uso da terra e de construir sua unidade doméstica, pois possui vínculos de parentesco com a dona Joana. Esses pormenores do cultivo de cajuais integram a organização interna das unidades familiares, e torna esta atividade importante na estruturação das relações entre eles.

Para que se tenha uma visão geral dessa atividade, a tabela a seguir mostra alguns detalhes, destacando a área cultivada e o volume de produção de castanha entre os anos de 2017 e 2018 em Bom Jardim, bem como outras variáveis identificadas que integram a economia das famílias.

Tabela 2:
Variáveis econômicas da renda das famílias de Bom Jardim

Nº	Chefes de Família	Criação de animais	Linhas no cajual (50m²)	Volume de castanha <i>in natura</i> (kg) / Ano		Aposentadoria	Trabalho assalariado ou temporário	Bolsa Família
				2017	2018			
1	Joana	Sim	3	1000 kg	700 kg	Sim	Sim	Não
2	Valdir/Elaine	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3	Eusébio/Maria	Não	20	1200 kg	700 kg	Sim	Não	Não
4	José J./Vanderléia	Não	N/I	N/I	N/I	Não	Sim	N/I
5	Antônio/Maria	Não	6	350 kg	150 kg	Não	Não	

6	Adriano/Jardiane	Não	N/I	N/I	N/I	Não	Não	
7	Ronaldo/Cleani	Não	1	N/I	N/I	Não	Não	Sim
8	Joel/Tatiane	Não	N/I	N/I	N/I	Não	Sim	Não
9	Elza	Não	1	200 kg	225 kg	Sim	Não	Não
10	Paulo	Não	6	400 kg	300 kg	Sim	Não	Não
11	Antônio J./Ana	Não	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
12	Lourenço	Não	7	1500 kg	1000 kg	Não	Não	Não
13	Artur/Maria J.	Não	10	750 kg	500 kg	Não	Não	Sim
14	Manuel/Maria S.	Não	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
15	Nilse/Bernardo	Não	6	500 kg	250 kg	Não	Não	Sim
16	Josenilson/Luciene	Não	12	750 kg	850 kg	Não	Não	Sim
Total		1	72	6.650 kg	4.675 kg	4	3	4

Elaborada pela autora a partir dos dados de campo.

No levantamento dos dados junto às unidades familiares não foi possível conseguir informações de algumas famílias devido a ausência dos informantes durante o trabalho de campo. É por essa razão que das 16 casas as de nº 4, 11 e 14 não possui informações (N/I).

Segundo o levantamento realizado, o conjunto das famílias conseguiram manter 72 linhas de cajuais limpas anualmente no povoado. Das quatro casas que possuem idosos aposentados, três delas têm pessoas assalariadas ou têm empregos temporários, e quatro são os beneficiários do programa Bolsa Família.

A unidade familiar de seu Eusébio e dona Maria (nº2) que são aposentados, possuem a maior quantidade de linhas em seu cajual. No processo de limpeza os chefes de família contam com a mão de obra dos filhos e netos que moram no povoado, bem como no pagamento de diárias para trabalhadores fazerem a manutenção desses cajuais. O auxílio de filhos e netos, bem como a entrada regular de duas aposentadorias, ajudam na manutenção do cajual com essa quantidade de linhas, pois permite a contratação de força de trabalho externa à família.

As famílias de Bom Jardim vendem a castanha *in natura* no período de safra para compradores de outras localidades como Atins e Carnaubeira. Alguns vendem diretamente em Barreirinhas para o dono da empresa SIBITE.

Como já descrito no capítulo anterior. Os valores para a venda da castanha *in natura* oscilam durante a safra entre 2,50 a 4,00 reais o quilo da castanha. Os moradores vendem geralmente em *saco* que possui aproximadamente 50 kg. Essa oscilação tem relação com variáveis que levam em consideração os períodos de *alta* e *baixa* da castanha. No inverno, por exemplo, quando os cajuais não estão produzindo, o preço da castanha sobe devido a alta procura e pouca oferta. Outra variável importante, é a própria produtividade dos cajuais e a safra. Caso a safra seja boa e com boa produção, o preço costuma oscilar para baixo.

O gráfico a seguir representa uma amostra de nove casas do volume de castanha *in natura* coletado nas safras dos anos 2017 e 2018 em Bom Jardim

Elaborada pela autora a partir dos dados de campo.

A partir dos dados levantados nas casas onde incidiu a pesquisa sobre o quantitativo obtido nas respectivas safras, as famílias de Bom Jardim conseguiram coletar em 2017, 6,65 toneladas de castanha e, em 2018, 4,68 toneladas. Somadas geraram 11,33 toneladas de castanha *in natura* em dois anos de safra. Ressaltamos que em relação a essa amostra, não foram contabilizados os dados relativos às famílias que não informaram os quantitativos produzidos nos dois anos. Essa pequena amostra revela o potencial de produção e a importância das famílias das comunidades tradicionais do PNLM para a economia da castanha nos três municípios que integram essa unidade de conservação. Os dados antes mostrados reforçam a importância que a castanha representa para a organização econômica das famílias. Além dessa relevância local, essa atividade mostra-se central à economia da região. Se levarmos em consideração a sua dispersão pelas cerca de 60 comunidades tradicionais do PNLM, e que muitas delas apresentam um número muito maior de famílias que as de Bom Jardim, teremos uma dimensão do volume produzido por essas comunidades e que circula nos mercados regional, nacional e internacional.

A seguir, no próximo capítulo, veremos mais detidamente aspectos relacionados com a circulação e beneficiamento da castanha do caju. As castanhas, como as coletadas de Bom

Jardim, integram uma cadeia produtiva mais ampla, que envolve a compra de grandes volumes de castanha, que serão selecionadas, assadas, vendidas em comércios locais ou vendidas *in natura* para donos de grandes depósitos localizados nas sedes dos municípios que integram o PNLN. A castanha adquirida por tais agentes, por sua vez, entra em circuitos de comércio nacional e até internacional.

CAPÍTULO 3

3.1 Circulação, redes e os atores sociais do beneficiamento da castanha de caju

Como já ressaltado os tratos culturais dos cajuais envolvem diversas etapas. Entretanto, a compreensão da cadeia produtiva da castanha deve ser ampliada para entendermos a complexidade das relações que ela comporta. Neste capítulo dedicaremos atenção à circulação desse produto após sua saída/venda dos povoados como Bom Jardim, localizados no PNLM.

Essa etapa envolve distintos atores, responsáveis pela circulação da castanha *que* sai dos povoados, seja para posterior beneficiamento/tratamento ou mesmo para sua venda assada ou *in natura*. Esse estágio envolve os processos de compra e negociação das castanhas, seu posterior encaminhamento para os chamados *depósitos*, o processo de *assamento*. Tais aspectos serão explicados mais detidamente adiante.

Ploeg (2008), estudioso da economia camponesa, destaca a autonomia do homem do campo como elemento distintivo entre o modo empresarial e o modo camponês de fazer agricultura. Essa perspectiva sublinhada pelo autor pode ser observada no controle da produção da castanha a partir das relações enraizadas nas práticas tradicionais. Os trabalhadores conservam técnicas historicamente utilizadas no *assamento* da castanha ao mesmo tempo que estabelecem relações e contatos com o mercado por meio de transações capitalistas.

As famílias de Bom Jardim, após o período da colheita, costumam vender sua produção para os chamados *compradores*. Esses atores são muito importantes nesse processo de circulação da castanha, pois são os responsáveis pela compra da castanha *in natura* junto aos grupos familiares, que podem de povoados vizinhos ou do mesmo povoado. No período de *alta* da castanha, no chamado *verão*, são responsáveis por esse primeiro movimento de circulação da castanha.

Muitos deles possuem *depósitos* que têm capacidade para armazenar toneladas de castanha. Ao longo do ano, de acordo com suas necessidades, revendem para depósitos maiores, responsáveis pela exportação da castanha *in natura*, como o SEBITE, na sede de Barreirinhas ou selecionam aquelas que são mais adequadas para o *assamento*, mobilizando assim, outra rede de contatos, por meio da contratação dos *especialistas* (WOLF, 1970) em beneficiamento, que já a entregam prontas para ser revendidas em para comércio, feiras entre outros locais dentro e fora de Barreirinhas.

Como atividade historicamente realizada, existem várias gerações de compradores de castanha na região pesquisada. Com o incremento do turismo no PNLM, a demanda por esse produto teve aumento considerável no município de Barreirinhas. Apesar desse incremento com a dinamização do turismo a produção de castanha nas comunidades tradicionais do PNLM é anterior à criação dessa unidade e conservação de proteção integral em 1981. Como já apontado anteriormente essa atividade está ligada às demandas do mercado internacional de nozes e os incentivos fiscais nacionais e locais.

A relação entre cearenses que chegaram ao no município de Barreirinhas nos anos 1970, e a compra da castanha *in natura* em grandes quantidades está diretamente interligada. A partir do trabalho de campo em Bom Jardim, seu Eusébio, relembra a relação com o primeiro *comprador* de castanha que teve contato, e desde então, vem estabelecendo relações comerciais com esses agentes, segundo o relato a seguir:

Entrevistado – Todo ano a gente vende. Eu vendo as castanhas, a produção aqui, hoje eu tô vendendo aqui mesmo aqui em casa eu passo de mim pra um moço que vem comprar aqui em casa. Antes, eu botava pra lá, pra rua pra comprador. Hoje, eu vendo aqui mesmo, entrego pra ele.

Pesquisadora – O Neto que o senhor fala?

E – O Neto, meu filho, eu vendo pra ele.

P – Mas no início antes do Neto nascer, pra quem o senhor vendia?

E – Vendia pro Dedé lá em Barreirinhas.

P – Isso em 1970?

E – Não o Dedé não é em 1970 não. No início era... Tinha comprador demais ia até de lá comprar aqui, e a gente ia e vendia. E, ativamente ficou o Dedé e o Batista. A senhora já conheceu o Batista?

P – Não, ainda não.

E – Ele morreu agora poucos dias, no ano passado **[2018]**, era o comprador mais fixo mesmo era o Batista.

P – Ele era de Barreirinhas?

E – Era da banda lá de Fortaleza, mas ele chegou, aí era caminhoneiro e se juntou com a mulher aqui do lugar chamada Rosário, aí fez uma casa bem ali no descer, ali da Barreirinhas pra frente do porto da passagem? Numa casa que tem logo no início pra lá é a casa dele assim, casa grande, é ali que ele comprava a castanha. E aí eu passei, mas o Dedé é comprador do Sebite, você sabe né?

P – Sei.

E – Ele era comprador pra ele aí eu vendia pra ele e entregava pra ele. Esse era um patrão firme, o Batista se eu precisasse e chegasse lá: “seu Batista me dá aí cinquenta conto” nesse tempo não era real, né, era cruzeiro, era cruzado ele abria aqui a gaveta passava, perguntava quanto era que eu trazia, mas a castanha que eu tinha eu carregava pra lá. Quando não dava eu falava com ele, levava pro porto e ele ia, passava com o carro e levava. Era um patrão firme, mas aí ele morreu e agora eu passei a vender depois disso, aí depois meu filho começou a comprar, e eu comecei a vender pra ele aqui. Ele vem buscar, carrega, ele vende também pra outro patrão que tem, que é o Chicão, ele entrega pro Chicão.

P – O Chicão é de onde?

E – É de Barreirinhas aí entrega a castanha lá pra casa dele, leva no carro e passo pra esse rumo, e vai pra Fortaleza, vai se embora pra lá. Mas meu patrão é ele, e o Chicão também pode ser meu patrão também, meu filho entrega pra ele e ele passa pro Chicão.

P – Entendi.

E – E aí vem vindo de lá pra cá e a nossa produção que eu tô dizendo é essa. Agora que eu não posso mais assim trabalhar, lutar, mas tô continuando e os filhos tão aí, e quando eu não puder toma conta, eu digo: “o cajual é de vocês”. É que a gente vai ficando velho e não presta mais, né, nem pra andar não presta mais. Pois é, e entonce o começo foi esse, desde dessa data de 1970 pra cá eu venho lutando até agora e estamos lutando. (Seu Eusébio, 84 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 22 de ago. 2019).

No relato, seu Eusébio aponta a relação que mantinha com o *comprador* chamado Batista, iniciada em 1970, quando comprava sua produção de castanha *in natura* para ser comercializada no Ceará. Esses vínculos entre produtores e compradores são estabelecidos ao longo dos anos a partir redes constituídas que vão além das relações de compra e venda de castanhas.

Essas outras relações estabelecidas com os *compradores* de castanha envolvem, por exemplo, o empréstimo de dinheiro para os produtores para serem pagos em *sacos* de castanha na safra posterior, e relações de confiança estabelecidas com determinados produtores a partir da pactuação da venda.

Seu Eusébio chega a denominar o comprador de *patrão*, sendo clara a referência nas relações de trabalho e de fidelidade que são estabelecidas nessas transações. Essa categoria sugere também certos vínculos entre ambos. Seu Eusébio via na figura desse *comprador*, seu Batista, uma garantia de venda certa, estabelecendo com ele certa lealdade quanto à venda da sua produção de castanha.

Essa relação não pode ser vista unicamente pela assimetria entre vendedor e comprador ou mesmo pela dimensão estritamente econômica da transação. Ela é sustentada também por outros fatores, como lealdade, confiança, amizade e honra. Todos eles são bastante considerados pelos produtores, pois subjaziam nesses contratos informais. A partir desses contratos informais se viam na obrigação de honrar o compromisso assumido com os *compradores* em razão da antecipação do pagamento, quando necessitavam de dinheiro para atender a alguma necessidade e não dispunham de recursos, comprometendo-se a entregar a castanha equivalente ao valor antecipado, quando da chegada da safra.

Com o passar do tempo, seu Eusébio foi estabelecendo outros contatos. Ele menciona seu filho, Neto, como atual e principal comprador de castanha *in natura*. Aponta uma rede de contatos entre *compradores* e *produtores* de castanhas pautadas em relações familiares. Ao dizer que seu filho é subordinado ao *comprador* Chicão, verifica-se uma certa hierarquização, implicando que um determinado comprador, nesse caso por razões econômicas, pode ter vários

outros subordinados, ou *atravessadores* que em seu nome negocia castanha em uma ou mais localidades.

A produção e comercialização da castanha mobiliza, portanto, esses diferentes *compradores* como figuras centrais na cadeia produtiva da castanha. O envolvimento desses agentes, apesar das hierarquizações e dos mecanismos de poder, contribui para a dinamização da economia local, o que tem assegurado a continuidade dessa atividade como elemento central da economia das famílias.

A venda da castanha *in natura* ocorre com mais frequência no *verão*, período considerado como de alta da castanha. Nesse período, as castanhas adquiridas pelos *compradores* e destinadas à comercialização armazenadas nos *depósitos* locais, antes de serem encaminhadas para os grandes *compradores* na sede de Barreirinhas. As castanhas adquiridas pelos compradores locais são oriundas de várias localidades, inclusive aquelas situadas dentro dos limites do PNLM.



Depósito no povoado de Carnaubeira, fora dos limites do PNLM.
Foto: Monica S. Pereira (abril de 2019)

O *depósito* da foto acima pertence ao *comprador* chamado Genésio, um dos mais conhecidos da chamada região das *areias*¹² do PNLM. Como já sublinhado, esses locais são estratégicos no ponto de vista da organização dos *sacos* de castanhas comprados nas

¹² Internamente ao PNLM existem duas grandes regiões para agrupar localidades situadas mais próximas ou mais distantes em relação ao mar. São conhecidas genericamente como *região das praias* e *região das areias*. Apesar de presente em todas as regiões, a maior presença de cajuais ocorre justamente na chamada *região das areias*, com maior concentração de dunas. Existe ainda uma terceira região, a *região do barro*, assim designada para assinalar o predomínio da atividade agrícola.

localidades, e também por ser o lugar de trabalho de outro ator social muito importante, os *selecionadores* de castanha. Esses especialistas são importantes, pois são responsáveis pela seleção das castanhas que serão vendidas para empresas como SEBITE, que compram a castanha *in natura* ou direcionar aquelas que serão beneficiadas (assadas), e destinadas ao comércio local e regional.

Seu Genésio costuma comprar castanhas *in natura* de famílias de várias localidades do PNLM, inclusive de Bom Jardim. Ele é morador do povoado vizinho, Carnaubeira, e no que diz respeito à compra e venda de castanha nessa região, ele foi apontado como uma figura importante nessa economia durante a pesquisa. Conforme relato a seguir:

Pesquisadora – Antes do Neto o senhor vendia pra quem?

Entrevistado 1 – Aqui tinha muitos compradores aqui, na Carnaubeira, o Rosino. Tinha vez que a gente ia vender no Porto, do outro lado, o Manuca. Era comprador também do outro lado da Balsa. Ele era comprador e a gente levava em animal e não tinha carro por aqui, quadriciclo difícil aí, canoa levava embarcado também.

Entrevistada 2- Vendemos pro Rosino...

E – Vendemos pro Genésio da Carnaubeira.

E2 – Vendemos pro meu primo.

E – Mas esse já foi agora mais pra trás era esse.

E2 – Era pro Genésio.

E – Genésio, o Manuca do outro lado, aí se fosse mais pra frente no preço que tava dando mais, o preço melhor vendia pro finado Batista ali tudo comprava.

P – Esse seu Batista era de Barreirinhas?

E – Ele é, ele morava em Barreirinhas. Mas ele não era daí não. A mulher que era daí do Olho d'água, a menina a... Rosário da família dos Pereira.

E2 – Esse era o maior comprador de castanha de Barreirinhas.

E – Finado Batista eles compravam o preço era bom, quando eles botavam era um preço bom, papai vendeu muita castanha pra ele.

(Seu Antônio José, 59 anos [E1] e Dona Maria [E2], 40 anos, moradores do povoado Bom Jardim, 26 de ago. 2019)

O relato de seu Antônio José e dona Maria, mostram como as figuras dos *compradores* são centrais, bem como as relações estabelecidas com eles ao longo do tempo. Essa atividade permite a construção de relações que dão à economia da castanha de Barreirinhas certas particularidades, pois os *compradores* locais mantêm vínculos de amizade e fidelidade com os seus fornecedores, fazendo com que as relações familiares e as redes comerciais que se constituem a partir delas contribuam decisivamente para o funcionamento dessa economia.

Aqueles conhecidos como *compradores* de castanha, muitos deles possuidores de cajuais e moradores das localidades ocupam uma posição diferenciada, pois são esses atores que em certa medida asseguram a dinamização dessa economia.

Essa dinâmica interna às localidades confere grande força à cadeia produtiva da castanha, pois permite concentrar e circular grandes volumes de castanhas, além de oferecer muitas possibilidades de negociação. Permite, igualmente, empregar mão de obra, como o caso dos *especialistas* em seleção ou *assamento*. A relevância dessa atividade possibilita também o acesso a linhas de créditos bancários, movimentando valores monetários expressivos para o bom funcionamento dessa economia.

3.2 A seleção da castanha de caju

Durante o trabalho de pesquisa pude acompanhar a rotina de trabalho de um *selecionador* de castanha no depósito de seu Genésio, bem como compreender a lógica de organização das *sacas* de castanha, que me foi explicada por este trabalhador enquanto realizava a operação de selecionar as castanhas.

Este especialista, chamado Almir, mora atualmente em Carnaubeira, mas veio do povoado Caboclo. Segundo informou, se envolve com essa atividade desde os 15 anos. Inicialmente realizava tarefas relacionadas com o cultivo. Posteriormente passou a vender e agora se dedica ao trabalho de *assamento*. No período da pesquisa, estava trabalhando para seu Genésio no processo de seleção.

Como já mencionado, a seleção da castanha ocorre no verão, e o especialista é contratado e o pagamento é realizado por saco de castanha selecionada. Nisso, fechado o acordo, o trabalho pode ser feito, nos períodos da manhã e tarde. A seguir Almir relata como começou seu envolvimento com essa atividade.

P – Bom dia, seu Almir, estamos aqui no povoado Carnaubeira no depósito do seu Genésio, né? Seu Almir, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a seleção da castanha, desde quando e em quais depósitos o senhor trabalha.

E – Eu comecei com uns 15 anos no povoado Caboclo.

P – O senhor é do povoado Caboclo?

E – É. Aí eu comecei ver os pessoal trabalhar, e botei na minha mente assim de também lutar com castanha, e tava dando certo. Eu ia comprar fora, fretava os carros, botava em casa aí, escolhia e mandava os outros assar, e eles vinham me entregar, porque nesse tempo eu fazia só deixar lá na casa deles e eles vinham deixar e eu fazia o pagamento pra eles.

P – O senhor não selecionava não?

E – Deixava no dia pra eles pegar e deixava na casa deles.

P – Entendo.

E – Só que aí no dia que eles terminavam de aprontar as castanhas eles vinham deixar em casa eu não ia mais buscar não. Aí, desse jeito ia frente, desse jeito, mandava os pessoal trabalhar pra mim também, escolher [selecionar] que eu não escolhia.

P – Então, o senhor passou por várias funções, né, na produção da castanha.

E – Já.

P – Quais funções o senhor já exerceu?

E – Era assar, eu fazia assar.

P – O senhor assava lá no seu povoado?

E – Era. Eu sou profissional de assar castanha também. Eu falava com os trabalhador, e eles ficavam no lugar deles sentadinho, e eu assava esperando eu terminar de assar e botava lá pra eles na hora de terminar de assar a fomalha já tinham quebrado.

P – Isso aí foi quando? Quando era mais novo?

E – Era.

P – Isso lá no seu povoado mesmo?

E – Povoado Caboclo. Aqui na Carnaubeira eu nunca assei, não.

(Almir, selecionador e *assador* de castanha, 04 de abril de 2019)

Como mencionado na entrevista, o especialista, já realizou várias atividades no ramo da castanha. No relato sobressai a rede de trabalhadores que tinha que mobilizar em torno desse negócio.

A economia da castanha envolve uma tripla etapa. A primeira é a da compra nos povoados. Nesse caso o *comprador* é responsável pelo recolhimento das castanhas compradas. Para cumprir essa etapa, muitos fretam carros para o recolhimento das castanhas, tendo assim gastos expressivos, além de mobilizar *atravessadores*, que em seu nome negociam e trazem para seu depósito os sacos da castanha adquirida.

A segunda corresponde ao transporte das castanhas para os povoados para serem assadas e posteriormente vendidas em comércios locais e regionais. A terceira e última etapa corresponde ao transporte das castanhas *in natura* para os depósitos dos grandes compradores em Barreirinhas que a direcionam para o Ceará.

Antes da segunda e terceira etapas, ocorre o trabalho, dos *selecionadores*, realizado nos depósitos situados nas localidades, onde ocorre o processo de seleção das castanhas. Os sacos de castanha recém-chegados dos povoados são desfeitos, as castanhas selecionadas e reensacadas por esses profissionais, que separam aquelas que serão vendidas para os donos de depósitos maiores, responsáveis pela exportação, e a outras que serão beneficiadas (assadas).

As castanhas de tamanhos maiores, denominadas *castanhas de primeira e de segunda*, como já mencionado, são separadas para assar. As menores, chamadas *de terceira* ou *surrapa* são vendidas *in natura* aos grandes compradores na sede de Barreirinhas. Esse processo é minucioso, e requer atenção do *selecionador*, conforme aponta o relato:

P – E aqui na seleção qual a diferença de uma castanha pra outra? Eu falei com seu Genésio e tem a *de primeira*, a *de segunda* e tem essa que é vendida lá no Dedé. E como que faz pra diferenciar uma castanha de primeira e de segunda, por exemplo.

E – A segunda é essa aqui, [mostra a castanha] que não dá, e a primeira é essa.

P – Então é só primeira e segunda.

E – É. Essas daqui a gente vai aproveitar só pra assar. E essa aqui ele não vai querer não, ela vai pro Dedé [comprador do SEBITE].

P – E vocês diferenciam só pelo tamanho mesmo?

E – Pelo tamanho.

P – Não tem outra coisa de ficar...

E – Porque tem pessoa que nem sabe, ele bota miudinha com uma graúda dessa aqui e é um pouco ruim de assar porque aí se eu pegar uma castanha dessa assim junto com essa aqui quando eu assar essa aqui vai queimar primeiro, essa aqui não vai queimar assim fácil porque ela é mais graúda e tem a casca mais grossa. É por isso que a gente faz isso. Porque nós não podia ficar catando elas, esse trabalho, a gente fazia só assar do jeito que ela tá aí, aí estraga. Tem chocha, tem pirenta que não presta, tem podre. (Almir, *selecionador* e *assador* de castanha, 04 de abril de 2019)

A seleção é um procedimento etapa da cadeia produtiva da castanha muito importante, pois o rendimento da castanha beneficiada depende da boa execução da triagem das castanhas. Os tamanhos assemelhados têm relação com o bom *assamento*. Mal executada a seleção, pode comprometer a qualidade do produto. Os conhecimentos mobilizados pelos selecionadores, conferem aos proprietários dos depósitos uma boa produtividade.



Almir *selecionando* castanha em depósito no povoado Carnaubeira.
Foto: Mônica S. Pereira (abril de 2019)

Os conhecimentos do *selecionador* permitem que ele informe ao dono do depósito sobre a qualidade das castanhas selecionadas e armazenadas, bem como o tempo que devem ficar ensacadas e se deve, ou não, ter urgência para mandar assar para não serem descartadas. Conforme relato a seguir:

P – Como é o processo de seleção?

E – Isso aqui é uma coisa muito séria, quando o chão tá muito frio, se deixar a castanha mole porque essa castanha aqui tá seca, ela tem um caso que se botar ela num chão frio e tiver pingando aqui na casa, pingando em cima dela, ela apodrece. Ela não aguenta um ano.

P – Então tem está num lugar seco?

E – Tem vez que a pessoa bota uns paus por baixo e a castanha em cima pra ela não pegar frieza. Ontem tio Genésio pegou aqueles três sacos que ele lhe falou, na casa de um rapaz pra lá, estava molinha, molinha, que eu catei primeiro, eu falei com ele que

ela tá ali, ele disse que vai mandar assar amanhã porque se ele não mandar assar logo apodrece.

(Almir, selecionador e assador de castanha, 04 de abril de 2019)

As condições de armazenamento nos depósitos são fatores importantes para a garantia do produto nos mercados, durante o inverno. Conforme aponta o informante em seu relato, a organização dos sacos de castanha nos *depósitos*, tendo em conta as condições de humidade, é fundamental para assegurar a qualidade das castanhas armazenadas e por longo tempo. Armazenadas corretamente, as castanhas podem resistir até a próxima safra ou início do verão do ano seguinte.



Sacos de castanha selecionados e armazenados em depósito no povoado Carnaubeira. No detalhe, fios usados para ensacar. Foto: Mônica S. Pereira (abril de 2019)

O tempo gasto para realizar a seleção das castanhas varia muito. Valmir informou que é pago por *saco* selecionado. Conforme relato a seguir:

P – E aqui no depósito o seu Genésio fez uma encomenda de cinco sacos pro senhor né, pro senhor separar?

E – É, quando a castanha é boa a gente cata cinco, seis essa não é muito não.

P – Essa daí foi a que ele foi busca né?

E – Esse aqui ele foi buscar outro dia lá no Mirinzal. Aí é assim, a gente tira quatro, tira cinco, depende, sabe da castanha.

P – O senhor vai passar uns dois, três dias separando esses cinco sacos?

E – Ontem eu tirei quatro.

P – Em um dia quatro sacos?

E – Quatro sacos. Aí, hoje eu vou tirar mais uns quatro e aí faz oito.

P – Hum... Por dia uns quatro sacos?

E – É, uns quatro,

P – Se tiver bem disposto né?

E – É. Eu não trabalho assim por dia pra ele não, eu trabalho por *saco*, na hora que eu sair eu saíu. Eu digo: eu tirei dez, vinte e ele me dá o dinheiro.

P – E o *saco* é doze, né.

E – É doze. Eu não vou trabalhar assim de 7 às 11 das 13 às 17 não, na hora que eu quiser sair eu saí.

P – Ah, tá. Entendi.

E – Ele também confia em mim também. Não é de ficar: rapaz tu já tirou esse tanto mesmo? Eu peso e boto aí.

P – Mais é 50 kg, né?

E – É 50 kg. Tem vezes que passa, tem vezes que eu vou pesar na balança e passa.

P – Mas é por saco cheio mesmo?

E – É por quilo, 50 kg.

P – Hum. Mas o senhor já selecionou pra outra pessoa?

E – Já. Pra mim mesmo também.

(Almir, selecionador e *assador* de castanha, 04 de abril de 2019)

O saco de 50 kg selecionado custa doze reais para o dono do depósito. Por dia, Almir consegue selecionar até quatro sacos de castanha, recebendo o valor total de acordo com as encomendas pré-estabelecidas. Os vínculos com os donos dos depósitos, como relatado, sugere relações de confiança entre ambos, cabendo ao profissional responsável pela seleção, além de realizar a triagem, reenssacar, pesar e separar os sacos que serão destinados para venda *in natura* e beneficiamento nos *depósitos*, como já mencionado.

3.3 O *assamento* da castanha de caju

Após o processo de seleção, a castanha passa pela segunda etapa de tratamento, como dito anteriormente. Aquelas consideradas de *primeira* e de *segunda*, são direcionadas para *assamento*. Normalmente os donos de depósitos, ou aqueles que querem mandar assar sua produção de castanha, enviam para os chamados *assadores*.

No povoado Bom Jardim, as famílias não assam castanha, mas no povoado vizinho, Carnaubeira, essa prática foi identificada. O *assamento* da castanha neste povoado costuma ser feita de modo artesanal e com uso de mão de obra familiar. Em razão de sua prática histórica e do modo como é realizado, o *assamento* é uma forma tradicional de beneficiamento nesta e em outras localidades do PNLM.

Um grupo familiar acompanhado tem como chefe da família o senhor José Raimundo, responsável pela produção da castanha assada. Segundo relatou, já realiza essa atividade há mais de trinta anos. O desenvolvimento dessa atividade é fundamental para a composição da renda familiar. Com o uso de mão de obra familiar, desenvolveu um processo de trabalho criando funções específicas para os diferentes membros da família que participam do processo de beneficiamento.

O processo de beneficiamento possui duas etapas, a primeira envolve o *assamento* e a quebra, e a segunda o *escalpelamento*. Aquele responsável por assar manuseia a castanha *in*

natura no fogo, utilizando uma chapa de metal, controlando o processo de queima da castanha até verificar o ponto certo para a *quebra*. O trabalho realizado pelo *quebrador* ocorre em sintonia, o *assador*, pois devem realizar essa operação com as castanhas ainda quente. Executam essa tarefa dessa forma para facilitar a retirada da *amêndoa*. Na segunda etapa, ocorre o escalpelamento, que corresponde à remoção da pele das castanhas recém-quebradas. A remoção da pela deve ser feita com a castanha ainda quente, pois fica mais fácil a remoção. Cumpridas essas etapas, as castanhas são ensacadas e entregues àqueles que solicitaram a *encomenda*.



Assamento da castanha no povoado Carnaubeira. Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

Esse processo envolve técnicas e habilidades desses especialistas adquiridas ao longo do tempo. A família de Seu José Raimundo trabalha apenas para um *comprador*, proprietário de um comércio em Barreirinhas, que vende a castanha assada dentro e fora do município. Como o fluxo de assamento é contínuo, seu José Raimundo só recebe *encomendas* deste senhor. Conforme relato a seguir:

P – Queria que o senhor falasse do *assamento* da castanha.

E – Do assamento, quem assa são dois filhos meus e eu mais a mulher e os outros meus filhos é quebrando, como à senhora tá vendo aí. Aí, no momento quando para de quebrar vai pro sol. E quando é em riba de doze horas nós sai pra escapelar ela e quando dê quatro horas em diante nós encerramos o trabalho né.

P – E inicia em que horário de manhã?

E – De manhã, às 6:30 manhã, assando e quebrando.

P – Não pode parar?

E – Não. Não pode parar porque se parar ela esfria aí, a gente tem que quebrar ela quente. E se esfriar ela quebra todinha miúda, a fava, dentro. E aí a gente tem que quebrar ela quente na hora que sair dali que a senhora viu, nós estamos quebrando

porque ela tá inteirinha e se deixar esfriar elas saem os pedacinhos. E aí, continua, o trabalho é desse jeito.

P – E seus filhos eles aprenderam a assar castanha com quem?

E – Eles aprenderam mesmo com outra pessoa.

P – Não foi com o senhor?

E – Não senhora. Foi outra pessoa, nem eu sabia. Nós sabia assar, mas nós não tinha esse trabalho que nós tem hoje, né, aí com outro rapaz aí se juntou eu, aquele meu filho e outro, o outro é que não tá aqui, faz frete, e aquele outros, era quatro, aí que quando chegou uns quatro a cinco mês, nós partimos a família assim, né aí ele ficou lá com o pessoa dele, e nós ficamos com o nosso aqui. Aquela é minha família, ele ficou com a família da mãe deles pra lá também, que é um primo dessa minha mulher bem aí. E aí de lá pra cá nós continuamos o serviço, aí todo serviço de trabalhar pros outros assim, aí trabalha só pra nós no caso, castanha e na nossa roça é assim nossa luta é essa até quando Deus quiser.

P – Quantos quilos de castanha vocês assam por dia?

E – Nós tem... Quando é nós tudinho aqui porque nós não damos garantia. Tem dia que nós quebra, e tem dia que não quebra três sacos de castanha.

P – E um saco tem quantos quilos?

E – Cinquenta. Tem dias que nós quebramos três sacos de castanha, quando tá a turma tudinho porque eles saem para o colégio, quando dá 10:00 horas eles saem, tem dois que saem, e aí nós agora estamos quebrando só dois sacos, agora, por dia de amanhecer pra meio dia, né porque nós somos poucos, pra quebrar três sacos tem que ser tudo, pra nós se reunir pra escapelar ela, porque quebrar e escapelar é ruim também é custoso, né, aí nós só estamos quebrando quando dá pra fazer o serviço, porque também ela não pode esfriar porque quando ela esfria ela não solta a pelinha.

(Seu José Raimundo, morador do povoado de Carnaubeira, *assador* de castanha, 26 de agosto de 2019).

O relato acima revela a importância do trabalho familiar, destacando o papel da participação dos filhos. A especialização de alguns, ao longo do tempo, contribuiu para que o processo de beneficiamento fosse otimizado, possibilitando uma melhor divisão do trabalho familiar. Ploeg (2008) chama atenção para essa artesanidade camponesa, que muitas vezes é confundida como um comportamento exótico e fora dos padrões esperados pelo mercado, conforme o autor:

Um erro frequentemente cometido é a interpretação da centralidade da artesanidade na agricultura camponesa como uma expressão de um comportamento não econômico. Essa concepção é claramente errônea: no modo camponês de fazer agricultura, a unidade de produção se relaciona com os mercados de uma forma que difere basicamente da forma como as relações de mercado são estruturadas no modo empresarial de fazer agricultura. No modo camponês (que se fundamenta num distanciamento e autonomia relativa), o mercado é, essencialmente, uma saída — o lugar onde os produtos fabricados são vendidos quer isso seja vantajoso ou não. (PLOEG, 2008, p. 137)

Neste sentido, o modo como se envolvem com a economia da castanha não interfere nas suas relações com o mercado. Ploeg (2008, p. 138), ainda faz uma distinção entre a lógica camponesa e lógica empresarial de fazer agricultura, afirmando que tais lógicas não são iguais. Enquanto a primeira tem a ver com cuidado, conhecimento e respeito com o meio biofísico, laços históricos com a terra, relacionados com o processo de produção e reprodução das

unidades familiares, o segundo, opera com relações mercantis e relações de preço/custo como medidores centrais das suas ações.

O beneficiamento da castanha, segundo a forma como é realizado pelas famílias, possui uma organização do trabalho de modo assegurar um produto final de qualidade, seguindo critérios específicos e pautados em relações tradicionalmente afirmadas. É uma atividade que tem na sua caracterização o trabalho manual e artesanal.

Como descrito pelo interlocutor, começam a assar e quebrar às 06:30 da manhã, trabalho que se estende até a tarde, momento em que finalizam a produção, com o *escarpelamento das amêndoas*. O modo de vida camponês incorporou esses novos moldes de produção, caracterizado pelo *assamento* da castanha, que passou a integrar a economia das famílias.

Apesar do envolvimento com essa atividade, a família do Seu José Raimundo também possui cajuais e são produtores de castanha. Sua produção é voltada para a venda da castanha já assada. Ao longo dos anos se afirmaram como referência nesta etapa de beneficiamento da castanha de caju.



À esquerda, Seu José Raimundo, à direita, esposa e filho realizando a quebra das castanhas recém assadas no povoado de Carnaubeira. Foto: Mônica Sousa Pereira (agosto de 2019).

O processo de beneficiamento é acompanhado de uma organização interna específica. Ao final de um dia de trabalho tudo é feito para que o mínimo de resíduos resultante do assamento impacte o meio biofísico. Um desses princípios é o uso das cascas das castanhas que

foram quebradas como combustível no processo de assamento. Ao realizar o reaproveitamento das cascas das castanhas queimadas, evitam o corte de madeira para a fabricação de carvão a ser utilizado no processo de beneficiamento da castanha.



Cascas de castanhas quebradas que serão usadas como combustível em novo processo de *assamento*. Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

Durante o manuseio do fogo, o *assador* faz uso de roupas grossas, luvas e óculos para proteção individual. No momento do assamento se movimenta de acordo com a direção ventos para que não seja atingido pela fumaça durante o processo. Os *quebradores* usam o cal para proteção das mãos no momento da quebra para não sofrerem queimaduras com o *óleo* ou *leite* que saem das castanhas assadas no momento da quebra.

Entre os instrumentos de trabalho usados pelo assador no processo de beneficiamento das castanhas, listaram: os *frandes*, que são peças de metal retiradas de geladeiras, usadas como chapas para assar castanha; a *vara* e o *borrifador*, usados respectivamente para mexer as castanhas na chapa e borrifar água, depois de retiradas do fogo. Já os quebradores fazem uso dos chamados *cacetinhos* para quebrar a castanha. Na etapa de *escapelamento* são usadas colheres ou facas adaptadas para raspar a castanhas. Esta última etapa deve ser feita com atenção para não machucar ou quebrar as *amêndoas*. Conforme relato:

P – Essa técnica de quebrar castanha quente, como é que bate? Tem que ter alguma posição específica? O que o senhor usa na quebra?

E – Na quebra mesmo que nós usamos pra quebrar é só os cacetinhos mesmo, e pronto, e o quebramento dela é esse como eu tava lhe falando.

P – Eu tô vendo que o senhor faz o uso de cinzas na mão.

E – Isso aqui é cal porque se não passar cal a mão da gente fica muito pregoso, né que o leite dela gruda na mão da gente e a gente passa o cal, aí fica menor pra gente lavar as mãos e protege mais e quando a gente sai dali a gente passa isso aqui, o álcool gel, né na mão da gente, passa o sabão e pronto. (Seu José Raimundo, morador de Carnaubeira, *assador* de castanha, 26 de agosto de 2019).



Acima: *frande* (esquerda), *vara e borrifador* (direita). Abaixo, uso do *cacetinho* na quebra (esquerda); faca e colher adaptadas para *escapelar* castanhas (direita). Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

Como sinalizado no calendário da castanha, o processo de beneficiamento ocorre durante o ano todo, enquanto tiver demandas e *encomendas*. Por dia, a família quebra entre dois e três sacos de 50 kg. Cada saco de 50 kg de castanha *in natura* rende 10 kg de castanha assada, pronta para o consumo. Conforme relato a seguir:

P – Então quer dizer que o *assamento* não tem trégua, e se tiver *encomenda* tão assando, inverno ou verão?

E – É direto, direto a gente só para de assar se tiver muita chuva, chovendo. No verão nós assamos, aí como a senhora viu no inverno quando chove pode até começar, assa duas sacadas lá vem o inverno, parou e naquele dia não tem castanha assada. Aí, no outro dia continua de novo.

P - E quanto é um saco de castanha assada?
E - É oitenta reais o saco.
P - E aqui na sua produção quantos sacos por mês em média o senhor assa?
E - Rapaz nós não tem base porque nós não fazemos nota, né.
P - Mas o senhor tem em mente de quantos sacos por mês?
E - Ah, sacos por mês é assim se a castanha tiver aí que tem vez que eles trás de mil quilos pra nós, né, nós assa quinhentos quilos por semana. Rapaz o cálculo assim dando ela assada?
P - Sim, quantos sacos de castanha por mês, ou por semana costuma assar assim, o senhor e sua família?
E - Quinhentos quilos, por semana, entoece dá...
P - Dois mil quilos por mês?
E - Isso, positivo.
P - Aí, nessa rotina, né nunca para?
E - Não para, positivo.
(Seu José Raimundo, morador de Carnaubeira, *assador* de castanha, 26 de agosto de 2019).

Seu Raimundo relata que cobra oitenta reais para beneficiar um saco com 50 kg de castanha. Na alta safra, quando recebe mais encomendas, a sua família assa cerca de quinhentos quilos por semana, chegando a duas toneladas por mês. Esse volume de castanha beneficiada por uma única família demonstra a capacidade que têm de colocar no mercado esse importante item da economia regional. Apesar dessa relevância, observa-se uma superexploração da força de trabalho das famílias pelos donos de depósitos, uma vez que o quilo de castanha beneficiada vendida aos consumidores varia de 35,00 a 45,00 reais. Portanto, somente dois quilos de castanha vendida aos consumidores são suficientes para realizar o pagamento pelo trabalho das famílias pelo beneficiamento de 50 kg.



Escapelamento de castanhas assadas no povoado Carnaubeira.
Foto: Mônica S. Pereira (agosto de 2019)

As encomendas garantem a produção contínua das castanhas assadas. A família de seu José Raimundo, juntamente com outros que realizam tal beneficiamento, contribuem para a manutenção dessa cadeia produtiva da castanha, assegurando a manutenção dessa atividade na região. Existem outras unidades familiares que também realizam o beneficiamento de castanha para terceiros. As demandas por esse serviço chegam de vários povoados. Francione, filho de seu José Raimundo, salienta em entrevista este ponto.

P – E como é a rotina de trabalho diário do *assamento*?

E – É assim como você viu, nós trabalha de manhã assando e a tarde nós escapela, só assim, o serviço é esse. Trabalha de manhã e a tarde a gente escapela. Todos os dias, aí tem dia que nós não trabalha, mas no outro dia a gente trabalha.

P – Isso é de acordo com as encomendas que chegam?

E – As encomendas porque tem de quantidade, e nós tem que dá conta, e no dia que nós não quer trabalhar, nós trabalha amanhã, e é assim, a rotina é a mesma.

P – Qual a quantidade encomendas que chega aqui pra dar conta, pra entregar?

E – Do jeito que você viu hoje aqui. Se o patrão dizer: “hoje eu quero as castanhas”, nós assamos dois sacos hoje, se quiser buscar hoje, ele leva esses dois, e aí amanhã nós continua de novo. A rotina é essa.

P – As castanhas que vocês assam aqui vem de quais lugares? Podia me dizer de quais povoados?

E – Porque assim é da região toda, porque é de muito lugar que eles compram, eles compram da região toda.

P – Mas essas pessoas são de onde, esses patrões que tu falas?

E – Tem que ir lá falar com eles.

P – Mas tu pode me dizer só de quais povoados ele são?

E – É de Barreirinhas. Ele mora na Barreirinha.

P – Tem de outros lugares daqui do interior, tipo seu Genésio da Carnaubeira?

E – Seu Genésio já trabalha com os patrões dele, com os assador, mas esse é fora a parte, ninguém trabalha aqui pra ele, ele já trabalha outras pessoas.

(Francione, morador do povoado Carnaubeira, assador de castanha, 26 de agosto de 2019)

A categoria *patrão* é mencionada para se referir aos *compradores* de castanha, e para caracterizar aquele que contrata os serviços da família do seu José Raimundo para o beneficiamento da castanha. Como existe a regularidade das encomendas, e como os volumes de beneficiamento de castanhas são altos, chegando a toneladas, preferem assar para um *patrão* fixo, para assim dar conta da demanda e ter controle do tempo do beneficiamento. Essa decisão, no caso da família do seu José Raimundo, tem relação com o fato de possuírem cajuais, e terem também que dar conta da sua própria produção de castanha beneficiada.

Nesse caso, como mecanismos estratégicos de administração da renda familiar, combinam a auto exploração da força de trabalho (quando beneficiam para a família), com a exploração da sua força de trabalho por terceiros (quando atendem às demandas dos chamados *patrões*).

Outro aspecto a considerar no processo de beneficiamento da castanha é a diferenciação do trabalho e a remuneração correspondente. Entre *assadores* e *quebradores* existem diferenças de remuneração pelo trabalho realizado. Aqueles que assam, recebem um valor complementar no seu pagamento, por estarem mais próximos do fogo, e o trabalho ser considerado mais penoso em relação à quebra, conforme relato:

P – Tem uma diferença entre quem assa e quem quebra castanha? Na divisão da renda?

E – O que trabalha no assamento do fogo ele tem direito de ganhar mais um pouco, uma diferença de dez reais que é isso que nós bota porque quebrando você não está no calor do fogo, esse aí é a divisão.

P – E vocês recebem por diária, por mês, semana...

E – Por quantidade, no caso, nós trabalhou de segunda a sexta, aí nós pega o dinheiro sexta, aí divide cada um a sua diária de trabalho que é partido cada um o seu aí o que tá assando lá ele ganha mais um pouco na frente, dez reais na frente, ele tira o tanto dele, é assim dividido o dinheiro.

(Francione, morador do povoado Carnaubeira, assador de castanha, 26 de agosto de 2019)

A divisão por *quantidade* quer dizer que recebem por volume beneficiado semanalmente. Caso trabalhem de segunda a sexta, é somado os valores dos sacos beneficiados durante esse período e dividida entre os membros da família segundo a função exercida no processo de beneficiamento. Então, o pagamento varia de acordo com o volume das encomendas e depende diretamente do *patrão* que envia para o povoado a quantidade de castanha que precisa ser beneficiada para revenda local. O beneficiamento ocorre de acordo com as demandas do mercado local e regional que o *patrão* recebe durante o ano.

Durante a etapa de campo em Barreirinhas, tive contato com seu Naldo, a pessoa para quem a família de seu José Raimundo trabalha assando castanhas. Ele possui um comércio no centro de Barreirinhas e junto com os filhos, produzem, compram e mandam beneficiar castanhas durante o ano todo.

Além do povoado de Carnaubeira, seu Naldo encaminha castanhas para manda assar em outros locais, como os povoados Paú, Caboclo, Bom Passar e Massangano, todos situados fora dos limites do PNLM. Ele é também comprador de castanha (*in natura*) dos povoados Ponta do Mangue, Tucuns e Bom Jardim, que estão dentro dos limites do PNLM; e dos povoados Bom Passar, Massagano I e II, Bosque, Santa Maria, Anibal, Cocal e Carnaubeira (fora dos limites do PNLM).

Conversando sobre o processo de assamento das suas castanhas, ele detalhou que manda 1000 kg de castanhas *in natura* para serem beneficiadas em cada unidade responsável pelo beneficiamento, e que paga, como já mencionado, R\$ 80,00 (oitenta reais) por saco de 50 kg de castanha assada. É essa quantidade de castanha assada durante uma semana de trabalho.

Relatou também que além do seu comércio, vende castanha assada para compradores de Teresina/PI, chegando a vender 10 sacos de castanhas. Quando recebe encomenda de Açailândia/MA, vende 6 sacos por mês. Em São Luís/MA, onde mantém relação com compradores do Mercado Central, Feira da Praia da Grande e dos bairros da Cohab e Olho D'Água, vende mensalmente cerca de 150 sacos de castanha assada.

Durante as conversas estabelecidas ele informou que vende castanhas *in natura* para compradores do Ceará que vêm ao seu comércio para realizarem o processo de negociação. Por fim, relatou que chega a movimentar cerca de 300 toneladas de castanhas todos os anos, revelando o potencial produtivo e econômico que a castanha tem no município de Barreirinhas.

Os atores sociais, as conexões e relações dessa economia da castanha configuram uma complexa rede que se movimenta durante todo o ano. Destacamos nessa ampla rede o papel que as famílias das distintas comunidades (dentro e no entorno do PNLM) desempenham, sejam como produtores, fornecedores, ou beneficiadores de castanha. A cadeia produtiva da castanha, para além das relações comerciais, envolve diferentes níveis de relações, que articula a esfera local, onde estão situadas as famílias que historicamente vivem e trabalham no PNLM, com outras, a níveis, estadual, regional e até internacional.

No próximo capítulo, dedicaremos atenção aos atores que incentivam a produção e comercialização da castanha entre os trabalhadores rurais do PNLM, como os integrantes do órgão de representação de sindical, STTR Barreirinhas e agentes das instituições financeiras. Veremos também como os incentivos fiscais e a relação que esses agentes mantêm com os trabalhadores rurais repercutem na manutenção dos cajuais e no funcionamento dessa complexa rede de compra e venda de castanhas no município de Barreirinhas.

CAPÍTULO 4

4.1 Redes sociais e o acesso ao crédito rural no mercado da castanha de caju em Barreirinhas

Como visto nos capítulos anteriores, a economia da castanha envolve relações que articulam os níveis micro e macro. Ela é fruto de uma construção social que envolve a tradição do cultivo familiar, técnicas de produção e beneficiamento de castanhas. Permite o funcionamento estabelecimento de redes sociais específicas, com o estabelecimento de laços de confiança e relações interpessoais entre integrantes das comunidades do PNLM e outros agentes no município de Barreirinhas.

Considerando os diversos atores dessa cadeia produtiva, dedicaremos atenção agora aos incentivos governamentais, os contatos e relações entre trabalhadores e instituições financeiras, assim como os meios utilizados para acessar linhas de créditos rurais voltadas à agricultura familiar e ao cultivo dos cajuais.

Como já mencionado no capítulo 1, o cultivo da castanha em Barreirinhas nasce a partir da demanda internacional do mercado de nozes que vem se desenvolvendo desde 1920. Desde então, este mercado vem se expandindo em terras brasileiras, sendo Barreirinhas, o principal produtor maranhense de castanha de caju, perdendo apenas para o Estado do Ceará.

Essas redes sociais, como já mencionadas, foram construídas ao longo do tempo a partir dos cultivos de cajuais na região. Os diferentes agentes que dela participam estão envolvidos com a lógica de mercado, com atores externos, como instituições financeiras, entidades representativas, técnicos agrícolas, prazos e burocracias. As relações primárias que envolvem a produção e manutenção do comércio da castanha de caju como a amizade, parentesco, confiança, reciprocidade que foram caracterizadas ao longo desse trabalho, mobilizam diversas formas de capital social (BOURDIEU, 2008) entre os trabalhadores rurais.

A busca por equilíbrios com atores externos influencia fortemente as tomadas de decisão das unidades familiares. Então, o acesso ao crédito rural, é uma das estratégias econômica dessas famílias camponesas. Van der Ploeg (2016) na discussão sobre a posição da agricultura camponesa no contexto externo salienta:

Os equilíbrios externos não estão localizados dentro da família camponesa, mas na interface entre o setor agrícola como um todo e a sociedade e os mercados nos quais se inserem. Esses equilíbrios externos não podem ser determinados, ou influenciados, por agricultores individuais. No entanto, fato é que esses equilíbrios evidentemente exercem impacto considerável em propriedades individuais e famílias agriculturas (VAN DER PLOEG, 2016, p. 95)

As iniciativas para a efetivação dessas interfaces devem ser feitas de maneira contínua tanto pelos trabalhadores quanto pelas entidades de representação, para superar os inúmeros obstáculos que a cadeia produtiva da castanha sugere. Schmitt e Kato (2017) salientam três aspectos fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Eles devem ser trabalhados de forma individual e coletiva nas comunidades rurais, que seriam: o livre acesso aos recursos, ao mercado e às instituições.

Os autores pontuam:

O relatório *Investing in smallholder agriculture for food security*, publicado pelo High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, sugere que a ampliação da capacidade de investimento dos pequenos agricultores (smallholders) envolve a superação, de forma coletiva ou individual, de uma série de obstáculos associados às seguintes dimensões: (i) acesso a recursos (terra, água, força de trabalho etc.); (ii) acesso a mercados (acesso a infraestrutura de transporte, níveis muito baixos de agregação de valor aos produtos comercializados, assimetria de informações etc); (iii) acesso a instituições (reconhecimento de direitos, acesso a políticas públicas, ambiente institucional hostil). A superação dessas limitações, particularmente entre os agricultores menos capitalizados, envolve um processo contínuo de fortalecimento de estratégias produtivas e de reprodução social de forma a mobilizar diferentes ativos e fontes de recursos. Níveis elevados de acesso a insumos e a crédito não se traduzem, de forma linear, na superação desses obstáculos, podendo elevar os níveis de risco e endividamento. Nesse sentido, a qualidade dos investimentos se torna tão essencial quanto sua quantidade. (SCHMITT e KATO, 2017, p. 304).

No caso dos produtores e compradores de castanha no PNLN, o acesso ao crédito é um elemento importante. Apesar de sua importância, o acesso às linhas de crédito pode ser tanto um elemento de fortalecimento da economia, quanto um fator de risco para entre os trabalhadores. O investimento em educação, e tornar a linguagem tecnicista das instituições mais acessível aos trabalhadores pode ser uma estratégia interessante para o fortalecimento e organização dessa cadeia produtiva no município.

Raud-Mattedi (2005), ao analisar criticamente a sociologia econômica de Mark Granovetter, nos mostra a importância deste autor ao sublinhar uma nova perspectiva da ciência econômica, considerando o mercado como uma estrutura social. O estudioso se “empenha em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e as influências destas relações sociais nos resultados econômicos. Ele é um dos representantes do enfoque estrutural do mercado, visto como constituído de redes interpessoais” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 60).

Essa concepção sociológica e antropológica da ação econômica se afasta da concepção clássica de atomização e inércia dos grupos sociais às flutuações dos mercados, e coloca a

construção cotidiana das redes sociais que envolvem as cadeias produtivas como balizador das ações dos indivíduos.

Sendo socialmente situada, só poderemos entender ação econômica dentro dos sentidos e motivações que elas significam para os indivíduos. A autora, à luz do pensamento de Polanyi e Granovetter, esclarece que os objetivos de uma economia estão ligados aos objetivos sociais dos atores, que têm a ver com sociabilidades, reconhecimento e poder (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 63).

Neste sentido, para autora, Granovetter reconhece que uma ação econômica é socialmente situada em relações sociais contínuas que envolvem atores e agentes internos e externos aos grupos, denominado pelo autor de imbricação social. Que podem ser de dois tipos: relacional e estrutural.

O primeiro diz respeito às relações pessoais mais imediatas do indivíduo (família, amigos, etc.), e o segundo refere-se às relações mais afastadas, às quais o indivíduo tem acesso graças a seus laços fortes – laços mantidos com parentes próximos e amigos – e, sobretudo, fracos – laços mantidos com conhecidos –, que o põem em contato com universos sociais distintos. (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 64).

As ações econômicas imbricadas nas redes de comercialização da castanha de caju em Barreirinhas, inclui os povoados integrantes do PNLN. São condicionados a esse pertencimento às redes sociais de relações interpessoais. A autora, esclarece ainda que o mercado, longe de ser um jogo de forças abstratas, com atores anônimos regidos pela oferta e procura, são um conjunto de ações imbricadas em redes sociais concretas de relações sociais.

A livre circulação de informações e contatos trazem à tona alternativas para análise dos mercados, e até mesmo as instituições sociais usam essas redes cotidianas no seu próprio funcionamento, pois são reflexos das redes sociais construídas ao longo do tempo.

Raud-Mattedi sublinha que Granovetter acreditava que as atividades econômicas e as relações de confiança se enraízam nas redes de relações interpessoais. Neste sentido, o mercado seria formado por uma construção social conflituosa, resultado de lutas, pois “mobiliza contatos pessoais de diversas esferas sociais, financeiras, políticas e científicas que tentam pressionar o Estado no sentido de legislar em seu favor” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 71).

As políticas públicas voltadas ao acesso ao crédito rural são decorrentes das pressões externas de movimentos sociais para sua efetivação (BITTENCOURT, 2003, p. 108), pois as decisões e regras políticas e administrativas também são decorrentes de demandas externas, a

nível micro, como no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

4.2 O papel das instituições bancárias e do Pronaf na agroindústria familiar da castanha de caju no PNLM

Estudo técnico sobre a cadeia produtiva da castanha feito por Guanziroli et. al. (2009), em parceria com o Banco do Nordeste no Ceará, demonstrou o potencial produtivo e de mercado do produto, caracterizando-a como uma agroindústria de sucesso nessa região.

Em Barreirinhas/MA, apesar movimentar toneladas de castanha de caju, anualmente, a cadeia produtiva ainda é deficiente no que diz respeito ao potencial industrial e de processamento da castanha e da polpa do caju. Sendo transportada para os municípios cearenses, em sua maioria *in natura*, a partir das redes de produtores locais, os grandes compradores de castanha de Barreirinhas tornaram-se fornecedores regulares dos compradores cearenses.

A maioria dos produtores de caju é constituída de fornecedores de castanha. Ainda nas propriedades rurais, a castanha é separada do pedúnculo, secada ao sol e vendida, em sua grande maioria, para corretores (intermediários). Grandes produtores, devido a sua capacidade de obter maior escala na entrega, conseguem vender castanha diretamente para a indústria de processamento. (GUANZIROLI et al, 2009, p. 40)

Em relação a essa dinâmica envolvendo os compradores do Ceará, os pequenos produtores de Barreirinhas ainda possuem frágil autonomia, no que diz respeito ao controle da cadeia produtiva de castanha, por ainda estarem fortemente dependentes desses rede compradores intermediários locais e de outros situados nos âmbitos regional e nacional. Atualmente, o depósito SEBITE, é um dos principais locais de armazenamento e compra da castanha *in natura* de Barreirinhas. Durante a pesquisa todos os entrevistados já mantiveram ou ainda mantêm relações comerciais com o proprietário deste grande depósito em Barreirinhas, responsável pela venda da castanha que adquire junto aos pequenos produtores das comunidades do município.



Depósito SEBITE, localizado em Barreirinhas/MA. Foto: Mônica S. Pereira (setembro de 2019)

Esse local de armazenamento, que concentra castanha *in natura* de diferentes produtores de Barreirinhas, é responsável pelo envio de toneladas de castanhas para o Ceará. Durante a pesquisa de campo não foi possível ter acesso a dados mais detalhados sobre o volume exportado pelo proprietário do depósito, porém o mesmo é indicado pelos trabalhadores como um local estratégico de envio de castanha para fora do município.

O comprador conhecido como Dedé, responsável pelo depósito, é um agente importante e reconhecido por todos na região. Além dos negócios relacionados com a comercialização da castanha, o proprietário deste depósito atua em outros ramos, como a venda de materiais de construção e postos de gasolina. Segundo os entrevistados, esses outros ramos só foram possíveis pelo envolvimento desse empresário com as atividades de compra e revenda de castanhas dos produtores locais. Em relação a compra da castanha *in natura*, em entrevista, Nivaldo, atual presidente do STTR de Barreirinhas já sinalizava a importância do SEBITE na região:

Pesquisador - Eu estive em Ponta do Mangue, e lá a gente verificou também, os cajuais. Essa castanha que tu disseste, vinha mais da região das areias. E da região das praias, vem castanha pra cá também?

Nivaldo - Ela vem toda pra cá pra Barreirinhas, né. Da praia ela vem mais *in natura* mesmo, né, não é beneficiada. Comprador vai lá comprar. Aqui em Barreirinhas só quem compra é só um comprador, o Sebite, só um ponto. Então, os outros que estão lá e querem comercializar a castanha *in natura*, eles comprem de um, de outro, e vêm vender aqui pro Dedé que é a empresa do Sebite, do Ceará. Então, pra nossa região, é o Sebite, a empresa do Ceará...

eles [os trabalhadores] começaram a perceber que mesmo vendendo a castanha *in natura*, o ganho era pouco demais, e algumas famílias já começaram beneficiar lá mesmo, a assar nas famílias e isso todo mundo tá entendendo que tá gerando renda maior pras famílias, né.
(Nivaldo, Representante Sindical, 05 de jan. de 2015).

No período da pesquisa (entre 2018 e 2019), o quilo da castanha *in natura* custava entre 2,00 e 3,50 o quilo e da beneficiada entre 35,00 e 45,00 reais em Barreirinhas. Estes preços variam de acordo com o comprador, negociação e local de produção. Neste sentido, o cálculo feito depende muito do volume de castanha colhido no ano. Caso seja um período de pouca produção castanha, é melhor vendê-la *in natura*, por exemplo. Como vimos, a composição do grupo familiar, as condições para contratar terceiros para realizar todos os procedimentos de beneficiamento são fatores que determinam se uma família irá *assar* suas castanhas ou vendê-las *in natura*.

Durante todo o ano a comercialização de castanha não cessa, apesar das altas e baixas dos preços. Produtores e compradores movem a economia local, como foi possível perceber durante etapas de campo em Bom Jardim, quando conseguimos informações referentes ao ciclo de produção da castanha de caju e à circulação desse produto entre os povoados.

Mesmo com essa limitação de ganhos, os produtores rurais locais possuem um enorme potencial de produção, o que lhes permite alimentar essa rede em torno da economia da castanha. Apesar dos processos de exploração impostos pelos donos dos depósitos, as unidades familiares têm na produção da castanha uma importante estratégia para a sua reprodução social e econômica. Aquelas unidades familiares que se envolvem com todas as etapas, (produção, beneficiamento e comercialização da castanha), têm mais possibilidades de inserção em nichos alternativos que, em certa medida, reduzem os processos de exploração operados pelos grandes compradores.

Essa participação, conforme Júnior (2017),

(...) está vinculado a seu caráter diferenciado, pois, nessa atividade, a inserção mercantil acontece de um modo distinto dos esquemas tradicionais de produção de *commodities*, uma vez que os produtores passam a desenvolver de forma conjunta a produção da matéria-prima, a agroindustrialização da produção e a comercialização do produto final (MALUF, 2001). Essa perspectiva ganhou mais projeção diante da reestruturação dos mercados agroalimentares, a partir da qual se tornou crescente a demanda por produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local – conjunto de valores atualmente apreciado pelo mercado consumidor (WILKINSON, 2008; NIEDERLE, 2009). Esse contexto favorece a valorização dos produtos das pequenas agroindústrias, oferecendo aos agricultores de base familiar a oportunidade de adentrar mercados de nichos específicos. (JUNIOR, 2017, p.112)

A inserção desses trabalhadores no mercado é associada aos seus modos tradicionais de produção às demandas do mercado agroalimentar, caracterizado pela valorização dos produtos orgânicos. O avanço e a expressividade desse sistema produtivo no meio rural brasileiro foram construídos por meio de duro trabalho de organização. As “pressões e as lutas dos movimentos sociais e sindicais, tornaram essa iniciativa produtiva objeto de incentivo das políticas públicas” (JUNIOR, 2017, p. 113).

A principal política pública voltada para os trabalhadores rurais é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, desde 1998, fornece linhas de créditos específicas para o apoio e fortalecimento da agricultura familiar (JUNIOR, 2017). Mior (2003, p. 155). Cinco objetivos fundamentais caracterizam o Pronaf:

a) Ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; b) Viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural. c) Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. d) Elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão; e) Favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos. (Mior, 2003, p.155)

O Pronaf possui linhas de créditos diferenciadas. Porém, a mais acessada por pequenos e médios produtores rurais é o Pronaf Agregar. Criado em 1999, atendia financiamentos individuais. Em 2003, no governo Lula, foi renomeado Pronaf Agroindústria, adicionando ao programa linhas de créditos para financiamentos coletivos (cooperativas). Nesse mesmo ano, foi criado mais uma linha, o Pronaf Custeio e Comercialização de agroindústrias familiares “com o objetivo de resolver o problema da falta de capital de giro para a venda dos produtos beneficiados, uma vez que esse recurso não podia ser acessado por meio do Pronaf Agroindústria” (JUNIOR, 2017, p. 114).

Ao longo do funcionamento do programa, as margens da renda bruta familiar dos trabalhadores para o acesso só aumentou (JUNIOR, 2017, p. 115), e concomitante a isso, cresceu o interesse dos trabalhadores rurais em participar dessa linha de crédito.

Para acessar essa linha de crédito, algumas regras têm que ser obedecidas.

É indispensável que os agricultores explorem uma parcela de terra (na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, comodatários, parceiros etc.); que residam no estabelecimento ou em local próximo; que não detenham área superior a quatro módulos fiscais; que obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e, por último, que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento. Além dessas exigências, existe um limite de renda bruta familiar anual que precisa ser

considerado para o enquadramento como possível beneficiário. (JUNIOR, 2017, p.114)

Em Barreirinhas, as instituições financeiras que mediam o acesso ao programa são o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Durante o trabalho de campo, identificamos que trabalhadores do povoado Bom Jardim, tiveram acesso ao programa, tendo experiências variadas.

Nesse período, entre os meses de abril e setembro é comum alguns produtores solicitarem empréstimo nos bancos para pagamento dos trabalhadores que realizam a limpeza dos cajuais. A iniciativa dos empréstimos bancários, denominada como *custeio do caju*, foi mediada pelo STTR de Barreirinhas para ajudar produtores com linhas de crédito.

Isso se estende tanto a povoados situados dentro dos limites do PNLM quanto aqueles que estão fora. No relato à equipe GERUR, no âmbito da pesquisa que este grupo realizava, Nivaldo (STTR-Barreirinhas) informou que o *custeio* é feito por hectare de cajual. Sendo que um hectare equivale a R\$ 240 reais retirados no Banco do Brasil.

Nivaldo - Então o Sindicato procurou o Banco do Brasil, né, e foi lá falar com o gerente se tinha como ele fazer o *custeio do caju*, né. Então o gerente quando chega a linha do trabalhador rural, às vezes, os bancos até se fecham achando que o trabalhador não vai pagar. Mas como o sindicato assumiu a responsabilidade junto com esses trabalhadores. O que é assumir responsabilidade? Não de pagar a dívida, mas de tá orientando pra que no tempo ele pague essa dívida do banco. Então o banco hoje dá o *custeio*, né, o *custeio* é o valor de R\$240 reais por hectare. Se você vai tirar, por exemplo, eu tenho três linhas e meia de caju, o banco paga R\$240 reais por hectare. Como a maioria dos trabalhadores já têm quantidade de 15, 20 hectare então ele vai somar o valor do hectare vezes tal, aí ele tira. Hoje na verdade são poucos trabalhadores que não tem esse *custeio*, tem muito, muito trabalhador que tem. (NIVALDO, REPRESENTANTE SINDICAL, 05 de jan. de 2015).

O *custeio* é utilizado por trabalhadores que possuem cartas de anuência no PNLM, cedidas pelo Instituto de Terras do Maranhão - ITERMA, conseguindo o financiamento através do Pronaf. Apesar de o entrevistado dizer que muitos utilizam esse financiamento, a maioria dos moradores de comunidades situadas dentro do PNLM não se beneficiam por não estarem regulares com sua situação fundiária devido a instalação dessa Unidade de Conservação. Porém, alguns moradores possuem cartas de anuência conseguidas junto ao ITERMA datadas antes da instalação do Parque, em 1981.

Essa forma de crédito é bastante acessada pelos produtores de castanha entre os meses de abril e setembro, principalmente aqueles que estão fora dos limites do Parque, que podem mais facilmente retirar esses empréstimos. Segundo Nivaldo, muitos deles não usam o dinheiro todo na limpeza, guardando uma parte para as necessidades da família, como manutenção de

casas, compra de utensílios domésticos e outros. No período de pagamento usam a própria venda da castanha colhida para quitar a dívida com o Banco.

Durante a o trabalho de campo, em conversa com um dos gerentes do Banco do Nordeste, ele esclareceu bem como é o acesso desses trabalhadores a essa política de crédito rural no Banco:

P – Boa tarde, Atanael, eu gostaria que você falasse um pouco sobre os empréstimos que os trabalhadores rurais do município de Barreirinhas fazem anualmente para o custeio dos cajuais.

E – Boa tarde, eu sou o Atanael de Sousa, sou funcionário de carreira do Banco do Nordeste, trabalho há quinze anos no Banco do Nordeste. Assumi na agência de Pinheiro, passei quatorze anos lá e fui transferido recentemente numa promoção pra agência de Barreirinhas. Então estamos aqui praticamente um mês exercendo a atividade como gestor principal da unidade de Barreirinhas. E aqui nós vemos em relação, especificamente, ao cultivo do caju nós temos linhas de crédito para atender os produtores que trabalham nessa atividade tanto com a linha de custeio, pra fazer os tratos culturais, a limpeza, a manutenção dos cajuais quanto pra investimento, pra plantar novas, novos plantios da cultura, mas no geral o que os produtores procuram mesmo é só o custeio porque na maioria dos cultivos são nativos, tudo nativos então os tratos culturais são mínimos, né, é uma planta que seu desenvolvimento é natural aqui na região né então os tratos culturais são mínimos, mas a gente dispõe de linhas de crédito de custeio para o produtor rural nessa atividade.

P – Aqui na agência de Barreirinhas elas só atende aqui no município ou se entende pra outras regiões?

E – O Banco do Nordeste atua no Nordeste inteiro e temos essa linha de crédito em todas as nossas unidades, temos essas linhas de crédito. Aqui na região do Lençóis a gente atende Primeira Cruz, Humberto de Campos, atende praticamente a região dos Lençóis toda.

P – Em relação aos tratos burocráticos do custeio do caju, qual a documentação que os trabalhadores devem trazer pra iniciar esse processo de financiamento?

E – Em geral a documentação que a gente pede... Na maioria são todos são sindicalizados, então tem que ser sindicalizado, tem que ter declaração e aptidão do Pronaf que é a linha de crédito mais barata pra atender produtor rural, documento de identidade, CPF, a declaração da DAP como eu já disse, e outros documentos necessários, mas não são tantos documentos, nada que o produtor não possa ter.

P – E também ouvir falar que além dessa documentação de sindicalização, o produtor deve ter a carta de anuência, né?

E – Isso mesmo. É a carta de aptidão do PRONAF essa carta de anuência, a gente solicita pro produtor. E, hoje também está exigindo que ele tenha o CAR da propriedade dele.

P – O CAR significa o quê?

E – É o Cadastro Ambiental Rural.

P – Isso é uma exigência do governo?

E – É. É exigência do governo.

P – O senhor pode me falar um pouquinho sobre isso?

E – O CAR é uma exigência que todos os imóveis tem que estar cadastrados nesse sistema, então o especialista vai lá e faz as medidas, tira as coordenadas dos imóveis pra fazer esse registro no CAR. É obrigatório pra todos os produtores rurais.

P – Então todo ano ele tem que trazer esse CAR ou é só uma vez?

E – O CAR só se faz uma vez.

P – Cadastra e o trabalhador vem?

E – Ele só se cadastra uma vez no nosso.

(Atanael de Sousa, gerente do Banco do Nordeste, 02 de abril de 2019)

Segundo o bancário, além de sindicalizados, os trabalhadores precisam da carta ou declaração de aptidão do Pronaf – DAP, emitido atualmente por entidades credenciadas na Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (antigo MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário), INCRA – Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária, os sindicatos e associações de agricultores. Sendo o STTR/Barreirinhas, um dos locais que emitem essa declaração para que o trabalhador possa dar entrada nessas linhas de crédito no município. Conforme relato do seu Chico Farias, ex-presidente do STTR/Barreirinhas:

P – E em relação aos empréstimos dos trabalhadores, essa carta que o sindicato dá para os trabalhadores de dentro do parque pra tirar empréstimos, pode falar mais sobre essa declaração porque como é área de Parque, né mesmo assim o banco aceita?

E – Aceita e inclusive pede pro trabalhador vim no sindicato pegar uma declaração dizendo qual a localidade que ele mora, a quantidade de caju que ele tem e com quem ele se limita, quais são os outros moradores ele se limita. Eles pedem essa declaração.

P – E mesmo estando dentro do Parque não tem problema?

E – Não, não tem. Eles fazem os empréstimos dele.

P – E é só o Banco do Brasil que faz esse empréstimo?

E – No Banco do Nordeste também depois que o Banco do Nordeste se instalou aqui em Barreirinhas já faz essa atividade. Mais do Banco do Nordeste do que Banco do Brasil.

P – E qual valou mínimo e máximo que um trabalhador tira?

E – Eu não sei por que depende do tamanho dos cajuais e da quantidade de castanha que ele produz, e aí e não sei o valor por hectare, pelo tamanho da área.

P – Só indo no banco pra saber.

E – No banco eles dão esse valor.

(Seu Francisco Farias, ex presidente do STTR/Barreirinhas, 23 setembro de 2019)

Durante o trabalho de campo, seu Chico Farias deu permissão para o acesso a essa documentação emitida pelo órgão de representação que são denominadas por eles de *declarações de posse*¹³. Arquivadas no sindicato, foram encontradas um total de cento e cinquenta declarações emitidas entre os anos de 2015 e 2017. Dentre elas, apenas 5 eram de povoados localizados dentro do PNLM.

A ação do STTR Barreirinhas tem notório destaque na divulgação dessa política pública na região. Os trabalhadores que acessam a linha de crédito entram na categoria B do Pronaf que engloba agricultores (as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 e mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf¹⁴. Sobre a retirada do empréstimo o gerente esclarece, conforme relato:

P – E quanto tempo que ele vem e faz um empréstimo, por exemplo, agora no mês de abril, ele tem quanto tempo pra pagar, como é essa linha do tempo até o pagamento?

¹³ As declarações de posse seguem o mesmo sentido da DAP.

¹⁴ Informações obtidas através da tabela dos grupos e linhas de crédito do Pronaf, 2019/2020 do Banco do Nordeste. (https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela_grupos_Pronaf_19122018.pdf acesso: 24/08/2020)

E – O custeio é um ano pra pagar. Ele vem faz a operação e dentro de um ano ele tem a produção dele com a venda da sua produção ele paga o banco e fica com o lucro.

P – E em relação a isso Atanael, depois de aprovada a documentação, em quantos dias ele retira esse valor?

E – De trinta a sessenta dias é o prazo de crédito.

P – E varia de quanto esse valor recebido pelo trabalhador?

E – Em média de 10 a 20 mil reais. Vai depender do tamanho da produção dele.

P – E o senhor tem o montante de crédito que é aprovado?

E – Essa informação eu não tenho, o técnico vai lá e faz a análise, um projeto de custeio dele né, visitando a área *in locu*, e aí ele vai saber quanto é média de valor que aquele cliente vai poder tirar.

P – E esse técnico é daqui do Banco do Nordeste ou produtor a partir do CAR que informa o banco?

E – Nós temos os técnicos do banco e também tem as pessoas credenciadas, autônomas para fazer esse trabalho.

P – E como é esse processo de integralização externa ao banco?

E – Primeiramente o cliente vem no banco, né, aí nós damos as opções pra ele se ele for sindicalizado e a operação dele for até quinze mil reais será feito pelo técnico do banco. Aí nós vamos direcionar ele pro técnico do banco fazer a visita *in locu* no estabelecimento dele na propriedade dele e vê o que ele tá precisando lá de crédito.

P - E ele paga alguma coisa por essa visita técnica?

E – Não.

P – No caso se ele terceirizar esse técnico ele paga?

E – Paga em média de 2%.

P – O senhor diz que tem o tempo de um ano pra ser pago esse empréstimo. Caso o trabalhador, por exemplo, não tiver uma produção boa e ele não consiga pagar, quais são as implicações para o trabalhador rural, tem algum tipo de seguro?

E – A implicação é que ele vai ficar inadimplente, ele não vai poder tirar mais créditos em outros bancos, em outras instituições, e também conosco, o crédito dele vai sem registro e ele não vai poder, e o CPF dele negativado.

P – E se eles vierem aqui negociar ou parcelar esse empréstimo? Tem isso?

E – Sim, a gente parcela os empréstimos a gente sabe que podem acontecer diversas coisas com a condição dele, pode acontecer coisas adversas à sua vontade que impeça ele de quitar na data prevista o empréstimo. Então, a gente faz a renegociação e dá mais um prazo pra ele.

P – E esse prazo é por intermédio do sindicato ou ele vem aqui pessoalmente?

E – Ele vem aqui pessoalmente.

(Atanael de Sousa, gerente do Banco do Nordeste, 02 abril de 2019)

O Banco do Nordeste tem se destacado na região quanto à emissão dessa linha de crédito rural. Esse destaque se justifica por conta do programa Agro Amigo. Esse programa, derivado do programa CredAmigo da mesma instituição, fornece linhas de crédito a juros menores, facilitando a retirada do auxílio.

A relação entre os agricultores e essas instituições de crédito devem ser entendidas levando-se em as redes mobilizadas para a manutenção da atividade da castanha no município, e da reprodução social e econômica em torno dessa atividade. Vendo as particularidades da economia da castanha de caju, as relações com o meio biofísico e o conhecimento tradicional mobilizado, a ação das famílias dessas comunidades do PNLM e também do entorno pode ser caracterizada como um tipo de estratégia de reprodução social e econômica.

A reprodução social é aqui entendida como a sucessão de saberes e técnicas tradicionalmente utilizadas que auxiliam as famílias camponesas na sua autonomia econômica, cultural e política. Ela é produzida a partir das estratégias cotidianas de resistência praticadas pelos núcleos familiares para a permanência dos seus modos de vida historicamente enraizados nessa região hoje identificada como o PNLM.

4.3 As relações entre trabalhadores rurais e instituições bancárias para o custeio do caju no PNLM

Para exemplificar mais detidamente a relação que os trabalhadores mantêm com as agências bancárias, acompanhamos durante os trabalhos de campo em Carnaubeira, seu Genésio que, com regularidade, recorre a empréstimos bancários para realizar os tratos culturais da castanha de caju. O trecho a seguir, extraído do caderno de campo é importante ser pontuado:

As relações cotidianas são interessantes para apreendemos como as interações com espaços rigidamente burocráticos, como agências bancárias, são vividas pelos trabalhadores rurais. Hoje, pude acompanhar seu Genésio no dia de pagamento do custeio no Banco do Nordeste. Antes de chegar na agência, ele parou numa loja que vende castanha e comprou meio de quilo da assada. Depois de comprar me disse que era o *agrado*, ou prova de produção. Fiquei curiosa para saber como usaria isso no banco.

Indo para o banco, fomos conversando. No trajeto ele me disse que sempre procura uma fuga da burocracia do banco. Chegou a dizer que tem amizade com o vigilante e funcionários para que quando chegue possa acionar esses laços e fugir das filas de espera. Ao chegarmos, a agência estava cheia, e pensei que demoraria sermos atendidos. Pensei que ele pegaria uma senha e esperaríamos atendimento, porém, ele rapidamente falou com o vigilante e este acionou o gerente que, percebendo a presença de seu Genésio, prontamente disse que logo iria atendê-lo. Aos poucos, mesmo com olhares desconfiados dos outros clientes do banco, seu Genésio se aproxima devagar da mesa do gerente, que o atende logo que termina seu último atendimento. Ato seguido, o gerente imprime o boleto para pagamento do empréstimo. Senti que minha presença ali era meramente ilustrativa. Continuei observando a sua desenvoltura na agência. Com o boleto em mãos, ele entrega o saquinho de castanha para o gerente, que sorri, agradece pelo presente, o *agrado*, depois disso ele me chama. Vou até a mesa do gerente e falo timidamente da pesquisa, e pergunto se podemos conversar depois do horário de expediente. Prontamente ele aceita e diz para eu voltar às 16 horas. Quando terminei de falar com o gerente seu Genésio, pedi minha ajuda para pegar uma senha preferencial para idosos. Não demorou muito, a senha dele foi chamada e rapidamente seguiu para pagar o boleto. Fiquei do lado de fora aguardando, ao mesmo que observava o gerente na continuidade do seu trabalho, chamando as senhas, atendendo as pessoas e degustando as castanhas, “o *agrado*” presenteado por seu Genésio. Quando ele saiu do caixa nos encontramos e voltamos para sua casa onde eu estava hospedada. No trajeto de volta

ele me contou que já estava se preparando para fazer outro empréstimo naquele mesmo ano. Não demoramos 40 minutos na agência.
(Transcrição do caderno de campo, Mônica S. Pereira, 03 de abril de 2019)

O relato extraído do caderno de campo é interessante para notarmos como esse produtor e comprador de castanha mobiliza as relações pessoais no âmbito das instituições bancárias de modo a facilitar seu atendimento. Durante a ida com seu Genésio ao banco, percebi o quanto era conhecido no município, bem como acionava suas redes de relações cotidianamente. O relato acima demonstra como procura pessoalizar as relações, para assim fugir da demora no atendimento, bem como procurar uma boa relação com a gerência do banco, para que possa ter a expectativa de mais crédito.

Típico de comunidades rurais, as relações sociais e as redes são acionadas por mecanismos de apoio, reciprocidade e confiança. Mais tarde, em conversa informal com seu Genésio, relatou que o gerente era novo, então tinha que procurar ter uma boa relação com ele. Indagado sobre o agrado, ele diz que sempre faz isso pra mostrar que o dinheiro emprestado, deu frutos e rendeu, então presentear o gerente com uma prova da castanha no dia do pagamento do empréstimo, é demonstrar que o negócio foi bem sucedido.

Como pontuado, essas redes de laços estruturais (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 64) constituídos, pelos chamados laços fracos, acionados por conhecidos, amigos, entre outros, põe esses atores em contínuas relações sociais que ultrapassam as formalidades burocráticas típicas de instituições bancárias, tornando relações que em tese deveriam ser impessoais, em relações pessoais.

Ao longo do tempo seu Genésio teve diversas experiências com empréstimos bancários. Cada trabalhador tem uma experiência única com o banco, podendo ser de sucesso ou não. Mas esse caso serve para demonstrar como o mercado e a rede de relações que têm a castanha como elemento central, são dinâmicos e multifacetados.

Desde a década de 1980 seu Genésio trabalha com financiamentos bancários e sua rede de relações sempre é de expansão quando o assunto é o comércio e tratos da castanha de caju, como expõe no relato gravado:

E – A primeira roça que eu rocei pelo banco, roça grande foi na era de oitenta. De oitenta pra cá foi que começou plantio de castanha, aí era só coisinha mesmo, não tinha nem venda, não tinha quem comprasse não, nesse tempo o pessoal comprava era tucum. Aqui na Barreirinhas os homens comprava era tucum partido. Aí começou a castanha. Comecei plantar, oitenta e um, oitenta dois, oitenta três, três roças grandes eu fiz pelo banco.

P – Pelo banco que o senhor fala é financiada?

E – Sim.

P – Qual banco?

E – Banco do Brasil, de vinte linhas foi dois mil reais, cruzeiros sei lá. O papai lá tinha um senhor que chamava Erondino, quando soube, ele tinha gado esse velho, quando soube que eu tinha feito esse empréstimo.

P – Isso com a carta de anuência que o senhor me mostrou?

E – Não, essa só por conhecimento, não era todo mundo que fazia não, era não.

E1 – Tinha um jeito que eles faziam pelo sindicato.

P – Nesse período o senhor se envolveu com o sindicato?

E – Nesse tempo o sindicato não se envolviam nisso [Empréstimos], aí esse meu tio disse na rua que tinha tirado esse empréstimo e como eu ia pagar?. Meu pai soube e me contou: “compadre Erondino tá muito preocupado”. Porque ele maldava que só, ele tinha as coisas e ninguém que tivesse dinheiro, se pegava não dava conta. Era dois avalista que a gente tinha. Eu achei dois homens que me avalizou, ia ser dois mais o finado João Xexéu morava perto banco, aí eu fui e falou e ele disse “eu vou ser teu aval”, e eu disse “rapaz, mas diz que é dois”. Ele disse “eu vou lá mais tu”.

P – Avalista é a pessoa que garante?

E – É se não avalizasse ninguém tirava, era se eu não pagasse ele pagava.

P – Entendi.

(Seu Genésio, morador do povoado Carnaubeira, abril de 2019)

Sem auxílio do Sindicato, e somente com o apoio do que chama de *avalista*, seu Genésio conseguiu retirar no Banco do Brasil seu primeiro empréstimo e, desde então, trabalha com linhas de crédito para ajudá-lo nos tratos da castanha. Nesse primeiro momento, o depoimento demonstra bem a força que essas relações pessoais têm na retirada de empréstimo. A relação de confiança entre seu Genésio e o senhor que garantiu que assumiria a possível dívida caso não conseguisse pagar, é outro fator que merece destaque.

E – Ele era amigo do meu pai e meu amigo, tinha comércio ele. Aí chegou lá disse, não me lembro do nome do gerente não. “Gerente eu vim aqui pro senhor me dê um valor pra mim avalizar pra ele um empréstimo de caju aí”, ele disse “é dois” eu disse “eu vou sozinho” ele disse “tu vais só, então tu conheces ele, né”, ele disse “pode emprestar até mais dinheiro sem querer por que eu assino”, pois tá certo. Foi logo e assinou. No dia que o senhor precisar pode vim. Era pro caju, João Xexéu, avalizou, aí ficou o empréstimo venceu aí chegou o ano de pagar eu fui e paguei, no outro ano. Aí, papai foi na casa do velho, chegou lá deu bom dia pra ele, e aí compadre “como é que tá, eu só vim lhe dizer pro senhor ficar sossegado que meu filho pagou empréstimo dele” [risos].

Pra você ver como era as coisas, né, “ah, compadre porque”, “porque o senhor duvidou que ele pegou o empréstimo no banco e pensava que o senhor que ia pagar, né”.

P – Seu Genésio para o senhor pagar o empréstimo, o senhor fez o roçado, né, o cajual certinho. Tô dizendo que o senhor pegou o empréstimo, investiu...

E – No mato, arrematei todinho... Não era só eu não, eu só ia ajudar, mas nesse tempo era assim a gente trocava dia a maior parte. Aí trabalhando pra um e pra outro, trocado num sabe, aí quando eu ia roçar às vezes tinha doze e eu só devia dois, três. O resto já pagava e o outro era a dinheiro, aí rocei todinha, tocou fogo, cerquei e plantei.

(Seu Genésio, morador do povoado Carnaubeira, abril de 2019)

Sobressai no relato que a relação de amizade e confiança contribuiu decisivamente para a concretização da transação. O sucesso do investimento de seu Genésio foi possível também

pelo acionamento dos mecanismos de entre ajuda, que ele denomina de trocar dia de trabalho. Percebe-se no relato que seu Genésio sempre pessoaliza a relação, mesmo sabendo que no banco precisaria de dois avalistas, a palavra da pessoa que o acompanhou no banco garantiu o sucesso da transação. Esses laços de confiança e mecanismos de reciprocidade são típicos de comunidades rurais, no qual, a palavra e a honra fazem parte do modo de vida camponesa.

Desde então, Seu Genésio procurou ampliar sua rede de relações. Ele é bastante conhecido na região como comprador de castanha. Todos os anos, no mês de outubro, ele realiza a *festa do caju*, para comemorar a safra da castanha. Durante esse período ocorrem torneios de futebol, atrações musicais e outros eventos. Atualmente, ele retira empréstimo somente junto ao Banco do Nordeste, por ter uma linha de crédito maior, e também por um problema na operação com o Banco do Brasil, pois realizou um empréstimo relativo a um projeto em conjunto com seu neto, que veio a falecer antes do pagamento da dívida. Indagado sobre suas experiências com os bancos, ele relata:

E – Aí de lá pra cá a gente vem vindo nesse banco [Banco do Brasil] todo tempo. Aí eu sai dele porque um neto meu operou junto comigo, nós éramos três.

P – Que ano?

E1 – Foi em 2006.

E – 2006. Aí senhora, tava faltando seis meses pra pagar o projeto, ele morreu, afogado! Ele trabalhava nesse pontão. Era meu neto, morava mais eu, era do jeito desse aí, todos dois eram meu neto morreu, acabou, aí ficou, fui no banco e contei: finado Werlis morreu, tá bom? Horácio era o nome do gerente, chegou perto e eu fui: “senhor como fica o negocio do projeto, do finado que ele morreu e a conta dele como fica?” ele disse “vocês pagam”, mas não tinha seguro não tinha nada nesse tempo, seguro de vida, porque fazendo não paga, paga só uma porcentagem. Eu digo: “não rapaz, mas quem morre não paga a conta, ele morreu e o dinheiro que ele tinha apanhado foi pra fazer o velório dele” deixei ir passando.

P – O senhor tirou com ele quanto?

E – Quatro mil e quinhentos. Aí, nessa faixa, aí o que acontece? Ele disse assim, o gerente: “olha o negócio do teu neto tá acabado, tá de parabéns, não precisa pagar não”. Muito obrigado, eu disse: “rapaz eu vou te dá uma banda de uma cabra pra comer”. Ele disse: “Ave Maria se tu me der!” Matei a cabra dei a banda pra ele, pro gerente. Senhora passou tempo, foi só seis mês não, veio a cobrança pra mim, e disse: “rapaz que negócio que você me disse que a conta tava paga e tão me cobrando? O que aconteceu, aqui não faz mais empréstimo porque o nome tava no Serasa. Mas vai fazendo movimento, quando der cinco anos sai à pendência, né isso. Passou cinco anos e nada senhora. Eles me cobraram até poucos tempos. Aí, eu falei com o juiz, “te prender eles não te prende, ele morreu como ele vai pagar conta?”. Aí fiquei nisso e hoje estou passei pro Banco do Nordeste. O Nordeste não bole que nem no Brasil, eu pensava que bolia, mas não boliu assim eu queria fazer no Nordeste e o Nordeste descobrisse que tá devendo? Nunca descobriu nadinha e, aí se virou tempo pra trás, né aí eu fiquei sem operar no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste eu tô com três operação.

P – O senhor acha diferença entre o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, em relação ao atendimento?

E – O atendimento é que me deram um empréstimo maior.

P – Quanto?

E – Lá é quatro e novecentos, vamos dizer cinco mil no Banco do Brasil, mas ele não dá, e o Banco do Nordeste faz até de vinte mil, e os hectares que você pede, né, e tem o caju. Agora veio essa ordem do Bolsonaro, né que se tiver o CAR da terra. É que você vai medir e ele dá um comprovante, como eu tenho da área, tá vendo aí você durante a vida.

(Seu Genésio, morador do povoado Carnaubeira, abril de 2019)

A relação entre trabalhadores rurais e instituições financeiras é complexa, pois envolvem estratégias de reprodução social e essas experiências podem ser de sucesso ou de frustração. Dentre os interlocutores entrevistados em Bom Jardim, apenas um contou sobre iniciativas de acesso a essa linha de crédito. Ele não conseguiu completar o processo, pois seu parceiro (seu pai) que iria fazer o projeto de custeio estaria com pendências no banco. Conforme relato:

P – E em relação ao pagamento da limpeza dos cajuais o senhor lida com empréstimos bancários?

E – Não faço, sabe porque? Fui pra fazer no Banco do Nordeste fui mais o papai tá com uns cinco anos que a gente fez isso aí, pra limpar o cajual. Aí eu fui lá mais ele, aí quando chegou na hora o moço lá perguntou como era o nome dele, o gerente, aí ele disse o nome dele Eusébio Conceição da Rocha, bateu no computador e disse “Seu Eusébio o senhor conhece esse homem?” papai disse “Eu conheço” aí puxou “O senhor conhece esse outro homem?” papai disse “Conheço” “Pois seu Eusébio, pois desde já o senhor não faz empréstimo aqui por causa desses dois homens”. Um tava devendo sete mil e quinhentos e o outro tava devendo quinhentos reais, dois irmãos, o Moacir e o João Domingos e eles estão devendo o Banco do Nordeste eles não pagaram.

P – Mas seu Eusébio quitou a parte dele?

E – Papai não deve, mas como fizeram com eles três não dá dele fazer.

E1 – Aí só se ele pagasse o dos outros, porque era assim era um conjunto.

P – Esse conjunto era através do sindicato essas coisas, que davam a entrada?

E1 – Cada qual fazia o seu.

E – Era custeio e só podia fazer de três, né.

E1 – Ia três pessoas.

P – E qual foi o tempo?

E – Aí eu já não tô lembrando o tempo que eles fizeram isso. Pois aí o papai disse: então o rapaz aqui pode fazer? “Seu Eusébio o que ele é pra você?” “É meu filho” “Pois não faz não senhor”. Aí, voltemos eu mais papai sem fazer e eu: “senhor deixa isso, que quando der nós limpa, se não puder vai ficando lá até que um dia dê certo”. Mas não faz, se pudesse fazer eu já tinha feito, tinha limpado porque trabalhador não falta tá vendo. Se botar faz. E disse que quando me aposentar e tiver o dinheiro, eu limpo tudinho porque é muito bonito eles no limpo, tira o encherco.

(Seu Antônio José, 59 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 26 de ago. 2019).

Segundo o entrevistado, a inadimplência de alguns pode afetar futuros empréstimos, como no seu caso. Seu pai pagou em tempo hábil, porém, como o projeto de custeio foi feito coletivamente, não pôde realizar uma nova retirada por seus parceiros não terem terminado de pagar as respectivas partes do empréstimo anterior.

No relato do seu Antônio José, notamos quanto o financiamento ajudaria na manutenção dos seus cajuais, caso a solicitação de custeio junto ao Banco do Nordeste tivesse sido aceita. Poderia pagar trabalhadores para limparem suas áreas, bem como obter uma boa safra de castanha. Nota-se que sempre realizam um cálculo para melhorar a produção. À falta de empréstimos bancários, tem na aposentadoria rural uma alternativa futura para garantir recursos que permita os investimentos no cajual.

Dentre as iniciativas de trabalho cooperado entre os agricultores de Barreirinhas, que incluía o cultivo de cajuais, relatos dos trabalhadores de Bom Jardim e de representantes sindicais, indicam que entre as décadas de 1970 e início dos anos 1980 houve uma iniciativa para se organizarem. Porém, com o tempo a iniciativa não foi consolidada, mas chegaram a vender castanha pra compradores de Fortaleza no Ceará, conforme o relato:

P – Quando a senhora juntava com seu esposo, a senhora lembra pra quem ele vendia, como é que era? Ele tinha contato com o sindicato essas coisas?

E – No começo era no sindicato.

E1 – No começo porque ele era sócio da cooperativa, existia uma cooperativa do sindicato, né, aí tinha produção que na época de outros aqui da região aí produzia, levava pra cooperativa, o negócio que seu Eusébio falou.

P – Tinha uma cooperativa? Isso foi quando a senhora lembra a data?

E1 – Hoje ainda tem uma casa que era da cooperativa que tem pessoa lá apoderada da casa e essa casa já foi muito questionada pra receber e a pessoa sócio que botou ele lá e o filho, agora o filho não quer sair.

P – A cooperativa meio que terminou já?

E1 – Terminou.

P – Mas o senhor lembra da época da cooperativa?

E1 – Essa época.

E – Faz tempo.

E1 – 1975 foi quando o sindicato foi fundado, logo ali foi fundado a cooperativa.

P – Na década de 1970?

E1 – De 1976 por aí pra cá, e aí quando foi acho lá pra 1980 e pouco por aí assim ela foi morrendo.

P – Então ela funcionou entre as décadas de 1970 e 1980 praticamente?

E1 – É por aí assim em 82.

P – E Bom Jardim era uma das comunidades. E tinha outras também né.

E1 – Tinha outras, tinha Bom Jardim que era do papai, o Mirinzal, o Bom Passar, Tucuns, Caboclo é... Tratada dos Carlos então tinha várias comunidades, Santo Antônio.

P – Aí depois dessa cooperativa, as pessoas começaram a vender por iniciativa própria? O seu esposo desde quando começou essa cooperativa, Dona Elza?

E – Fui fundadora da cooperativa.

P – A senhora e seu esposo foi um dos fundadores. Ela tinha nome essa cooperativa?

E1 – Eu não sei assim o nome, era cooperativa.

P – A cooperativa vendia pra quem, a castanha?

E1 – As pessoas vinham de fora, Fortaleza, né.

P – Que vinham comprar aqui?

E1 – As pessoas que tinham contato com as pessoas lá fora, né.

P – Os responsáveis eram as pessoas do sindicato?

E1 – Era quem as pessoas que iam? Deixa eu ver. Tinha as pessoas que eram do sindicato que nesse tempo era o Zé Cabral, mas tinha os responsável mesmo do sindicato pela cooperativa, tô esquecido.

E – Esqueci o nome dele.

E1 – Aí tinha outro até que era de fora que era tipo gringo.

P – Então isso pra mim é novo dessa cooperativa, eu não sabia que de início aqui tinha cooperativa e que as comunidades participavam.

E1 – O Chico Faria sabe a história dessa cooperativa.

P – Eu vou no sindicato falar com ele sobre isso.

E1 – O Nivaldo também sabe parece que o pai dele, o finado Zeca Pinto era também.

(E – Dona Elza, lavradora, uma das primeiras moradoras de Bom Jardim; E1 – Seu Paulo, 63 anos, lavrador, morador do povoado Bom Jardim, 03 de abr. 2019)

As iniciativas de organização e articulação dos trabalhadores, como pontuado no relato, fazem parte das estratégias dos agricultores. Apesar da iniciativa da cooperativa não ter se consolidado, os contatos bem como as relações com o mercado ainda permanecem, mesmo que de maneira descentralizada na região.

A falência da cooperativa foi uma das causas da descentralização do mercado e da comercialização de castanha em Barreirinhas, sendo um dos fatores que contribuiu para a organização atual da atividade neste município, segundo seu Chico Farias:

P – Seu Chico, o sindicato já fez algum projeto com os trabalhadores no início, alguma cooperativa pra produção de castanha?

E – O sindicato nunca fez isso não, tinha uma cooperativa aqui que era a cooperativa dos agricultores, que nessa época eles compravam castanha e levava pra Parnaíba.

P – Isso na década de 1980?

E – Foi de 80 pra cá, mais ou menos, e aí a cooperativa comprava e levava pra Parnaíba depois a cooperativa foi à falência, e aí virou esses compradores, esse pessoal aí que não são da cooperativa.

(Seu Francisco Farias, ex-presidente do STTR/Barreirinhas, 23 de setembro de 2019)

Atualmente, as redes entre os que cultivam, comprem e assam castanhas são inúmeras em Barreirinhas. Elas permitiram um emaranhado de relações que que movem a econômica da acastanha no município. Historicamente consolidado, o comércio da castanha move uma grande cadeia de produção que integra o sistema de organização dos trabalhadores rurais dessa região, e também mobiliza saberes tradicionais em torno dessa atividade. A dinâmica dessa economia envolve, portanto, dimensões da cultura local, integrando nessa complexa teia de relações, laços de parentesco, amizades e confiança entre os trabalhadores diretamente envolvidos com a produção da castanha e outros com aqueles agentes externos responsáveis pela concentração dessa produção na região.

O trabalho tentou demonstrar os vários elementos nos níveis micro e macro, responsáveis pelo funcionamento dessa atividade. Procurou entender as distintas dimensões do cultivo, a importância do saber local, bem como sinalizar o potencial e a importância da agricultura familiar para a consolidação da economia da castanha na região. Os saberes

tradicionais, historicamente incorporados pelos produtores de castanha, bem como a busca de equilíbrios da economia camponesa na região, fazem com que a castanha ganhe dimensões que extrapolam a sua importância econômica.

As atividades em torno dela representam uma forma de resistência das famílias que, a despeito das críticas do órgão ambiental em relação à cultura do caju, por considerá-lo como exótico, a converteram, pela tradicionalidade e pela relevância econômica, em uma nova cultura que, nos seus termos, deixou de ser exótica, incorporando-se à paisagem das distintas comunidades tradicionais do PNLM e ao seu modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, antes mesmo de ser uma unidade de conservação de proteção integral, é um amplo território tradicionalmente ocupado por famílias de comunidades tradicionais com modos de vida específicos que se articulam com hiperdinâmica ambiental característica dessa unidade de conservação de proteção integral.

As respostas culturais a essa dinâmica ambiental são exemplos de como a vida humana interage com a agência não humana, de modo a contornar os imponderáveis que a dinâmica do ambiente apresenta sazonal e historicamente.

A partir das discussões sobre os entendimentos do que seria nativo e exótico, e a desconstrução da idéia de natureza intocada, procuramos dar destaque à valorização da produção e conservação da natureza, que se expressam nas atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias.

Ao dedicar atenção ao manejo humano, buscamos apreender as diversas formas de saber mobilizadas no cultivo dos cajuais. Assim, a produção e comercialização da castanha obedece a práticas que são resultado de uma fina interação entre a agência humana e a agência da natureza.

A mobilização dos saberes tradicionais no plantio, nos estágios de desenvolvimento dos cajuais, o respeito ao calendário agrícola e as diversas agências envolvidas em torno dessa atividade econômica, reforça que produção da castanha de caju está inserida nas interações que as famílias de Bom Jardim mantêm com o meio biofísico.

O não humano é agente ativo na dinâmica do meio biofísico. Seguindo essa premissa, as maneiras de pensar, agir e se relacionar com o ambiente são operadas em outras bases. Os cajuais, como não humanos, fornecem às famílias os bens naturais que sustentam a atividade econômica; em contrapartida, os agentes humanos, cuidam, conservam, manejam e respeitam os ciclos de desenvolvimentos, reproduzindo o uso responsável e sustentável dessa espécie vegetal.

O cultivo de cajuais e a produção da castanha de caju em Bom Jardim, exemplificam bem essa interação de agências. As famílias obedecem a regras de utilização dos recursos regulada pelo calendário agrícola específico dos cajuais e às estações do ano por eles classificadas como *inverno* e *verão*. Além desse fator, acionar outros mecanismos que interligam não só a ação humana, mas também o respeito ao ciclo da espécie vegetal que conta

com a interferência de agentes não humanos (animais, ciclos lunares e outros). Construindo uma complexa cadeia produtiva que fazem parte da vida social e econômica das famílias das comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham dentro dos limites PNLM.

A criação dessa unidade de conservação integral, limita o desenvolvimento das atividades tradicionalmente realizadas pelas famílias. Ao desconsiderarem às formas de manejo humano nos seus limites, sobretudo em relação ao cultivo dos cajuais, a ação dos agentes responsáveis pelo monitoramento ambiental revela o desconhecimento sobre as formas de saber nativas que compatibilizam o trabalho para geração de renda com a conservação ambiental. De diferentes áreas do Parque Nacional.

Os cajuais, na visão dos agentes ambientais, sempre foram caracterizados como espécie vegetal exótica considerada como uma ameaça para àquelas espécies vegetais presentes na região, como por exemplo, as palmeiras de buriti. Essa visão ameaçadora, na perspectiva oficial, sempre representou uma dificuldade em considerar a presença dos cajuais como parte integrante de uma nova paisagem que passou também a caracterizar a diversidade ambiental do PNLM, nesse caso, a nova paisagem cultural, para usar os termos de William Balée, foi forjada pelas práticas tradicionais das famílias relativas a esse ramo de sua organização econômica.

Como já pude demonstrar em outro trabalho (PEREIRA, 2018), as palmeiras de buriti e os cajuais, são espécies vegetais que passaram a ocupar um destacado lugar na economia das famílias e do município de Barreirinhas. Ambas são objeto de tratos culturais específicos em razão da centralidade que ocupam da organização social e econômica das famílias. O manejo dos cajuais e buritizais do PNLM, compatibiliza, portanto, fatores econômicos e de conservação ambiental.

Nos termos das famílias, a falsa dicotomia entre espécies exóticas, consideradas nociva, e espécies nativas não se sustenta, pois conseguem subverter na prática essa visão ao transformar o que na visão oficial é exótico, em nativo, pois os conhecimentos adquiridos em relação ao manejo dos cajuais, foram ressignificando essa espécie vegetal pelas práticas culturais a ela associadas.

Como pudemos observar, o cultivo dos cajuais envolve agentes humanos e não humanos, além de articular fatores, sociais, econômicos e culturais que se materializam em teias de relações.

A polarização de percepções e classificações do meio biofísico tem propiciado tensões entre as famílias das comunidades tradicionais do PNLM e os agentes do órgão ambiental do

Estado, já que as práticas das famílias, segundo a visão oficial, contradizem o que o Art. 11 do SNUC estabelece: “o Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica” (SNUC, p. 7), sugerindo uma concepção de natureza reducionista que separa natureza e cultura.

A conservação da natureza e a produção agrícola, que na visão dos agentes do órgão fiscalizador do Parque, o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO, forma um par antagônico, nos permitiu apresentar elementos para uma redefinição dessa oposição. A produção e comercialização da castanha de caju, conforme tentamos sublinhar neste trabalho, serve para reposicionar o debate em torno da presença e permanência das famílias no PNLM.

Aliado a isso, a importância econômica da castanha, que está diretamente associada ao cultivo dos cajuais, como demonstrado nos capítulos 3 e 4, revela a importância da produção e comercialização da castanha pelas famílias dessas comunidades não só para a economia local, mas também e regional.

A circulação da produção movimenta expressivo valores em termos monetários, e integra não só a rota regional, mas a nacional e internacional de produção de nozes. Cabe salientar ainda, a importância de maiores investimentos nessa produção, apesar da existência dos incentivos governamentais para fomento da agricultura familiar, apontados neste trabalho. O incentivo governamental para a formação de agroindústrias familiares mais sólidas na região são necessárias para um maior controle da produção de castanhas.

Os investimentos no fortalecimento da economia de base familiar contribuiria para um controle de toda cadeia produtiva, e não deixaria as famílias dessas comunidades tão subordinadas aos atravessadores locais e às grandes empresas importadoras e exportadoras de castanha de caju. O fortalecimento de cooperativas e associações seriam um passo importante para este fim. Cabe aos órgãos de representação dos trabalhadores um maior empenho para que os benefícios dessa rede econômica privilegie aqueles diretamente envolvidos com o processo produtivo.

O exercício de análise em torno da produção e comercialização revela o potencial que essa atividade representa para as famílias. Apesar dessa relevância o PNLM têm sido objeto de diversos interesses que não o de responder as necessidades das famílias. Tais interesse voltam-se a políticas e investimentos que estimulam a presença de empresas privadas voltadas aos negócios do turismo. É um espaço que ao longo dos anos tem sido convertido, pelos agentes econômicos em novo destino turístico, que ao atrair milhares de pessoas para apreciarem as

belezas cênicas dos Lençóis Maranhenses, contribuem para deixar em segundo plano, ou até mesmo invisibilizando as comunidades tradicionais e suas atividades.

Diante de tantos interesses envolvidos, a persistência das práticas tradicionais podem ser interpretados como formas de resistência das famílias. Assim, cada ciclo agrícola, cada colheita e coleta anual das castanhas, torna-se um modo das famílias demonstrarem a sua resistência e ratificarem o papel que representam para economia regional e do município.

O manejo dos cajuais torna-se representativo das relações que as famílias estabelecem com os ambientes naturais do PNLM. Os saberes acionados pelos nativos têm relação com uma ética ambiental (FLORIANI, 2015) típica de comunidades tradicionais em relação ao uso dos recursos e respeito à natureza. Baseada no respeito à natureza podemos sublinhar que as famílias que historicamente vivem e trabalham no PNLM podem ser considerados como agentes de conservação dos ambientes nele encontrados.

William Ballé (2003), quando trata dos usos tradicionais do ambiente e sobre como as paisagens são produzidas, ressalta o conceito de indigeneidade que “são as maneiras tradicionais de conhecimento do mundo” (BALÉE, 2003, p.9), expressas historicamente nas transformações das paisagens pelo homem dentro de uma concepção de conservação e manejo sustentável do ambiente em que vivem.

Apropriando-me do ponto de vista desse autor, ressalto que a existência dos cajuais são resultados das práticas de conservação desses ambientes pelos moradores que, ao longo do tempo, foram manejadas, construídas, transformadas para a sua conservação, restauração e permanência nesse espaço.

A ética ambiental das famílias precisa ser compreendida e estimulada. Para isso, é necessário que os direitos coletivos das comunidades tradicionais de cultivar, produzir e reproduzir suas práticas ao longo de gerações sejam assegurados. Este trabalho procurou lançar luz sobre algumas particularidades da organização econômica das famílias, tentando destacar o papel que desempenham na economia do município. Em razão dos princípios que orientam o uso e apropriação dos recursos, em vez de serem criminalizadas, as famílias dessas comunidades tradicionais deveriam ser consideradas como agentes de conservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: EDUFMA, 2008, 216p.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALÉE William. “Sobre a Indigeneidade das Paisagens”. **Revista de Arqueologia**, 21, n.2, 2009. P. 09 – 23.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. IN: **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. Org.: Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 53-63.

BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guia do trabalho de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

CAMPOS, Dênis Victor Lemos. **A morraria anda demais: modalidades de interação entre humanos e ambiente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão**. São Luís, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998.

CREADO, Eliana S. J.; SÁ, Guilherme Silva e; PAVESI, Patrícia P. **Humanos e Não-Humanos**: estamos ouvindo coisas? Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 2, n. 1, pp. 1-10.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUTRIM, Ricardo Rodrigues. *Vargens, Vaqueiros e Morrarias*: a criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2019, 73p.

D’ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O verão, o inverno e o inverso**: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Dissertação de mestrado defendida pelo Departamento de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo, 1997. 248p.

DIAS, Roseane Gomes. **TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO**: ação estatal e suas implicações para *comunidades tradicionais* no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2017.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito da natureza intocada**. 6. Ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2008. 189p.

ELIAS, Nobert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1998. Introdução.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2002.

FLORIANI, Dimas. “Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo”. In: **Ética socioambiental**. Paraná: Editora, 2015, pp. 75-106.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Trad. Alcida Rita Ramos da Introdução a The Developmental Cycle in Domestic Groups. Org. por Jack Goody, Cambridge Papers in Social Anthropology, n.1, Cambridge University Press, 1958, p - 1-14.. In: **Série Tradução** Vol. 1. Brasília: DAN/Unb, 2011, 26p. (link: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2005.pdf>).

GUAZIROLI et al. **Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais**. Org.: Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 152p.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre o movimento, conhecimento e descrição. Trad.: Fábio Ceder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JUNIOR, Valdemar Jodo Wez. A trajetória do Pronaf Agroindústria no Brasil (1998/99-2016/17) um olhar sobre as condições de financiamento e o público beneficiado. In.: **Questões agrárias, agrícolas e rurais** [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas. Orgs.: Renato S. Maluf , Georges Flexor. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 112-122.

LARSON, Donald W.; SILVA, Marcio Bartolomeu Alves. Análise do comércio internacional e demanda para castanha de caju em países selecionados. IN: **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro. V. 16(06), nov.-dez, 1976, p. 7-21.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: Paugam, Surge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 33-52.

LENOIR, Remi. O objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick et al. **Iniciação a prática sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 63-106.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Trad. Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, Cap. 1: O pensamento selvagem, p. 19-50.

LITTLE, Paul Elliot. “Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia

da territorialidade”. **Horizontes Antropológicos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 02 – 32.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Casac e Naify, 2003, p. 367-396.

MENDES, Diana Patrícia. ENTRE O INVERNO E O VERÃO: comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Diana Patrícia Mendes. - 2018. 121 p.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Território**: a dinâmica de redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese defendida pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis, 2003.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Povos e comunidade tradicionais**: análise do processo de construção sociológica e jurídica da expressão. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais, Maranhão, 2012.

PAULA ANDRADE, Maristela; SOUZA FILHO, Benedito. **Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil**: conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Relatório final apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão (FAPEMA). São Luís, MA: 2017.

PEREIRA, Mônica Sousa. **Namoro no palmeiral**: produção artesanal, sistemas de conhecimento e manejo das palmeiras de buriti no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 109 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 373p.

PLOEG, Jean Douwer van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. Trad. Claudia Freire. 1 ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016, 192p.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica a Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. In: **Política e Sociedade**, Santa Catarina, n. 6, abril, 2005, p. 59-82.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANNEM, Roseli Senna. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. IN: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 205-226.

ROCHA, Marceles Oliveira. **DILEMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**: modalidades de intervenção oficial e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade federal do Maranhão. São Luís, 2018.

ROMEIRO, Ana Luiza. “**SÃO PEDRAS DE SURURU**”: a participação de crianças e *jovens* nas formas cotidianas de resistência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 96 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

SANTOS, Daniel C. J. **Para além do paraíso natural**: conflitos socioambientais e produção de castanha de caju no povoado Buritizal, Barreirinhas/ MA. 89f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2016.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva Santos. **A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins**. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018, 105 p.

SCHMITT, Claudia Job; KATO, Karina. A incorporação de um enfoque agroecológico às políticas de crédito rural e de financiamento da agricultura familiar: questões para o debate. In.: **Questões agrárias, agrícolas e rurais** [recurso eletrônico]: conjunturas e políticas públicas. Orgs.: Renato S. Maluf , Georges Flexor. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017, p. 301-311.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Zahar, 1979. Partes I; II; VI.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu Da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: **Paisagem e cultura: Dinâmica do Patrimônio e da Memória na atualidade**. Belém, PA: Editora Universitária UFPA, 2009, p. 71-83.

SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Texto da Lei 9985 de 18 de julho de 2000 e vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional e Decreto No 4.340, de 22 de agosto de 2002. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2002.

SOUZA FILHO, Benedito. Comunidades tradicionais e formas de interação com a natureza: a relação entre humanos e não humanos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. IN: **Problema Ambiental**: naturezas sujeitos e conflitos. Orgs.: Joaquim Shiraishi Neto et. al. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 48-68.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.